



**Patrícia Raquel
Marques Monteiro**

**Determinantes da Extensão e Seletividades da
Divulgação sobre Responsabilidade Social:
evidência nas empresas cotadas Portuguesas**



**Patrícia Raquel
Marques Monteiro**

**Determinantes da Extensão e Seletividades da
Divulgação sobre Responsabilidade Social:
evidência nas empresas cotadas Portuguesas**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade, no ramo de Auditoria, realizada sob a orientação científica da Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo, Professora Coordenadora no Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro e do Doutor Jonas da Silva Oliveira, Professor Adjunto no Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.

*A um lutador, resistente e corajoso ... um Herói!!!
Ao melhor pai...*

o júri

Presidente

Professor Doutor João Francisco Carvalho de Sousa
Professor adjunto, Universidade de Aveiro

Professor Doutor Manuel Emílio Mota de Almeida Delgado Castelo Branco
Professor auxiliar, Universidade do Porto

Professor Doutor Jonas da Silva Oliveira
Professor adjunto, Universidade de Aveiro

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos meus orientadores, Doutor Jonas Oliveira e Doutora Graça Azevedo, pela disponibilidade, comentários e sugestões pertinentes, pelo apoio, incentivo e compreensibilidade ao longo desta jornada.

À minha mais que companheira de curso, uma amiga formidável, Rita Vieira, pelas palavras otimistas e sábias. E a todos os restantes amigos, pelo apoio incansável e pela preocupação.

Ao meu pai, que me incentivou no ingresso deste mestrado e que mesmo sem a sua existência física continuará presente, na minha memória.

Gratifico também a minha mãe por ser extraordinária, mesmo na sua personalidade peculiar, e aos restantes familiares, mutados e não mutados, que sempre me deram alento. À minha mutante favorita por ser corajosa e risonha, mesmo quando o futuro não parece auspicioso.

Por fim, não poderia deixar de agradecer à minha força gravitacional, sem ele nada disto teria o mesmo sentido, o meu Luís.

A todos, o meu muito obrigada!

palavras-chave

Responsabilidade Social Empresarial, Desenvolvimento Sustentável, Relatórios de Sustentabilidade, Divulgação da Responsabilidade Social Empresarial

Resumo

A divulgação de informação de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) tem aumentado a sua importância no meio organizacional, uma vez que a informação financeira se tornou insuficiente para muitos dos *stakeholders*.

Este trabalho pretende averiguar quais os determinantes das políticas de seletividade adotadas na divulgação de informação de RSE, assim como os fatores determinantes da quantidade de informação divulgada sobre RSE pelas empresas cotadas na *Euronext Lisbon*, no período de 2005-2014.

Na análise dos fatores da seletividade foi utilizado um modelo de regressão ordinal e na análise dos fatores determinantes da quantidade de informação divulgada foi utilizado um modelo de regressão linear múltipla.

Os resultados da pesquisa indicam que a dimensão, o endividamento, a adoção das diretrizes GRI e o setor de atividade estão relacionados com a escolha do documento de divulgação de informação sobre RSE. Para a extensão de informação divulgada sobre RSE, os fatores preponderantes foram a dimensão, reputação da empresa, adoção das diretrizes GRI e o setor de atividade.

keywords

Corporate Social Responsibility, Sustainability Development, Sustainability Report, Corporate Social Responsibility Disclosure

Abstract

The disclosure of Corporate Social Responsibility (CSR) has increased its importance in the organizational level, since the financial information has become insufficient for many of the stakeholders.

This paper aims to observe which determinants of selectivity policies adopted in the disclosure of CSR information, such as the major factors of the amount of CSR information disclosed by listed companies on Euronext Lisbon, between the years 2005 – 2014.

In analyzing of selectivity factors was used an ordinal regression model and in analyzing the determinants factors of amount of disclosure information was used a multiple linear regression model.

The research results indicate that the size, the debt, the adoption of the GRI guidelines and business sector are related to the choice of document disclosure of information on CSR. For extended disclosure information about CSR, the major factors were the size, company reputation, adoption of the GRI guidelines and the business sector.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Pirâmide de Responsabilidade Social Empresarial de Carroll	4
Figura 2 - Modelo de Responsabilidade Social Empresarial de Schwartz e Carroll.....	6

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Determinantes da Seletividade e Extensão da divulgação de RSE	31
Tabela 2 - Caracterização da Amostra	40
Tabela 3 - Definição das Variáveis Independentes e Respetiva Mensuração	42
Tabela 4 - Matríz de Correlação entre as proxies das variáveis Dimensão e Rendibilidade ...	44
Tabela 5 - Análise de Componentes Principais para as variáveis Dimensão e Rendibilidade.	45
Tabela 6 - Análise Descritiva	49
Tabela 7 - Testes à Distribuição Normal.....	50
Tabela 8 - Resultados do Modelo de Regressão Ordinal: Documento de Responsabilidade Social	52
Tabela 9 - Resultados do Modelo de Regressão OLS: Extensão do Relato de Responsabilidade Social	55

LISTA DE ABREVISTURAS

AIP	Associação Industrial Portuguesa
APEE	Associação Portuguesa de Ética Empresarial
BCSD	Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
CCE	Comissão das Comunidades Europeias
CEC	Commission of the European Communities
CERES	Coalition for Environmentally Responsible Economics
CES	Conference of European Staticians
CNADS	Conselho Nacional para o Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável
CRS Europe	Corporate Social Responsibility Europe
EC	European Commission
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
GC	Global Compact
GRACE	Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial
GRI	Global Reporting Initiative
IIRC	International Integrated Reporting Council
ISEA	Institute of Social e Ethical Accountability
ISO	International Organization of Standardization
IST	International Sustainability Transitions
KSI	Dutch Knowledge network on System Innovations
NU	Nações Unidas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organizações não-governamentais
PME	Pequenas e Médias Empresas
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
UE	União Europeia
UN	United Nations
UNCHE	United Nations Conference on the Human Environment
UNECE	United Nations Economic Commissions for Europe
UNEP	United Nations Environmental Programme
WBCSD	World Business Council for Sustainable Development

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos.....	v
Resumo.....	vi
Abstract	vii
Índice de Figuras	viii
Índice de Tabelas.....	viii
Lista de Abreviaturas	ix
1. Introdução	1
2. Enquadramento Teórico	3
2.1. Responsabilidade Social das Empresas	3
2.1.1. Conceito e Evolução	3
2.1.2. Limitações e Vantagens	9
2.2. Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade Empresarial	10
2.2.1. Enquadramento Histórico da Sustentabilidade e do Desenvolvimento Sustentável.....	11
2.2.1.1. Nível Internacional.....	11
2.2.1.2. União Europeia	14
2.2.1.3. Portugal	17
2.3. Divulgação da Responsabilidade Social Empresarial.....	21
2.3.1. Documentos de divulgação de RSE	21
2.3.2. Global Reporting Initiative	23
3. Revisão da Literatura	25
3.1. RSE e Sustentabilidade	25
3.2. Fatores que influenciam a divulgação de informação RSE	30
3.2.1. Dimensão	32
3.2.2. Rendibilidade	33
3.2.3. Endividamento	35
3.2.4. Reputação da Empresa.....	36
3.2.5. Adoção GRI	36

3.2.6. Setor de Atividade.....	37
4. Metodologia	39
4.1. Amostra.....	39
4.2. Pesquisa e Recolha de Dados.....	39
4.2.1. Variáveis Dependentes.....	41
4.2.2. Variáveis Independentes	42
4.3. Modelos Econométricos.....	47
5. Análise de Resultados	48
5.1. Variável Documento de Responsabilidade Social	48
5.2. Resultados dos Modelos de Regressão	50
5.2.1. Seletividades da Informação Divulgada	50
5.2.2. Quantidade de Informação Divulgada sobre RSE	53
6. Conclusão.....	56
7. Referências Bibliográficas	58
Anexos	1

1. Introdução

Nos últimos anos, diversas alterações económicas, sociais e políticas influenciaram a sociedade e, consequentemente, os mercados. As crises financeiras conjugadas com mudanças climáticas drásticas necessitam de uma maior atenção por parte de todos, inclusive das empresas. Destas, é esperado uma gestão estratégica para atingir práticas de desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável tem diversas definições conhecidas, mas todas se resumem da mesma forma como sendo o acordo adotado pelas empresas na promoção da estabilidade das sociedades nas quais atuam diretamente ou “o compromisso contínuo por parte das empresas para contribuir para o desenvolvimento económico, melhorando a qualidade de vida dos trabalhadores e das suas famílias, bem como da comunidade e da sociedade em geral” (World Business Council for Sustainable Development, n.d.).

Assim, a estrutura tradicional de divulgação de informação financeira obrigatória deixou de ser suficiente porque não se adapta às mudanças na própria gestão e não satisfaz totalmente as necessidades dos vários *stakeholders*.

Este estudo tem como objetivo a análise da seletividade e da extensão de divulgação sobre informação de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), para empresas portuguesas cotadas, ao longo dos últimos anos, verificando a relação existente com uma série de fatores (dimensão, rentabilidade, endividamento, reputação da empresa, adoção GRI e setor de atividade). A amostra do estudo é constituída por emitentes nacionais cotadas na bolsa de valores *Euronext Lisbon*, entre o período de 2005 e 2014. A escolha destas empresas deve-se ao facto de serem estas as que possuem um maior impacto na economia nacional, têm um grande poder concorrencial e efetuam maiores pressões, sendo por isso as que devem definir tendências e modelos a adotar.

Os principais resultados indicam que a dimensão, o endividamento, a adoção das diretrizes GRI e o setor de atividade estão relacionados com a escolha do documento de divulgação de informação sobre RSE. Para a extensão de informação divulgada sobre RSE, os fatores preponderantes foram a dimensão, reputação da empresa, adoção das diretrizes GRI e o setor de atividade.

Ainda foi possível concluir que as empresas que divulgam informação RSE optam por fazê-lo mais nos relatórios de gestão e nos relatórios de sustentabilidade. Mas, uma grande

percentagem das empresas portuguesas analisadas, ainda nada divulga relativamente à temática de informação RSE.

O presente trabalho encontra-se dividido em seis capítulos, em que o segundo capítulo apresenta um enquadramento teórico sobre o conceito de RSE e a sua evolução, evidenciando vantagens e limitações da aplicação destas políticas, e a evolução histórica da RSE e do Desenvolvimento Sustentável, no contexto mundial, europeu e português.

Por sua vez no capítulo 3, fará parte a revisão bibliográfica, o levantamento das hipóteses de investigação e a recolha de dados. A metodologia está presente no capítulo 4, com informação sobre os dados, métodos e modelos utilizados. A análise e discussão dos resultados são efetuadas no capítulo 5, tendo por base a recolha de dados realizada, os testes estatísticos executados e as conclusões relativas ao estudo. As considerações finais, as limitações que afetam o trabalho e as pistas para trabalhos futuros, encerrarão esta dissertação, no capítulo 6.

2. Enquadramento Teórico

2.1. Responsabilidade Social das Empresas

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) ao longo dos anos tem sido alvo de atenção académica, social, empresarial e também mediática por todo o mundo. Mais do que o interesse financeiro, cada vez mais se requer informações extra das empresas, principalmente sobre o seu desempenho ambiental e social.

Tanto clientes, como governos, fornecedores, organizações não-governamentais (ONG), comunidades de inserção das empresas, organismos internacionais focados nos direitos humanos e na preservação da natureza, entre outros, pressionam as empresas para que adotem comportamentos socialmente mais responsáveis (Rego, Cunha, Costa, Gonçalves & Cabral-Cardoso, 2007).

Para muitas empresas, de forma a acompanhar a concorrência e as restantes organizações, optam por ações, condutas e estratégias socialmente responsáveis de forma voluntária, para que exista uma melhoria na sua reputação, ou pelo menos não percam a sua posição de mercado (Rego et al., 2007).

A temática RSE é algo subjetiva e cada autor define à sua maneira, no entanto quase todos concordam com a integração desta na cultura social e legal de cada país. Nas práticas RSE, não existem regras impostas do que é o mais correto a fazer, de forma voluntária cada empresa estuda o que considera uma atitude responsável. Para Branco e Rodrigues (2006), RSE é cada vez mais uma mina de vantagem competitiva e não apenas uma política de objetivo único.

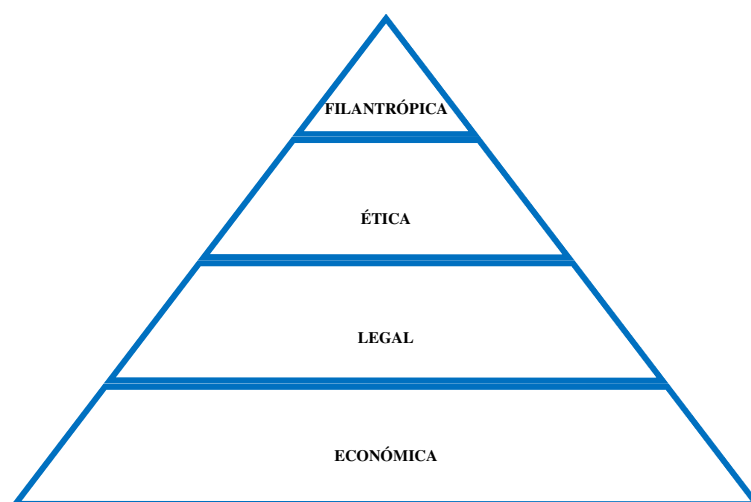
2.1.1. Conceito e Evolução

No livro *Social Responsibilities of the Businessman* de Howard Bowen, no ano de 1953, surgiu uma das primeiras definições clássicas de RSE, em que sugeria que era uma obrigação por parte das empresas adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação compatíveis com os objetivos e valores da sociedade. Bowen (1957), por ter realizado o primeiro estudo mais extenso e aprofundado na área, representa um marco histórico e teórico no conceito da responsabilidade social.

Nos meados dos anos 70 do século XX, a responsabilidade social começa a ser reconhecida pelo meio empresarial, muito devido a uma maior abundância de literatura sobre a temática e a um conceito mais ampliado. As organizações dispõem mais recursos para fins sociais e não apenas para satisfação de interesses pessoais da organização (Carroll, 1999).

A RSE envolve expectativas económicas, legais, éticas e filantrópicas que a própria sociedade possui num período de tempo determinado (Carroll, 1979). O autor defende ainda que, a responsabilidade social deve estar em todos os níveis, isto é, é espectável que a empresa produza bens e serviços e que os venda com lucro (componente económica), é requerido à empresa o respeito pelos requisitos legais (componente legal), é esperado que possua comportamentos éticos e respeito pelos princípios sociais (componente ética) e por fim, que de forma voluntária desempenhe a sua atividade em benefício da sociedade (componente filantrópica). Carroll (1991) admite que estas quatro categorias de RSE podem ser evidenciadas numa pirâmide (Figura 1), em que a base são todas as responsabilidades económicas de uma empresa.

Figura 1 - Pirâmide de Responsabilidade Social Empresarial de Carroll



Fonte: Carroll (1991, p. 42)

Na década de 80, existiu um abrandamento na evolução do conceito de RSE, no entanto não deixaram de surgir mais estudos empíricos e até circundantes, como a gestão de *stakeholders* e ética nos negócios, sendo que desta forma se deu início à prática de RSE. Neste período, de diminuta evolução de conceito, Drucker (1984) alegou que a rentabilidade e a

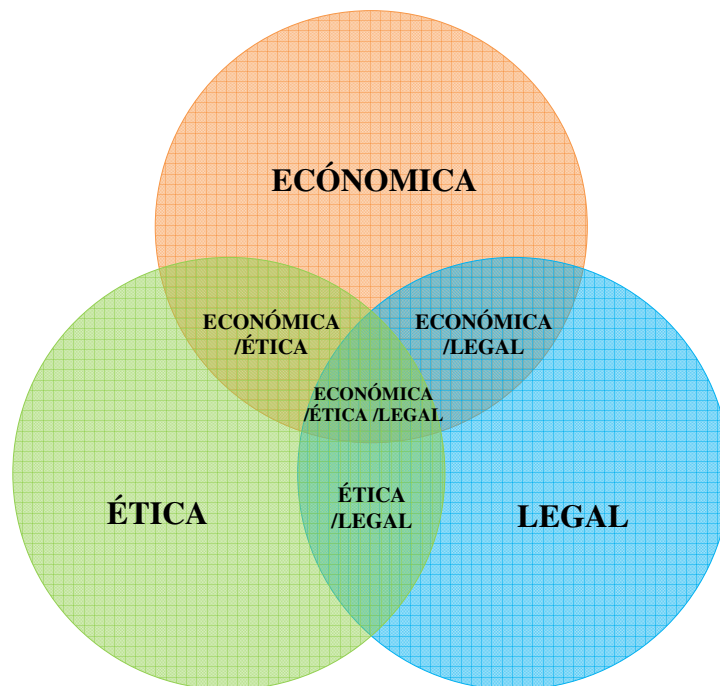
responsabilidade social são noções complementares, e que para o crescimento e reconhecimento da empresa é fundamental que se transforme RSE em oportunidades de negócio. Na década de 80, argumentou-se que o lucro não é encarado como um fator isolado e distinto da RSE, mas sim complementar, pelo que nas definições das estratégias da sociedade tem de ser tomada em consideração com o meio ambiental e social em que a empresa está inserida (Clarkson, 1995).

Para Pinkston e Carroll (1996), a sociedade tem como expectativa que as empresas obtenham lucro, contudo, espera também que estas optem por comportamentos e regras éticas, independentemente de constar ou não da legislação. Lopes (2011) admite que no longo prazo, diversas empresas optam por políticas responsáveis por considerarem que existe um reforço do estatuto social da empresa, bem como uma estratégia de valorização dos seus produtos.

Nos últimos anos do século XX, a visibilidade e o reconhecimento da RSE foi aumentando, sendo que muitas organizações tornaram usual o termo e foram também, criados incentivos para que as empresas pudessem desenvolver balanços ou relatórios sociais, assuntos como a promoção do meio ambiente, saúde, educação e igualdade de direitos e oportunidades, igualmente se tornaram importantes (Duarte, 2013).

Schwartz e Carroll (2007) apresentam um novo modelo de RSE, apenas constituído por três componentes, o económico, o legal e o ético, sendo que neste modelo todos os pressupostos estavam inter-relacionados (Figura 2). A componente económica tem como objetivo demonstrar eventos cujos impactos na empresa tenham sido positivos (ex. aumento de vendas ou promoção do bem-estar dos trabalhadores), o domínio legal relaciona-se com o cumprimento da lei por parte da empresa e, por fim, o domínio ético que representa o que a sociedade espera da organização, tendo em conta que quaisquer decisões influenciarão todo o meio envolvente.

Figura 2 - Modelo de Responsabilidade Social Empresarial de Schwartz e Carroll



Fonte: Adaptado de Schwartz e Carroll (2007, p. 28)

Friedman (1970, p. 178) era um dos que não concordava com as práticas e políticas de RSE, afirmava que “só existe uma responsabilidade social nos negócios: utilizar os seus recursos e realizar atividades destinadas a aumentar os seus lucros enquanto forem respeitadas as regras de jogo, isto é, participar numa competição aberta e livre, sem decepção ou fraude”¹. Para o autor, as empresas eram socialmente responsáveis simplesmente pelo facto de serem lucrativas, sendo que desta forma poderiam criar mais emprego, salários justos e proporcionar qualidade de vida aos seus trabalhadores.

Também Tenório (2004), partilhava da opinião da corrente liberalista, que sustentava a ideia que a empresa tinha apenas e só como função a maximização do lucro, admitindo que a

¹“There is only one social responsibility of business: to use its resources and engage in activities designed to increase its profits so long as it stays within the rules of the game, which is to say, engage in free and open competition, without deception or fraud”

beneficência e a solidariedade são vistas como um obstáculo ao desenvolvimento da sociedade. Husted e Allen (2000), salientavam que as práticas RSE poderiam ser descritas como anti competitivas, na maneira como era restringida a competição de outras empresas no mercado, declarando que nem todas as entidades possuíam capacidade financeira para aplicarem este tipo de política.

Desta forma, o conceito de RSE vive em constante evolução, não existindo uma definição padronizada. Contudo, uma das mais conhecidas e utilizadas até aos dias de hoje, está no Livro Verde da Comissão Europeia (CE):

“É cada vez maior o número de empresas europeias que promovem estratégias de responsabilidade social como reacção a diversas pressões de natureza social, ambiental e económica. Pretendem, assim, dar um sinal às diversas partes interessadas com as quais interagem: trabalhadores, acionistas, consumidores, poderes públicos e ONG. Ao procederem desta forma, as empresas estão a investir no seu futuro e esperam que este compromisso voluntário contribua para um aumento da sua rentabilidade” (CCE, 2001, p. 3). “A responsabilidade social das empresas é, essencialmente, um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo” (CCE, 2001, p. 4).

Também no Livro Verde (CCE, 2001), refere que a responsabilidade social das empresas engloba duas dimensões: a dimensão interna e externa. A nível da empresa (dimensão interna), as práticas socialmente responsáveis implicam, fundamentalmente, os trabalhadores e prendem-se com questões como o investimento no capital humano, na saúde, na segurança e na gestão da mudança, enquanto as práticas ambientalmente responsáveis se relacionam sobretudo com a gestão dos recursos naturais explorados no processo de produção. A nível externo prende-se com o facto da responsabilidade social de uma empresa ultrapassar a esfera da própria empresa e estende-se à comunidade local, envolvendo, para além dos trabalhadores e acionistas, um amplo espectro de outros *stakeholders*: parceiros comerciais e fornecedores, clientes, autoridades públicas e ONG que exercem a sua atividade junto das comunidades locais ou no domínio do ambiente.

Para Gaspar (2003), é pertinente indicar que existem três aspetos importantes a ter em conta para qualquer definição RSE. Sendo que primeiramente deve existir interesse por parte das empresas, não só nos seus resultados financeiros mas também nos impactos sociais e

ambientais das suas atividades. Segundo, as atividades, RSE não só beneficia a sociedade como também as empresas que se comprometem à implementação de práticas de RSE. Por último, a RSE inclui diversos procedimentos e políticas que devem ser integrados nas operações principais das organizações, convertendo os princípios gerais em respostas operacionais e eficazes.

Para George e Jones (2005) a responsabilidade social é a forma como os gestores e os colaboradores de uma empresa vêm o seu dever e a sua obrigação de tomar decisões que protejam, realcem e promovam o bem-estar de todos os *stakeholders* e da sociedade em geral. Mais, estes autores propõem quatro abordagens principais à responsabilidade social:

- Abordagem obstrucionista (baixa RSE) – nesta abordagem, os gestores optam por não ser socialmente responsáveis. Pelo contrário, atuam de forma pouco ética e fazem tudo para que esse comportamento não seja do conhecimento público;
- Abordagem defensiva (média RSE) – a abordagem defensiva indica que há, pelo menos, um comportamento de obediência à lei, mas nada mais para além disso;
- Abordagem acomodada (média RSE) – é tomada por empresas que atuam de forma ética e legal, e gerem os conflitos com os diversos *stakeholders* conforme a necessidade assim o exija;
- Abordagem proativa (alta RSE) – nesta abordagem as empresas abraçam ativamente o facto de serem socialmente responsáveis. Procuram saber que necessidades têm os diversos *stakeholders* e preencher essas lacunas, usando os recursos da organização para as satisfazer.

2.1.2. Limitações e Vantagens da RSE

Swiatkiewicz (2009) reconheceu algumas limitações das práticas e políticas RSE, sendo que evidenciou o facto de a empresa arriscar o gasto de recursos de forma não produtiva, a preocupação que os gestores despenderiam para estas práticas responsáveis e ainda, as práticas RSE acarretarem também um custo de oportunidade, no sentido em que o valor desembolsado em RSE não vai ser investido noutra atividade mais rentável.

Contudo, a aplicação da RSE nas empresas também apresenta diversas vantagens, entre outras, o prestígio e a credibilidade, o compromisso dos funcionários para com a empresa, a valorização da imagem da empresa, o aumento da produção e das vendas e também, os incentivos fiscais (Porter & Kramer, 2002).

De salientar, que alguns dados demonstraram que os resultados económicos mais positivos são gerados nas empresas com meios de trabalho mais saudáveis, pelo que a qualidade de vida e de trabalho resultam numa melhor rendibilidade e competitividade, isto é, melhora a reputação da empresa, atraindo bons colaboradores (Rego et al., 2007). A temática RSE deixa então de ser desvantajosa para a rendibilidade de uma organização passando a oferecer benefícios à empresa (Hess, Rogovsky & Dunfee, 2002; Porter & Kramer, 2002; Smith, 2003).

García-Benau, Sierra-Garcia e Zorio (2013) demonstram, através do seu estudo, que mesmo com a crise económica que o mundo atravessou nos últimos anos, a informação RSE foi afetada de uma forma positiva, existindo um aumento desta. O que fez concluir as autoras, que apesar dos custos das práticas RSE e as dificuldades evidentes das empresas num período de crise económica e financeira, a RSE é considerado um valioso investimento.

Com isto, a RSE e o desenvolvimento sustentável estão cada vez mais presentes na agenda das empresas que assumem a posição como líderes no mercado. Cada empresa, face às suas circunstâncias particulares, estabelece a sua conceção de sustentabilidade, procura desenvolver melhores práticas e com elas criar vantagens competitivas para o seu negócio. Neste processo de aprendizagem contínua, a comunicação de resultados não financeiros ganhou uma importância vital para o sucesso das empresas, sendo os relatórios de RSE uma ferramenta privilegiada nesse sentido. Cada vez mais as empresas detêm o entendimento dos benefícios dos relatórios de informação sobre RSE (Gomes, 2012).

2.2. Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade Empresarial

Os conceitos de Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade Empresarial surgem devido à constante preocupação com o meio ambiente e com a sua degradação por parte da atividade humana. A utilização excessiva de recursos traz a preocupação da ameaça ao Planeta Azul e por consequência à existência humana.

Desenvolvimento Sustentável prende-se com todo o envolvimento da Humanidade e da Natureza, com a necessidade de que as atividades devem estar em harmonia, de modo a que o presente não comprometa o desenvolvimento futuro. Dias (2009, p. 5) conclui que “teoricamente, este conceito abraça duas orientações: uma concepção de sustentabilidade em termos científicos e uma concepção social de desenvolvimento”.

Ao longo dos anos e até à atualidade, foram surgindo acontecimentos de extrema importância sobre a Sustentabilidade, no entanto ainda existe alguma confusão entre os Conceitos de Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade Empresarial (Bebbington, 2001; Bebbington & Gray, 2001; Hussilos, Larrinaga & Álvarez, 2008; Laine, 2005; Moneva, Archel & Correa, 2006). E com alguma frequência utilizam-se os termos indistintamente, no entanto, embora relacionados, são conceitos diferentes.

O termo Desenvolvimento Sustentável é usado para definir limites. É um conceito sistémico que abrange várias áreas, assente essencialmente num ponto de equilíbrio entre o crescimento económico, igualdade social e proteção ambiental para validar os interesses das gerações futuras. Por sua vez, Sustentabilidade Empresarial, integrou-se no vocabulário organizacional, sendo considerado de extrema relevância para a sobrevivência e a competitividade das empresas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável (Hussilos et al., 2008).

2.2.1. Enquadramento Histórico da Sustentabilidade e do Desenvolvimento Sustentável

2.2.1.1. Nível Internacional

No início da década de 70, por iniciativa do clube de Roma, Meadows, Randers, Meadows e Behrens (1972) iniciam um debate sobre a poluição e a atividade produtiva. À data, os modelos matemáticos apresentados sugeriam que o nosso planeta não estaria preparado para suportar o crescimento populacional devido à pressão realizada nos recursos naturais e energéticos, e também devido ao aumento constante da poluição. Apenas se resolveria este problema, com a união de todos de forma a alcançar o equilíbrio necessário ao bem-estar do planeta.

O primeiro evento mundial sobre o Meio Ambiente (*United Nations Conference on the Human Environment* – UNCHE), para a defesa das questões ambientais e uma maior consciencialização sobre o tema, realizou-se em Estocolmo em 5 de Outubro de 1972. Desta conferência, resultou a “Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment” (UNEP, 1972), com a missão de promover a conservação do ambiente através de parcerias, ajudando e informando os países no sentido de desenvolverem atividades que melhorassem a qualidade de vida sem comprometer as gerações futuras.

Após um ano, foi instituída a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento – Comissão de Brundtland, que tinha por objetivo a análise dos problemas mais críticos a nível do ambiente e do desenvolvimento em todo o mundo, criando propostas para a resolução dessas questões. Esta comissão, em 1987, publica o relatório *Our Common Future* (UN, 1987), que elucida sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, aceite até aos dias de hoje.

Em 1990, realizou-se em Genebra a 2ª Conferência Mundial do Clima, onze anos após a primeira, onde se criou o comité intergovernamental com o objetivo de elaborar a Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas. A convenção referida foi apenas apresentada em 1992, durante uma conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, designada Cimeira da Terra, ou também conhecida por Cimeira do Rio, onde evidenciou-se o conceito de Desenvolvimento Sustentável, e o facto de este ser baseado em duas dimensões principais, o desenvolvimento económico e a proteção ambiental. Desta cimeira, resultaram também outros importantes documentos, a Agenda 21 (NU, 1995), a

Declaração do Rio sobre o Ambiente e Desenvolvimento (UN, 1992a) e a Declaração dos Princípios para uma Floresta Sustentável (UN, 1992b). Ainda durante este ano, foi fundado o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, com o primordial objetivo de incluir as empresas na discussão da sustentabilidade.

No ano de 1995, realizou-se a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social em Copenhaga, aí estabeleceu-se que a união social era a terceira dimensão para o desenvolvimento sustentável (UN, 1995). Nesta cimeira, os participantes comprometeram-se, entre outros, a garantir igualdade e equidade de géneros, a erradicar a pobreza, a promover o emprego justo e o acesso equitativo à educação e saúde. Um ano depois, é publicada a primeira norma internacional de certificação ambiental, a ISO 14000, pela *International Organization for Standardization* (ISO). Em 1997, durante uma sessão especial das Nações Unidas é avaliado o estado de comprometimento dos assuntos assumidos na Cimeira da Terra. Foi também discutido e negociado o Protocolo de Quioto (UN, 1998), que apenas entrou em vigor no ano de 2005, este fixou limites para a emissão de gases nocivos ao ambiente (UN, n.d.).

No final da década de 90, durante o Fórum Económico Mundial de Davos, Kofi Annan, que era Secretário-geral das Nações Unidas, propôs o *Global Compact* – GC (UNEP, 1999), com o objetivo de divulgar os valores da RSE e promover a aproximação das empresas às agências das Nações Unidas.

A Cimeira do Milénio, realizada em 2000, fez com que a grande maioria dos Estados Membros das Nações Unidas adotassem a Declaração do Milénio (NU, 2000) que fixava 8 objetivos a serem alcançados até 2015, estes objetivos de desenvolvimento propunham contrariar a tendência para a degradação da vida e do meio ambiente a nível mundial, integrando as três dimensões de sustentabilidade.

Em 2002, na cidade de Joanesburgo, a Declaração Política da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável considera que o Desenvolvimento Sustentável tem por base três dimensões, o desenvolvimento económico, o desenvolvimento social e a proteção do meio ambiente, reconhecendo que existem questões problemáticas por resolver como é o caso da pobreza, desperdício, degradação ambiental, crescimento populacional, desigualdade de géneros e violações aos direitos humanos. Face a esta cimeira, no ano de 2003 (UE, 2003), é

publicado os níveis de cumprimento de cada estado das Nações Unidas relativamente aos seus compromissos, no que respeita ao Desenvolvimento Sustentável.

As Nações Unidas atualizaram em 2004 o GC, adicionando um princípio contra a corrupção (UN, 2004). E, assinala-se em 2005 o início da década das Nações Unidas sobre a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de que no mundo exista uma educação de qualidade, que permita aprendizagem sobre cidadania com base em valores e princípios que visem um futuro sustentável e uma transformação social positiva.

Continuam ao longo dos anos a permanecer os encontros e as discussões sobre o desenvolvimento sustentável no mundo, nos últimos anos com grande preocupação sobre a emissão de gases nocivos e alterações climáticas. Em 2007, na Cimeira de Bali, lançou-se um processo de negociação quanto a questões climáticas em que medidas concretas deveriam ser tomadas até 2009. Ainda neste ano, surgiu a *Carta de Leipzig* (EU, 2007) sobre as cidades europeias sustentáveis.

Na Cimeira Global para a Juventude, realizada em 2008, lembraram a Cimeira do Milénio e os oito objetivos propostos para concretização até 2015. Entre estes, estão as principais batalhas da sustentabilidade mundial, erradicação da fome e pobreza, promover a educação primária a todos e o combate a doenças como SIDA e malária, e assegurar a sustentabilidade ambiental.

Em 2009 surgiu a “Declaração de Gaia”, que implanta o Condomínio da Terra (n.d.) no I Fórum Internacional do Condomínio da Terra, e em Junho do mesmo ano, realiza-se a 1ª Conferência Internacional sobre Transições para a Sustentabilidade (IST), organizada pelo *Dutch Knowledge Network on System Innovation* (KSI), em Amesterdão, com os objetivos: Diversidade, Pluralidade e Mudança.

Um ano depois, em 2010 surgiu a primeira norma Internacional de Responsabilidade Social Empresarial: a ISO 26 000 (2010), com o principal foco no auxílio das organizações a contribuírem para o desenvolvimento sustentável, para tal, fornece um conjunto de orientações ao nível económico, social, ambiental, jurídico e organizacional, que visa complementar outros instrumentos e iniciativas relacionadas com a responsabilidade social.

Em Junho de 2011, ocorreu a 2ª Conferência Internacional sobre Transições para a Sustentabilidade (IST). Um ano depois, decorreu no Rio de Janeiro a Conferência Mundial

sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), onde os *stakeholders* tinham uma enorme expectativa dos resultados que dela adviriam. Contudo, as ONG e várias personalidades demonstraram descontentamento com esta conferência, essencialmente por falta de compromissos.

O ano de 2015 é marcado pela definição de 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável, fixados pela Cimeira de Nova Iorque (EUA), entre os dias 25 e 27 de Setembro. Entre eles, encontram-se o consumo responsável, a proteção dos recursos marinhos, o emprego digno e crescimento económico e, saúde e educação de qualidade. Trata-se da nova agenda de ação a desenvolver-se até ao ano de 2030, e que assenta nos objetivos de Desenvolvimento do Milénio, entre 2000 e 2015. Propuseram-se ao cumprimento desta agenda governos e cidadãos de todo o mundo para criar um novo modelo global por forma a promover a prosperidade de todos e ao combate às alterações climáticas.

2.2.1.2. União Europeia

A União Europeia tomou consciência sobre problemas ambientais relativamente cedo, em 1986. Com a entrada em vigor do Ato Único Europeu (Nº L 169/1, 1987), é feito então um aditamento ao Tratado de Roma sobre a proteção ambiental, celebrando-se no seguinte ano o “Ano Europeu do Ambiente”.

Em 1992, foi assinado o Tratado da União Europeia em Maastricht (CCE, 1992), onde foi instaurado o conceito de desenvolvimento sustentável na política comunitária, onde é referido como objetivo, que exista promoção do progresso económico e social, um aumento do emprego e que o desenvolvimento seja equilibrado e sustentável.

Jacques Delors, Presidente da Comissão Europeia em 1993, sugeriu a todas as empresas da União Europeia para a participação na luta contra a exclusão social. O que por sua vez, deu origem em 1996 à *European Business Network for Social Cohesion* que, entretanto mudou de designação para *Corporate Social Responsibility Europe (CSR Europe)*.

Em Março de 2000, durante o Conselho Europeu de Lisboa foi adotada a designada “Estratégia de Lisboa” (Parlamento Europeu, 2000), que propôs aos Estados Membros da UE, que até 2010 deveriam tornar a União Europeia no espaço económico mais competitivo do

mundo, baseado no conhecimento, e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social.

Um ano mais tarde, o conselho Europeu de Gotemburgo aprova a comunicação da comissão “Desenvolvimento Sustentado na Europa para um mundo melhor: Estratégias da União Europeia em favor do Desenvolvimento Sustentável” (CEC, 2001), convidando os Estados Membros a desenvolverem estratégias para o desenvolvimento sustentável. Ainda em 2001, foi publicado o “Livro Verde: Promover um quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas (RSE)” (CCE, 2001), e o Parlamento Europeu abre a possibilidade das empresas participarem voluntariamente no Sistema Comunitário de Auditoria e Eco Gestão (regulamento CE nº 761, 2001).

Em Fevereiro de 2002, a Comissão Europeia apresentou uma comunicação “para uma parceria global de domínio do desenvolvimento sustentável” (CEC, 2002a). Posteriormente, foi divulgada a comunicação da Comissão relativa à “Responsabilidade Social das Empresas: Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável” (CEC, 2002b), além de resumir o Livro Verde apresenta as propostas da UE para a promoção da RSE.

No início de 2004, a Comissão Europeia apresentou a comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu designada “Construindo o Nosso Futuro Comum” (CEC, 2004) que define objetivos para o período compreendido entre 2007 a 2013. Ainda neste ano, no mês de Abril, o Parlamento e o Conselho Europeu apresentam a Diretiva de Responsabilidade Ambiental (Diretiva 2004/35/CE de 21.04) que respeita à prevenção e reparação de danos no meio ambiente. Um mês depois, reconhecendo o papel que as pequenas e médias empresas (PME) possuem na economia europeia, foi aprovado o lançamento de uma campanha de divulgação sobre RSE através do comunicado “A dimensão social da globalização – contributo das políticas da UE para tornar os benefícios extensíveis a todos” (CCE, 2004). A Estratégia de Lisboa e a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável são revistas em 2005. Durante o Conselho Europeu da Primavera, no mês de fevereiro, o Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, apresentou uma nova comunicação intitulada “Trabalhando juntos para o crescimento e o emprego – Um novo começo para a Estratégia de Lisboa” (CCE, 2005a), a versão final deste comunicado, que posteriormente foi publicado designou-se “Reexame da Estratégia em favor do Desenvolvimento Sustentável – Uma Plataforma de Acção” (CCE, 2005b), onde são identificados os principais domínios da futura conduta da Comunidade.

Em 2006, a Comissão Europeia publicou a comunicação “Implementação da Parceria para o Crescimento e Emprego: Tornar a Europa um Pólo de excelência em termos da Responsabilidade Social das Empresas” (CEC, 2006), em que é reconhecida a fundamental importância da RSE para o desenvolvimento sustentável e ainda o potencial na competitividade da Europa.

Durante o Conselho Europeu da Primavera, no ano de 2007, os líderes de 27 Estados-Membros da UE conciliaram uma lista de objetivos para o combate contra as alterações climáticas e evidenciaram o pilar social da Estratégia de Lisboa. Em Outubro de 2007, por forma a reafirmar a necessidade de desenvolvimento responsável assente nos pilares da sustentabilidade, a Comissão Europeia lança em forma de comunicado “O interesse Europeu: ter êxito na era da globalização” (CCE, 2007).

Em 2009, na *Conference of European Statiscians* (CES), ficou definido a criação de uma equipa entre a *United Nations Economic Comissions for Europe* (UNECE), a *Eurostat* e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), para desenvolverem recomendações no intuito de harmonizar as diferentes vias em que a divulgação da sustentabilidade estava a evoluir. Foram sugeridos conselhos, por forma a compatibilizar as diferentes abordagens e indicadores utilizados pelas diversas organizações internacionais para mais fácil mensuração e comparação do desenvolvimento sustentável (UNECE, 2014).

Em 2010, a *CSR Europe* lança Europa 2020 (CE 2020, 2010), uma iniciativa estratégica com o objetivo de adaptar o contributo das empresas rumo a uma sociedade mais inteligente, sustentável e inclusiva.

No final do ano de 2011, em Outubro, a Comissão Europeia apresenta uma nova política de RSE através da Comunicação “A renewed UE strategy 2011-14 for Corporate Social Responsibility” (CE, 2011a), antecipando que irá apresentar uma nova proposta legislativa relativa à comunicação e criação de um prémio europeu, apelando às empresas para incorporarem a RSE nas estratégias de negócios. Sendo desta forma que pela primeira vez, em 10 anos, a Comissão altera a definição RSE para uma forma mais simples, como "a responsabilidade das empresas pelo seu impacto na sociedade" (CE, 2011a, p. 6), tornando-a consistente com os princípios reconhecidos internacionalmente e com orientações de Diretrizes da OCDE, da ISO 26000 e dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos

Humanos das Nações Unidas. Em Dezembro deste ano, foi criado o “Plano de Ação para a Eco-Inovação” (CE, 2011b) para um futuro sustentável.

Em Março de 2014, foi realizado um ponto de situação sobre a estratégia Europa 2020 (EC, 2014), revelando que as iniciativas e os objetivos emblemáticos da estratégia têm sido irregulares, em muito devido às crises económico-financeiras que muitos países europeus atravessam. Perante este cenário a Comissão Europeia propõe para o início de 2015 a apresentação de propostas para a prossecução da estratégia Europa 2020.

No início de 2015, surge o comunicado da Comissão Europeia “A Global Partnership for Poverty Eradication and Sustainable Development after 2015” (EC, 2015), formulando propostas quanto à forma como a comunidade internacional deve organizar-se para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e indica também a forma como a UE e os seus Estados-Membros podem contribuir para os esforços internacionais a desenvolver neste contexto, reforçando uma preparação para a Cimeira de Nova Iorque de Setembro de 2015.

2.2.1.3. Portugal

Em Portugal, o conceito de desenvolvimento sustentável teve origem nos documentos e iniciativas da União Europeia, que marcam a evolução política económica, social e ambiental. O nosso país, foi um dos primeiros países da Europa a evidenciar a proteção do meio ambiente, através do artigo 66º da Constituição da República Portuguesa de 1976, referindo o “direito a um ambiente de vida humano sadio e ecologicamente equilibrado”.

A Lei de Bases do Ambiente foi aprovada em 1987 (Lei nº 11/87 de 7 de abril). Esta lei elucida para um desenvolvimento integrado, efetuado de forma consonante e principalmente sustentável.

Portugal, como membro da UE e da ONU, comprometeu-se através de tratados e políticas, a incentivar as suas empresas a praticarem comportamentos económicos, sociais e ambientais sustentáveis. Foram validados por Portugal documentos como, a Agenda 21 e também outros resultantes da Cimeira da Terra.

O Desenvolvimento Sustentável ganha nova primazia no ano de 1997 em Portugal, ano em que foi elaborada uma revisão da Constituição, onde é destacado este tipo de comportamento,

que vem “promover o aumento do bem-estar social e económico e da qualidade de vida das pessoas, em especial das mais desfavorecidas, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável” (alínea a do artigo 81.º da Constituição da República Portuguesa, 1997). Ainda neste ano, surge em Portugal o Conselho Nacional para o Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável (CNADS), embora só tenha iniciado o seu exercício em Abril de 1998, com o intuito de defender a implementação de estratégias sustentáveis em todo o país.

Quanto à Sustentabilidade, apenas em 1998 se introduziu o conceito com o Plano Nacional do Desenvolvimento Económico 2000 – 2006 (CES, 1999), aprovado nos plenários de 21 de Junho e 12 de Julho de 1999. O Governo propõe alguns objetivos ambientais a serem atingidos no período em causa, admitindo ainda que o desenvolvimento sustentável é um grande desafio mas também uma oportunidade.

No início do ano 2000, Portugal adotou a Declaração do Milénio (NU, 2000), comprometendo-se a atingir objetivos delineados, adotando as três dimensões da sustentabilidade nas políticas de desenvolvimento do país.

Um grupo de voluntários entre os quais empresários, parceiros sociais, ONG, organizações de administração central e local e também, cidadãos comuns, tornaram-se sensíveis ao apelo internacional para realizarem compromissos sustentáveis, e em 2000 criam o Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE), em que o objetivo de união era tornarem-se ativos no âmbito da responsabilidade e ética empresarial.

Em Outubro de 2001, nasceu o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD Portugal) associada do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD). Atualmente, com cerca de 90 membros, tem como principal objetivo de promover os princípios do desenvolvimento sustentável.

Em 2002, durante a preparação da Cimeira Mundial de Joanesburgo, Portugal apresentou a sua Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS (Resolução do Conselho de Ministros nº 39/2002). É também durante este ano, que surge a Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) por forma a definir e implementar projetos reais de motivação para as empresas desenvolverem princípios éticos de maneira a que pratiquem gestão socialmente responsável. Surge ainda a RSE Portugal, assente no mesmo objetivo, de promoção de RSE e contribuição para o desenvolvimento sustentável. A RSE Portugal é o parceiro da GC e

integra um conjunto de instituições europeias da *CSR Europe*. Por fim, em 2002, é aprovada a Diretriz Contabilística n.º 29 – Matérias Ambientais (Comissão de Normalização Contabilística, 2002) que embora fosse prevista a sua aplicação desde o exercício de 2003, apenas foi homologada em junho de 2004 e publicada em Diário da República em abril de 2005, e de aplicação obrigatória para o exercício económico de 2006.

Em 2004, foi apresentada uma nova versão da ENDS (Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2004), revista em 2007. O ano de 2004 foi bastante produtivo a nível da sustentabilidade e da responsabilidade social, onde existiram algumas iniciativas, entre as quais a publicação do livro *Primeiros Passos – Guia para a Responsabilidade Social das Empresas*, o lançamento da GRI (2002) – versão portuguesa das diretrizes para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade) e ainda, a 1ª Conferência Anual BCSD Portugal – Responsabilidade Social em Ação.

No ano de 2005, Portugal realiza um Programa Nacional de Reforma designado Estratégia de Lisboa – Portugal de Novo: Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego 2005-2008 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2005), que apresenta à Comissão Europeia. Este programa junta uma agenda assente nos conceitos de competitividade, união social e sustentabilidade ambiental. Neste ano, realiza-se o 1º Fórum Português de Responsabilidade Social das Organizações promovido pela Associação Industrial Portuguesa (AIP) e também ao lançamento da primeira revista sobre sustentabilidade, *Impactus - A Portuguese Magazine on Corporate Sustainability*.

Em 2006, surge o ENDS 2005-2015 (2006), com a estratégia delineada era tornar Portugal num dos países mais competitivos e atrativos da UE para o horizonte temporal de 2015, em que existisse um elevado nível de desenvolvimento social, económico e ambiental. O ano de 2006, é também marcado pela alteração ao Código das Sociedades Comerciais que inclui no art. 66º a obrigação do relato de matérias não financeiras, como as questões ambientais e relativas a trabalhadores. Acontece ainda, a 1ª Semana da Responsabilidade Social por iniciativa da APEE, onde foi publicado um livro de Responsabilidade Social nas PME.

O Governo Português e a Comissão Europeia assinam o Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN, 2007), no ano de 2007, visando a aplicação da política comunitária para o período compreendido. As prioridades focavam-se na qualificação dos portugueses, no crescimento sustentado, na união social, na qualificação das cidades e do

território e na eficiência da governação no nosso país. Em agosto, é aprovado pelo Governo a ENDS 2015 (Resolução de Conselho de Ministros nº 109/2007), por forma a funcionar como um instrumento de mobilização e harmonização para as ações sustentáveis da sociedade.

A primeira norma portuguesa sobre Ética das Organizações (NP 4460-1, 2007) surge em 2007, onde são estabelecidas orientações para a elaboração e implementação de códigos de ética nas empresas, e logo no ano seguinte é apresentada uma norma específica com os requisitos indispensáveis para implementar um sistema de Gestão de Responsabilidade Social (NP 4469-1, 2008).

No final de 2011, em Lisboa, a BCSD Portugal dá o 1º Curso de Formação Certificado sobre o processo de elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade segundo as diretrizes GRI: *GRI Certified Training Course on GRI Sustainability Reporting Process for Portugal*. E em janeiro de 2012 a BCSD Portugal, em colaboração com o ISEP, dá o 2º Curso, desta vez no Porto.

No verão de 2012, o concelho de Águeda recebeu no dia 17 de Agosto, pelo Pacto dos Autarcas², o Prémio da cidade urbana Europeia mais Sustentável da Europa, como um modelo de “cidade inteligente” a seguir (Monteiro, 2012).

Portugal participou em Julho de 2015, na 3ª Conferência das Nações Unidas sobre o Financiamento do Desenvolvimento, esta conferência resultou na adoção da Agenda de Ação de Addis Abeba (UN, 2015), documento que identifica os meios financeiros e não financeiros necessários para a implementação da agenda pós 2015.

² O Pacto dos Autarcas (Covenant of Mayors) é uma comissão de autarquias europeias com o objetivo de apoiar os esforços implementação de políticas de energia sustentável, com grande foco na redução das emissões de dióxido de carbono em cada município.

2.3. Divulgação da Responsabilidade Social Empresarial

Nos últimos anos, tem existido uma alteração da ênfase excessiva dada à parte financeira das empresas, tendo muitos dos *stakeholders* outro tipo de informação por parte das organizações. A sustentabilidade tem uma importância na gestão empresarial e é necessário divulgar o valor acrescentado que todas as partes dão à sustentabilidade de uma empresa. Um quadro de gestão empresarial tem de formular o *triple bottom line* (âmbito económico, social e ambiental), e só desta forma é possível a preservação do meio ambiente sem condenar o capital financeiro e natural (Garg, 2010). O *triple bottom line* é também conhecido por 3P's – *People, Planet and Profit*.

Existem diversas formas de comunicar a informação RSE das organizações. Os meios mais conhecidos são os *sites* empresariais, os Relatórios de Sustentabilidade (também conhecidos como Comunicados de Impactos Económicos, Ambientais e Sociais, ou *Triple Bottom Line Report*), e ainda os Relatórios Sociais. Lembrando que, os denominados Relatórios Sociais, em muito se assemelham aos Relatórios de Sustentabilidade, diferindo apenas no facto de os Relatórios Sociais apenas tratarem de questões sociais da empresa. Já nos Relatórios de Sustentabilidade a componente ambiental e económica tem também evidência.

2.3.1. Documentos de divulgação de informação de RSE

Os Relatórios de informação de RSE são necessários para divulgar os impactos sociais e ambientais causados pelas atividades comuns das empresas, assim como prestar esclarecimentos aos *stakeholders* por forma a atingir o objetivo do desenvolvimento sustentável (GRI, 2006).

Estes relatórios têm carácter voluntário, e a nível mundial ainda não existe um formato definido e claro para a execução dos Relatórios de Sustentabilidade. Garg (2010), questiona se, este tipo de informação, deve ser abordada no Relatório de Contas Anual ou num documento independente. A importância deste assunto está, no facto de não constar na legislação a obrigação da elaboração dos mesmos, conduzindo à falta da comparabilidade na forma e no conteúdo. Este autor, refere ainda que os Relatórios de RSE podem sofrer tendências de realização, uma vez que o seu fim é direccionado para um grupo de *stakeholders* em específico, ou seja, a informação pode ser tendenciosa. Ainda, a divulgação de informação

RSE por parte das empresas, torna-as mais transparentes e, por conseguinte mais expostas e vulneráveis a críticas e riscos.

Contudo, a GRI criou diretrizes para a elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade, com conteúdos como a declaração do CEO da organização, o perfil, sumário executivo e indicadores chave, os principais indicadores de Sustentabilidade, visão e estratégia e ainda, políticas, estrutura e Sistemas de Gestão. A GRI é uma entidade de referência quanto ao tópico do relato da RSE, pelas possibilidades oferecidas pelas suas diretrizes, que possibilitam a orientação e o apoio às empresas que pretendem utilizar este tipo de difusão de informação (Moneva et. al., 2006).

Embora, um Relatório de Sustentabilidade, seguindo as normas GRI, seja de relevante importância para grande parte dos *stakeholders*, além de valorizar a empresa, Rego et al. (2007) consideram que as organizações portuguesas que publicam este tipo de informação estão aquém das empresas doutros países.

A KPMG (2006) efetuou um estudo sobre a publicação dos Relatórios de Sustentabilidade em Portugal, em que se obteve o resultado esperado face ao ambiente empresarial do país. Foram indicadas que as principais dificuldades à implementação de um sistema que permita a elaboração regular dos Relatórios de Sustentabilidade eram o custo e os constrangimentos ao nível de recursos disponíveis, a necessidade de recursos adicionais, a inexistência de indicadores, a situação de empresas pertencentes a um grupo de várias subsidiárias, a inexistência de um departamento de sustentabilidade, os custos com a certificação do Relatório de Sustentabilidade, a falta de envolvimento da gestão de topo e da sua aprovação.

Nos países em desenvolvimento, as políticas de RSE continuam a aumentar, dado que estes países compreendem o valor acrescentado que a sustentabilidade e a transparência trazem para os negócios. Mesmo que estes países organizem e desenvolvam as suas estruturas conceptuais, não impede o vínculo com outras estruturas internacionais ou adaptação às mesmas (KPMG, 2013).

Segundo Alves (2010), o Relatório de Sustentabilidade é um instrumento de informação sobre as atividades empresariais, promovendo o diálogo com a sociedade envolvente, respondendo ao desafio de comunicar os seus sucessos e a coerência ética das suas operações socioeconómicas.

2.3.2. Global Reporting Initiative

A *Global Reporting Initiative* (GRI) resultou da iniciativa por parte da *Coalition for Environmentally Responsible Economics* (CERES) e o Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP - *United Nations Environmental Programme*), e foi fundada em 1997. Ganhou a sua autonomia em 2002, e atualmente é um centro de colaboração da UNEP. A GRI conta com o contributo de vários representantes das diversas áreas de contabilidade, investimento, ambiente, direitos humanos, investigação e organizações laborais de diversas partes do mundo (Olivo & Mares, 2009). Ela surgiu, para difundir as suas diretrizes sobre a elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade, por forma a poderem ser aplicáveis por todas as organizações que pretendam relatar toda a informação económica, social e ambiental das suas atividades, produtos e serviços (GRI, 2011).

A missão do GRI, segundo Duarte (2013), prende-se com o desenvolvimento de indicações para a elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade, que possa ser utilizada independentemente do setor de atividade, dimensão ou localização, com foco na transparência da comunicação com os *stakeholders*. Isto é, pretende ajudar as empresas a realizarem os seus Relatórios de Sustentabilidade com o objetivo de os tornarem comparáveis, relevantes e fiáveis.

Em 2006, foi publicada a terceira versão do “Guia das Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade”, designado G3, dividindo-se em duas partes: Princípios e Orientações para a Elaboração do Relatório de Sustentabilidade e Informações Padrão. Esta versão apresenta vários princípios que as organizações devem considerar na formulação do conteúdo do Relatório de Sustentabilidade. Os princípios que devem ser seguidos, segundo o GRI (2006) são a Materialidade, Inclusão dos *Stakeholders*, Contexto da Sustentabilidade, Plenitude, Equilíbrio, Comparabilidade, Periodicidade, Clareza e Fidedignidade.

As diretrizes do GRI são desenvolvidas num processo que envolve a consulta de vários *stakeholders*, entre os quais, trabalhadores, empresas, mercados financeiros, auditores e especialistas de diversas áreas. O processo para a elaboração destas diretrizes foi aberto a debate público, através de grupos coordenados pelo GRI e as guias finais foram aprovadas pelo conselho de *stakeholders* do GRI, o Comité Consultivo Técnico e o Conselho de Administração (GRI, 2013).

Para destacar as temáticas que mais influenciam o valor de uma empresa no longo prazo e uma maior adesão à prática da divulgação dos Relatórios de Sustentabilidade desde 2006, data da criação do G3, foi então elaborada a seguinte geração de diretrizes, designada de G4. Estas novas diretrizes têm como principal objetivo o aumento da adesão da publicação de Relatórios de Sustentabilidade a qualquer tipo de organização (KPMG, 2013).

Segundo a KPMG (2013), as diretrizes G4 apresentam 27 novas divulgações, uma nova estrutura de documentos de orientação e dois níveis de divulgação. Para todos os que reportam a Sustentabilidade, estas novas diretrizes conduzem a relatórios mais reduzidos. No entanto são focados em aspetos materialmente relevantes. Para isto, todas as organizações terão de formalizar e justificar o processo de materialidade, incluindo a análise de *stakeholders*, os métodos usados de forma detalhada e divulgar tudo no Relatório de Sustentabilidade. Em GRI (2013) verifica-se uma outra diferença, esta é a supressão dos níveis de aplicação anterior (A,B e C) com a finalidade das organizações deixarem de relatar todos os indicadores existentes. Atualmente, seguindo estas novas diretrizes, para a publicação de um relatório GRI, existem duas opções “*in accordance*”: *Core* e *Comprehensive*. Também deixa de existir o sinal + para a certificação do relatório. No entanto, vai constar numa nova tabela GRI por indicador de perfil ou de desempenho.

A GRI admite que a harmonização é uma meta e um desafio. E com a elaboração das Diretrizes G4, as relações entre o GRI, as NU e a *International Integrated Reporting Council* (IIRC), poderão trazer num futuro próximo a comparabilidade da informação sustentável e da sua divulgação (EY, 2014).

3. Revisão da Literatura

3.1. RSE e Sustentabilidade

Nas últimas duas décadas, empresas e público em geral têm estado interessados nos problemas sociais e ambientais, aumentaram a sua atenção sobre o assunto, resultando num aumento da divulgação da informação social e ambiental por parte das empresas (Deegan & Gordon, 1996; Gray, Kouhy & Lavers, 1995; Kolk, 2003; Zório, Garcia-Benau & Sierra, 2013).

Ainda, nos dias de hoje, não existe uma definição universal para o conceito de RSE (Godfrey & Hatch, 2007). Mas todas as definições a descrevem como integrando preocupações sociais e ambientais nas atividades empresariais e na interação com os *stakeholders*, de uma forma voluntária.

As empresas, especificamente as cotadas, há muito que são obrigadas a publicar as suas demonstrações financeiras anuais para transmitir a sua situação económica e financeira (Azcarate, Carrasco & Fernández, 2011; Horrach & Salvá, 2011; Odriozola, Sánchez & Etxeberria, 2012). Como os diversos *stakeholders* têm diferentes interesses económicos, sociais e ambientais (Buchholz & Rosenthal, 2005; Laplume, Sonpar & Litz, 2008), algumas das empresas optam por produzir relatórios de RSE, ou os designados Relatórios de Sustentabilidade. Com a adoção destes comportamentos organizacionais de cariz social e ambiental, as empresas visam a obtenção de maior transparência, do aumento do valor da empresa e da sua reputação (Arora & Cason, 1995; Bebbington, Larrinaga & Moneva, 2008; Brown, de Jong & Levy, 2009; Herzig & Schaltegger, 2006; Lozano & Huisinigh, 2011; Luo & Bhattacharya 2006; Mori & Welch, 2008).

As investigações empíricas sobre RSE e a sua divulgação têm produzido literatura académica bastante diversificada, que envolve diferentes perspetivas teóricas de apoio à divulgação social empresarial, tais como a teoria da agência, a teoria da legitimidade, e a teoria dos *stakeholders*, entre outras.

Existem imensas provas sobre o facto da informação social e ambiental ser útil para a tomada de decisão pelos *stakeholders* financeiros (Blacconiere & Northcut, 1997; Blacconiere & Patten, 1994; Graham, Maher & Northcut, 2000; Richardson & Welker, 2001). Contudo, se o foco estiver neste tipo de *stakeholders*, não é possível fornecer uma base teórica abrangente

para explicar a divulgação RSE, porque grande parte da informação é não-financeira. Em resposta a esta lacuna, a teoria da Agência tornou-se atraente na justificação da divulgação da RSE (Belkaoui & Karpik, 1989). A teoria da agência vê a empresa como um vínculo de contratos entre diversos agentes económicos que atuam de forma oportuna dentro dos mercados. Neste contexto, a divulgação social e ambiental pode tornar-se útil para determinar as obrigações de dívida contratuais, contratos de remuneração de gestão e custos implícitos politicamente.

Em contraste com a teoria da agência, a teoria legitimidade fornece uma perspetiva mais abrangente sobre a divulgação da RSE, uma vez que reconhece explicitamente que os negócios estão vinculados por um contrato social, onde as empresas concordam realizar várias ações socialmente desejadas, em troca de aprovação de seus objetivos e outras recompensas e, nomeadamente garantir a sua sobrevivência (Brown & Deegan, 1998; Deegan, 2002; Guthrie & Parker, 1989). Muitos estudos anteriores, sobre as divulgações de empresas forneceram evidências de que as empresas divulgam voluntariamente informações nos seus relatórios anuais como uma estratégia de gestão da sua legitimidade (Campbell, 2000; Deegan & Rankin, 1996; Hutchings & Taylor, 2000; Nasi, Nasi, Phillips & Zyglidopoulos, 1997; Patten, 1991; Woodward, Edwards & Birkin, 2001). A teoria da legitimidade é uma das teorias dominantes na temática RSE (Deegan, 2002; Neu, Warsame & Pedwell, 1998; Patten & Crampton, 2004).

O assunto central que surge na teoria dos *stakeholders* sobre a divulgação empresarial, é que esta é uma ferramenta para gerir as necessidades de informação de vários grupos de *stakeholders* (funcionários, clientes, investidores, autoridades públicas, etc.). E os gestores utilizam este tipo de informação para manipular os *stakeholders* mais poderosos, por forma a cativar o seu apoio, necessário para a sobrevivência e bem-estar da empresa (Gray, Owen & Adams, 1996). Deegan (2002) e Woodward et al. (1996) indicam que, tanto a teoria da legitimidade como a teoria dos *stakeholders* consideram que uma organização é parte de um sistema social mais amplo. A teoria da legitimidade olha para a sociedade como um todo, enquanto a teoria dos *stakeholders* reconhece que alguns grupos dentro da sociedade são mais poderosos do que outros.

Segundo a teoria da sinalização, a divulgação de informação é um sinal transportado para o mercado por forma a reduzir a assimetria das informações, otimizar os custos de financiamento e aumentar o valor da empresa (Baiman & Verrecchia, 1996; Ross, 1979;

Toms, 2002). Para além disso, os efeitos poderiam contribuir de forma positiva para o crescimento económico, criação de emprego e aumento da qualidade de vida, implicitamente com um menor custo de capital, sendo permitido à empresa aumentar o seu nível de investimento (Elliott & Jacobson, 1994). Os incentivos para divulgar voluntariamente informações sobre a sustentabilidade, ou até mesmo os incentivos para publicar relatórios certificados sobre este tipo de informação, podem ser analisados no contexto da teoria da sinalização (Connely, Ketchen & Slater, 2011; Toms, 2002). Além disso, de acordo com Beaver (1989) a divulgação de informação voluntária desempenha um papel muito importante no funcionamento eficiente dos mercados de capitais. Na verdade, Cormier, Ledoux e Magnan (2011) investigaram como as divulgações sociais e ambientais afetam a assimetria de informações no mercado de ações e, os seus resultados mostram que as divulgações sociais e ambientais reduzem estas assimetrias.

Branco e Rodrigues (2008) referem que as empresas consideram envolver-se em práticas RSE por dois motivos. Algumas empresas consideram que ter um bom relacionamento com os seus *stakeholders* irá aumentar a sua rendibilidade, e por conseguinte tornarem-se diferenciadoras no mercado. Outras empresas, optam por atividades e divulgações de RSE, para estar em conformidade com as normas e expectativas dos *stakeholders*, construindo assim um instrumento de legitimidade. Considerando que a primeira motivação pode ser explorada através da perspetiva baseada em recursos (Branco & Rodrigues, 2006; Hasseldine, Salama & Toms, 2005; Toms, 2002), o segundo tipo é consistente com teorias sociais e políticas, principalmente a teoria da legitimidade (Deegan, 2002; Deephouse & Carter, 2005; Neu et. al., 1998; Patten & Crampton, 2004; Zimmerman & Zeitz, 2002).

Os benefícios das políticas RSE, numa perspetiva baseada em recursos, relacionam-se com a reputação da empresa (Branco & Rodrigues, 2006). Uma empresa que é reconhecida pelas suas práticas sociais melhora as relações com os seus *stakeholders*, ajudando a construir uma imagem “limpa” e positiva de toda a organização. Melo e Garrido-Morgado (2012) estudaram se a RSE era importante para a reputação das empresas, e verificaram que as diversas dimensões RSE afetam-na significativamente.

Reverte (2009), dividiu os estudos sobre RSE em três tipos: a) “estudos descritivos”, que informam sobre a natureza e a dimensão da RSE, com algumas comparações entre áreas geográficas e períodos; b) “estudos explicativos”, estes incidem sobre os potenciais fatores

que advêm da divulgação social e ambiental; c) estudos sobre o “impacto da informação social e ambiental”, tendo por base vários utilizadores, analisando a reação do mercado.

Várias investigações sobre a divulgação de informações de RSE notam um aumento gradual do número de empresas que adotam estas práticas e também na quantidade de informação fornecida (Aşıcı & Bünül, 2012; Deegan & Gordon, 1996; Garnåsjordet, Aslaksen, Giampietro, Funtowicz & Ericson, 2012; Gray et. al., 1995; Gray, Javad Power & Sinclair, 2001; Hassan & Ibrahim, 2012; Luna-Sotorrió & Fernández-Sánchez, 2010; Monteiro & Aibar-Guzmán, 2010). No entanto existem diferenças importantes na relevância e na qualidade da informação publicada (Clarkson, Li, Richardson & Vasvari, 2008; Prado-Lorenzo & Garcia-Sánchez, 2010). Em Portugal, apesar de se encontrar alguma evolução na divulgação de informações RSE e da sustentabilidade, este relato não é uma prioridade para os gestores das empresas (Dias, 2009).

Os benefícios relacionados com a divulgação de informação social e ambiental, residem no reforço da imagem que a empresa apresenta no mercado, com o intuito de dar mais confiança aos investidores, por forma a aumentar a liquidez das suas ações (Babio, Muíño & Vidal, 2003; Guo, Lev & Zhou, 2004; Healy, Hutton & Palepu, 1999), obter financiamentos com maior volume (Lev, 2004; Marr & Gray, 2002) e reduzir custos de capital (Easley e O'Hara, 2005).

Cormier e Magnan (2003), sugerem que existe semelhança nas estratégias de divulgação de RSE seja qual for a circunstância sociocultural de um país, salientam ainda, que a globalização da promoção para práticas responsáveis empresariais teve um forte impacto nas empresas cotadas. Já Skouloudis, Jones, Malesios e Evangelinos (2014) argumentam que, apenas as principais empresas optam pela divulgação das suas práticas e políticas sociais e ambientais. As restantes, que o realizam, fazem-no de uma forma superficial.

Algumas pesquisas tem abordado o tema da divulgação da responsabilidade social e da sustentabilidade nos *web sites* empresariais (Branco & Rodrigues, 2006, 2008; Campbell & Beck, 2004; Douglas, Doris & Jonhsson, 2004; Esrock & Leichty, 2000; Holder-Webb, Cohen, Nath & Wood, 2009; Maignan & Ralston, 2002; Tagesson, Blank, Brober & Collin, 2009). Douglas et al. (2004) descobriram que os bancos Irlandeses publicavam mais informação RSE nos seus *web sites* do que nos relatórios anuais. Holder-Webb et al. (2009) confirmaram que os locais preferidos para a publicação de informação sustentável pelas

empresas são os *web sites* empresariais e os comunicados de imprensa, onde as empresas dão mais ênfase aos assuntos da comunidade, saúde e segurança, recursos humanos e programas ambientais. Para Branco e Rodrigues (2008), as empresas preferem os relatórios anuais para a divulgação RSE aos *web sites* empresariais, sendo que a informação mais evidente nos relatórios é a informação ambiental e, a de recursos humanos, enquanto que, na *internet* é a informação sobre a comunidade envolvente a mais frequente.

Nos últimos anos, devido ao período de crise global que ocorreu, surgiram estudos relativamente à RSE e a crise económica e financeira (Arevalo & Aravind, 2010; Burlea, Radu, Craciun, Ionascu & Lolescu, 2010; Fernández & Souto, 2009; Garcia-Benau et al. 2013; Giannarakis & Theotokas, 2011; Karaibrahimoglu, 2010; Mia & Mamun, 2011; Njoroge, 2009; Selvi, Wagner & Turiel, 2010). Apesar de muitas empresas terem reconhecido os benefícios das práticas RSE (Mittal, Sinha & Singh, 2008), em período de crise económica e financeira algumas investigações consideram que esta afetou negativamente a divulgação dos Relatórios de Sustentabilidade (Gomes, Eugénio & Branco, 2015; Karaibrahimoglu, 2010), outros estudos encontraram uma tendência crescente (García-Benau et al., 2013; Giannarakis & Theotokas, 2011; Mia & Mamun, 2011) exceto para o período de 2009- 2010 (Giannarakis & Theotokas, 2011).

A certificação dos relatórios de RSE tem também sido alvo de bastante estudo, sendo que esta certificação tem mostrado ser importante no aumento da qualidade dos relatórios, aumentando a credibilidade destes (Perego & Kolk, 2012). Pesquisas, revelam que a qualidade e quantidade de certificação realizada aos Relatórios de Sustentabilidade, não se alterou nos últimos anos (Gomes et al., 2015; Hodge, Subramaniam & Stewart, 2009; Manetti & Toccafondi, 2012; Perego & Kolk, 2012; Zório et. al., 2013), exceto para Branco, Delgado, Gomes e Eugénio (2014) que denotaram uma diminuição desta certificação. Ainda relativamente a esta temática, foram realizadas algumas investigações quanto aos fatores que influenciam esta prática (Branco et al., 2014; Garcia-Benau, Sierra & Zório, 2012; Kolk & Perego, 2010; Sierra, Zório & Garcia-Benau, 2013). García-Benau et al. (2012) e Branco et al. (2014) concordam que a dimensão é um fator importante para a certificação dos relatórios.

A GRI é um importante marco na história dos Relatórios de Sustentabilidade, e também da Responsabilidade Social. As suas diretrizes são adotadas por muitas empresas no mundo, e esta é uma das razões para se terem realizado estudos sobre a frequência da sua utilização (Roca & Searcy, 2012), quais os determinantes da sua adoção (Nikolaeva & Bicho, 2011) e

como tem sido a sua difusão pelos diversos setores (Alonso-Almeida, Llach & Marimon, 2014). No entanto, Searcy e Bulovich (2014) consideram que as normas GRI cada vez mais são institucionalizadas, tornando difícil a comparabilidade entre empresas.

Por a RSE ser uma área e matéria tão apelativa, diversificada e fascinante, existem outros estudos como o de Hazlett, McAdam e Murray (2007), que explorou a relação existente entre a qualidade da gestão e a RSE, enquanto Beltratti (2005) destacou a proximidade da RSE com a ética. Sweeney e Coughlan (2008) afirmam que os relatórios de RSE são uma ferramenta de comunicação de marketing, por responderem às exigências dos *stakeholders*. Ainda, Spence (2007) explorou a construção do discurso do capitalismo através dos relatórios sociais e ambientais. O anexo 1 apresenta um quadro resumo dos principais resultados da literatura sobre RSE.

3.2. Fatores que influenciam a divulgação de informação RSE

Diversos estudos examinaram os fatores preponderantes para a publicação de informação sobre RSE. De um modo geral, a dimensão da empresa (Adams, Hill & Roberts, 1998; Belkaoui & Karpik, 1989; Branco & Rodrigues, 2008; Choi, 1999; Cormier & Magnan, 2003; Domench, 2003; Frias-Aceituno, Rodríguez-Ariza & Garcia-Sánchez, 2014; Gamerschlag, Möller & Verbeeten, 2010; Giannarakis, 2014; Hackston & Milne, 1996; Hamid, 2004; Haniffa & Cooke, 2005; Holder-Webb et al., 2009; Kent & Monem, 2008; Khan, 2010; Mia & Mamun, 2011; Monteiro & Guzmán, 2009; Neu et al., 1998; Patten, 1991; Prado-Lorenzo, Gallego-Álvarez & Garcia-Sánchez, 2009; Purushothaman, Tower, Hancock & Taplin, 2000; Rahnan, Zain & Al-Haj, 2011; Reverte, 2009; Tagesson et al., 2009), a classificação empresarial relacionada com determinados setores (Amran & Hanniffa 2011; Brammer & Pavelin, 2006; Domench, 2003; Fortanier, Kolk & Pinkse, 2011; Gamerschlag et al., 2010; Haniffa & Cooke, 2005; Kansal, Joshi & Batra, 2014; Lorenzo et al., 2009; Parsa & Kouhy, 2008; Sotorrió & Sánchez, 2010; Tagesson et al., 2009) e a rentabilidade (Brammer & Pavelin, 2006; Cormier & Magnan, 2003; Domench, 2003; Frias-Aceituno et al., 2014; Gamerschlag et al., 2010; Hamid, 2004; Haniffa & Cooke, 2005; Kansal et al., 2014; Kent & Monem, 2008; Khan, 2010; Mia & Mamun, 2011; Monteiro & Guzmán, 2009; Prado-Lorenzo et al., 2009; Tagesson et al., 2009) são as variáveis mais comumente usadas para a seletividade e quantidade de divulgação sobre RSE (ver tabela 1).

Tabela 1 – Determinantes da Seletividade e Extensão da divulgação de RSE

	Seletividade na divulgação de RSE	Extensão da divulgação de RSE	Fatores (Dimensão, Rendibilidade, Endividamento, Reputação da Empresa, Adoção do GRI e Setor de Atividade)
Adams, Hill & Roberts, 1998			Dimensão
Annan & Hamiffa, 2011		+	Setor de Atividade
Belkaoui & Karpik, 1989		+	Dimensão
Brammer & Pavelin, 2006		-	Endividamento
Brammer & Pavelin, 2006		+	Setor de atividade
Brammer & Pavelin, 2006		0	Rendibilidade
Branco & Rodrigues, 2008	+		Dimensão
Choi, 1999			Dimensão/Reputação da empresa
Comier & Magnan, 2003		+	Dimensão/Rendibilidade
Comier & Magnan, 2003		-	Endividamento
Domenech, 2003		+	Dimensão/Setor de atividade
Domenech, 2003		0	Rendibilidade
Fortanier, Kolk & Pinkse, 2011		+	Setor de atividade
Frias-Aceituno, Rodríguez-Ariza & García-Sánchez, 2014	+		Dimensão/Rendibilidade
Frias-Aceituno, Rodríguez-Ariza & García-Sánchez, 2014	+		Rendibilidade
Gamerschlag, Möller & Verbeeten, 2010			Dimensão/Rendibilidade/Setor de atividade
Giamarakis, 2014		+	Dimensão
Giamarakis, 2014		+	Endividamento
Hackston & Milne, 1996		-	Dimensão
Hamid, 2004		+	Rendibilidade
Hamid, 2004		0	Rendibilidade
Haniffa & Cooke, 2005		+	Dimensão/Reputação da empresa
Holder-Webb, Cohen, Nath & Wood, 2009		+	Dimensão/Rendibilidade/Setor de atividade
Kansal, Joshi & Batra, 2014		+	Dimensão
Kent & Monem, 2008	+		Dimensão/Rendibilidade/Reputação da empresa/ Setor de atividade
Kent & Monem, 2008	0		Rendibilidade/Endividamento
Khan, 2010	+		Dimensão
Lorenzo, Álvarez & Sánchez, 2009		+	Dimensão/Rendibilidade
Lorenzo, Álvarez & Sánchez, 2009		+	Dimensão/Adoção GRI
Mia & Marun, 2011		0	Rendibilidade/Setor de Atividade
Mia & Marun, 2011		0	Rendibilidade/Endividamento
Montero & Guzman, 2009		+	Dimensão
Montero & Guzman, 2009		+	Dimensão
Neu, Warsame & Pedwell, 1998		0	Rendibilidade
Nikoleva & Becho, 2011		+	Dimensão
Parsa & Kouhy, 2008		+	Adoção GRI
Patten, 1991		+	Endividamento/Setor de atividade
Purushothaman, Tower, Hancock & Taplin, 2000		+	Dimensão
Purushothaman, Tower, Hancock & Taplin, 2000		+	Dimensão
Rahman, Zain & Al-Haj, 2011		-	Endividamento
Reverte, 2009		+	Dimensão
Sotorrió & Sánchez, 2010		+	Dimensão
Sotorrió & Sánchez, 2010		+	Rendibilidade/Setor de Atividade
Tagesson, Blank, Brober & Collin, 2009		-	Endividamento
Nota: + associação positiva estatisticamente significativa; - associação negativa estatisticamente significativa; 0 associação inexistente		+	Dimensão/Rendibilidade/Setor de atividade

3.2.1. Dimensão

Watts e Zimmerman's (1986) demonstraram a perspectiva que grandes empresas são mais expostas ao escrutínio público, os autores argumentam que esta visibilidade que as grandes empresas têm perante o público lhes traz mais poder de mercado, e com isso mais interesse mediático. Por outro lado, também estão mais expostos ao ressentimento e hostilidade pública, à atenção dos empregados e órgãos governamentais. As grandes organizações têm um maior efeito na comunidade, e por consequência, têm também um maior grupo de *stakeholders* que influenciam a empresa (Hackston and Milne, 1996; Knox, Maklan & French, 2006).

À luz da teoria da agência, uma empresa de maiores dimensões tem também uma maior necessidade de recursos externos, e por isso, uma grande probabilidade de conflitos de interesse entre acionistas, credores e gestores. Consequentemente, os custos de agência sobem, e a divulgação de informação voluntária poderá reduzi-los (Frias-Aceituno et al., 2014).

Analisando o custo-benefício, os custos de preparação e publicação de informação são, provavelmente, independentes do tamanho da empresa (Bonson & Escobar, 2004; Larrán & Giner, 2002). No entanto, os potenciais benefícios são maiores para as grandes empresas, uma vez que há uma relação direta entre os custos de agência e os benefícios de divulgação, entre outros aspetos.

Do ponto de vista empírico, vários estudos descobriram que há uma relação positiva entre a divulgação RSE e a dimensão da empresa (Adams et al., 1998; Cullen & Christopher, 2002; Hamid, 2004; Haniffa & Cooke, 2005; Hossain, Perera & Rahman, 1995; Neu et al., 1998; Patten, 1991). Das pesquisas anteriores concluiu-se que o tamanho da empresa tem um impacto positivo sobre a quantidade de informação financeira e não financeira divulgada (Belkaoui & Karpik, 1989; Bonson & Escobar, 2004; Craven & Marston, 1999; Deegan & Gordon, 1996; Giner, Arce, Cervera & Ruíz, 2003; Gray et al., 2001; Gul & Leung, 2004; Hackston & Milne, 1996; Marston & Polei, 2004; Oyelere, Laswad & Fisher, 2003; Patten, 1991; Prado-Lorenzo et al., 2009; Prencipe, 2004; Sánchez, Rodríguez-Domínguez & Gallego-Álvarez, 2011; Serrano-Cinca Fuertes-Callén & Gutiérrez-Nieto, 2007; Trotman & Bradley, 1981).

Foram realizados estudos relativamente a um determinado documento de publicação de informação RSE, em que Branco e Rodrigues (2008), constataram que a dimensão da empresa está relacionada de forma positiva com a divulgação de informação RSE em *web sites* e relatórios de gestão. Já para Frias-Aceituno et al. (2014) verificaram a mesma relação só que com os relatórios integrados. Ainda Holder-Webb et al. (2009) constataram a relação positiva com a dimensão e a

publicação de informação RSE em *web sites* e, Kent e Monem (2008) nos relatórios *triple bottom line*.

A RSE está relacionada com a dimensão da empresa, com as maiores empresas a divulgarem mais do que as de menor dimensão (Adams et al., 1998; Belkaoui & Karpik, 1989; Choi, 1999; Cormier & Magnan, 2003; Domench, 2003; Gamerschlag et al., 2010; Giannarakis, 2014; Hackson & Milne, 1996; Hamid, 2004; Haniffa & Cooke, 2005; Kansal et al., 2014; Khan, 2010; Mia & Mamun, 2011; Monteiro & Guzman, 2009; Neu et al., 1998; Patten, 1991; Prado-Lorenzo et al., 2009; Purushothaman et al., 2000; Tagesson et al., 2009).

Hipótese H1a: A seletividade na divulgação de informação RSE está associada positivamente com a dimensão da empresa.

Hipótese H1b: A quantidade de informação divulgada sobre RSE está associada positivamente com a dimensão da empresa.

3.2.2. Rendibilidade

Diversos estudos, principalmente focados na teoria dos *stakeholders*, consideram a existência de uma relação positiva entre a política de divulgação social e a rendibilidade (Belkaoui & Karpik, 1989; Cowen, Ferreri & Parker, 1987; Ismail & Chandler, 2005; Roberts, 1992; Ullmann, 1985). No entanto, note-se que nem sempre os resultados confirmam esta suposição (Archel, 2003; Brammer & Pavelin, 2008; Carmona & Carrasco, 1988; Garcia-Ayuso & Larrinaga, 2003; Moneva & Llena, 1996; Patten, 1991; Purushothaman et al., 2000; Roberts, 1992). Segundo Belkaoui e Karpik (1989), a causa implícita de uma relação positiva entre a política de divulgação social e a rendibilidade é o conhecimento da administração. A explicação mais óbvia prende-se com o facto de as empresas com maior rendibilidade terem os meios económicos necessários ao desenvolvimento de projetos RSE (Cowen et al., 1987; Hackston & Milne, 1996; Pirsch, Gupta & Landreth-Grau, 2007). Ou seja, numa empresa com menos recursos financeiros, os membros da gestão concentram-se em atividades mais diretas com a geração de lucros da empresa, do que com a produção de relatórios sociais e ambientais (Roberts, 1992; Ullmann, 1985).

Do ponto de vista da teoria da sinalização, a rendibilidade pode ser considerada como um indicador da qualidade do investimento. Quando são obtidos rendimentos elevados, existe um maior incentivo para revelar informação e assim, reduzir o risco de atrair opiniões adversas no mercado. Empresas rentáveis publicam informações, a fim de distinguir-se de outras não tão bem sucedidas, para aumentar o capital com o menor custo possível e para evitar uma redução do preço de ações. Por outro lado, de acordo com a teoria do custo político, as empresas efetuam divulgação de informações voluntárias quando são obtidos elevados retornos, a fim de justificar os seus lucros (Frias-Aceituno et al., 2014).

No entanto, vários estudos (Giner et al., 2003; Prencipe, 2004; Wagenhofer, 1990) consideraram a possibilidade de uma relação negativa entre a rendibilidade e a divulgação de informação voluntária, uma vez que elevados retornos poderiam induzir as empresas rivais a entrar no mercado. Por conseguinte, é necessário tomar em consideração a influência de custos competitivos, o que tenderia a aumentar com o aumento da rendibilidade.

Determinadas formas de divulgar informação sobre RSE e a relação com a rendibilidade da empresa já foram estudadas, verificando que as empresas mais rentáveis divulgam mais relatórios integrados (Frias-Aceituno et al., 2014), mas Kent e Monem (2008) considera não existir relação significativa entre os relatórios *triple bottom line* e a rendibilidade das empresas.

Alguns estudos anteriores, não encontraram nenhuma relação estatisticamente significativa entre o grau de divulgação de informação RSE e o nível de rendibilidade (Brammer & Pavelin, 2006; Domench, 2003; Hamid, 2004; Monteiro & Guzman, 2009; Prado-Lorenzo et al., 2009). Por outro lado, Cormier e Magnan (2003), Gamerschlag et al. (2010), Haniffa e Cooke (2005), Kansal et al. (2014), Khan (2010), Sotorrió e Sánchez (2010) e Tagesson et al. (2009) indicaram uma influência positiva.

Hipótese H2a: A seletividade na divulgação de informação RSE está associada com a rendibilidade das empresas.

Hipótese H2b: A quantidade de informação divulgada sobre RSE está associada com a rendibilidade da empresa.

3.2.3. Endividamento

Do ponto de vista dos *stakeholders*, estes têm interesses diferentes na empresa, quer sejam financeiros ou não financeiros. A influência exercida pelos diversos *stakeholders*, juntamente com a estratégia da empresa, tem um efeito importante na publicação de relatórios sobre informação RSE e sustentável (Prado-Lorenzo et al. 2009). No entanto os *stakeholders* têm um grau de poder sobre os recursos necessários pela organização (Ullmann, 1985), e os gestores dão primazia à satisfação das exigências dos *stakeholders* relevantes (investidores e credores), em detrimento dos *stakeholders* menos poderosos (funcionários ou comunidade em geral).

Dentro do contexto da teoria da agência, Jensen e Meckling (1976) argumentam que as empresas mais endividadas divulgam informação voluntária de modo a reduzir custos de agência, e como resultado os custos de capital. No entanto, Brammer e Pavelin (2008) argumentam que um diminuto grau de alavancagem garante que os credores exerçam menos pressão para restringir o critério dos gestores sobre atividades de RSE, que apenas estão ligadas à empresa de forma indireta.

Kent e Monem (2008) não verificaram qualquer relação entre a divulgação dos relatórios *triple bottom line* e o endividamento das empresas.

Brammer e Pavelin (2006), Cormier e Magnan (2003), Giannarakis (2014), Purushothaman et al. (2000) e Sotorrió e Sánchez (2010), preveem uma relação negativa entre alavancagem e o grau de divulgação da RSE, em que as empresas com grande alavancagem podem ter relações mais estreitas com os seus credores e usar outros meios para divulgar informações de responsabilidade social. Mia e Mamun (2011) não encontraram qualquer relação significativa e Parsa e Kouhy (2008) concluíram no seu estudo que as empresas mais endividadas divulgam mais informação RSE.

Hipótese H3a: A seletividade na divulgação de informação RSE está associada com o endividamento da empresa.

Hipótese H3b: A quantidade de informação divulgada sobre RSE está associada com o endividamento da empresa.

3.2.4. Reputação da Empresa

A divulgação de uma empresa pode ser influenciada pela sua reputação, medida pela sua idade de existência (Akhtaruddin, 2005; Owusu-Ansah, 1998). A idade da empresa pode também ter impacto nas atividades de RSE, por um lado, empresas mais maduras podem investir mais em atividades de responsabilidade social para manter ou melhorar a sua reputação, por outro lado, as empresas mais jovens podem tentar diferenciar-se tornando-se socialmente mais responsáveis. Estudos anteriores têm sido inconclusivos sobre a relação entre RSE e a reputação. Choi (1999), Hamid (2004) e Kansal et al. (2014) consideram um fator determinante para o grau de divulgação de informação RSE. Por outro lado, Hossain e Reaz (2007) não encontraram qualquer relação.

Hipótese H4a: A seletividade na divulgação de informação RSE está associada com a reputação da empresa

Hipótese H4b: A quantidade de informação divulgada sobre RSE está associada com a reputação da empresa.

3.2.5. Adoção GRI

A GRI é a estrutura voluntária mais usada no mundo para a construção de Relatórios de Sustentabilidade (Manetti & Becatti 2009; Reynolds & Yuthas 2008; Willis, 2003). As diretrizes GRI são fundamentais para a melhoria da qualidade dos relatos social e ambiental. Du, Bhattacharya e Sen (2010) consideram que os padrões de divulgação da GRI aumentam a credibilidade de uma empresa. Desde a sua primeira publicação, em 1999, seguindo o modelo de sistema de informação dos Estados Unidos – FASBI (Brown et al., 2009), tem surgido alterações e melhoria às diretrizes GRI, sendo que atualmente está em prática a G4.

A GRI ganhou ampla legitimidade não só com as organizações, mas também com agências governamentais e organizações multilaterais (Levy, Brown & de Jong, 2010).

Apesar dos esforços de normalização, diferenças significativas permanecem entre empresas de diferentes ambientes, no que diz respeito ao conteúdo e à qualidade dos Relatórios de Sustentabilidade (Fortanier et al., 2011). Com isto, um certo conjunto de organizações, como instituições financeiras, ONG e PME's não optam pelas diretrizes GRI (Levy et al., 2010). No

entanto existem recentes estudos (Clarkson et al., 2008; Nikolaeva & Bicho, 2011; Prado-Lorenzo et al., 2009), que consideraram a adoção das diretrizes GRI nos Relatórios de Sustentabilidade e que denotam um crescente aumento da sua adoção.

Nikolaeva e Bicho (2011) e Prado-Lorenzo et al. (2009) verificaram que o grau de divulgação de informação sobre RSE está positivamente relacionado com a adoção das políticas e diretrizes GRI.

Hipótese H5a: A seletividade na divulgação de informação RSE está associada positivamente com a adoção das recomendações GRI pela empresa.

Hipótese H5b: A quantidade de informação divulgada sobre RSE está associada positivamente com a adoção das recomendações GRI pela empresa.

3.2.6. Setor de Atividade

Supõe-se que empresas do mesmo setor adotem comportamentos semelhantes em relação à informação que reportam para os *stakeholders* (Watts & Zimmerman, 1978). O ambiente externo em que se enquadra cada empresa influencia as suas políticas e decisões e, conseqüentemente, a sua competitividade e sucesso. Este ambiente e as pressões que ele exerce, variam em função do setor de atividade, nomeadamente, a influência exercida sobre a política e forma de divulgação.

Meek, Roberts e Gray (1995) referem que os custos políticos e fiscais, os custos com desvantagens competitivas e outros custos com a informação voluntária variam em função da indústria, logo o setor em que cada empresa está inserida vai influenciar a decisão de divulgação.

Alguns estudos descobriram que o setor de atividade ajuda a explicar a quantidade de informação divulgada voluntariamente (Bonson & Escobar, 2004; Gul & Leung, 2004; Oyelere, Laswad & Fisher, 2003), outros não encontraram qualquer relação estatisticamente significativa (Craven & Marston, 1999; Giner, 1997; Giner et al., 2003; Larrán & Giner, 2002), concluindo então que a adesão a um determinado setor é irrelevante para a divulgação de informação voluntária da empresa.

O grau de divulgação de informação RSE também foi estudado e apesar de Prado-Lorenzo et al. (2009) não verificarem qualquer relação entre este e o setor de atividade, muitos outros estudos concluíram que existe uma associação positiva entre o setor de atividade e a quantidade de

informação sobre RSE divulgada (Amran & Haniffa, 2011; Brammer e Pavelin, 2006; Domench, 2003; Fortanier et al., 2011; Gamerschlag et al., 2010; Haniffa & Cooke, 2005; Kansal et al. 2014; Parsa & Kouhy, 2008; Sotorrió & Sánchez, 2010; Tagesson et al. 2009).

Hipótese H6a: A seletividade na divulgação de informação RSE está associada positivamente com o setor de atividade da empresa.

Hipótese H6b: A quantidade de informação divulgada sobre RSE está associada positivamente com o setor de atividade da empresa.

4. Metodologia

O presente ponto do trabalho destina-se à apresentação da amostra considerada neste estudo de investigação, bem como ao método de recolha dos dados e o método de análise dos mesmos. A operacionalização das variáveis que se pretende testar, através das hipóteses formuladas anteriormente, também é descrita neste ponto.

4.1. Amostra

A população analisada no presente estudo é constituída por todas as emitentes nacionais cotadas no mercado de valores mobiliário *Euronext Lisbon* a 31 de Dezembro de cada ano, entre o período de 2005 a 2014. Para determinar as empresas que estavam cotadas a 31 de dezembro para cada ano em estudo, foi requerida à CMVM a cedência de uma listagem da informação solicitada. Todas as empresas financeiras foram eliminadas, e ainda as empresas CIN para o ano de 2006 e a Papelaria Fernandes entre os anos 2006 a 2009, por privação de informação.

A amostra final é constituída por um total de 378 observações, tal como surge na Tabela 2.

4.2. Pesquisa e Recolha de Dados

Do site oficial da CMVM, foi retirado, para cada ano, o respetivo Relatório de Contas e sempre que possível, o Relatório de Sustentabilidade e o Relatório Social. Foram também analisados os *web sites* empresariais, com o objetivo de extrair os Relatórios de Sustentabilidade e os Relatórios Sociais de cada empresa. Foi ainda consultada a base de dados do *site* da BCSD Portugal quanto aos Relatórios de Sustentabilidade.

Tabela 2 - Caracterização da Amostra

	Nada divulga	Relatório de Gestão	Relatório de Gestão e Relatório Social	Relatório de Gestão e Relatório de Sustentabilidade	Total
<i>Painél A: Número de empresas</i>					
2005	24	6	1	3	34
2006	17	11	0	7	35
2007	17	11	0	9	37
2008	17	13	2	7	39
2009	14	14	2	9	39
2010	18	9	1	11	39
2011	17	12	0	10	39
2012	16	13	0	9	38
2013	16	15	0	8	39
2014	16	17	2	4	39
					378
<i>Painél B: Número de páginas</i>					
2005	0	64	57	120	241
2006	0	220	0	7	227
2007	0	267	0	763	1.030
2008	0	309	62	530	901
2009	0	302	101	751	1.154
2010	0	142	92	1.020	1.254
2011	0	162	0	985	1.147
2012	0	147	0	938	1.085
2013	0	153	0	720	873
2014	0	154	115	424	693

4.2.1. Variáveis Dependentes

O presente estudo pretende averiguar quais os fatores determinantes das políticas de seletividade adotadas na divulgação de informação RSE, assim como os fatores determinantes da quantidade de informação divulgada sobre RSE, pelas empresas cotadas na *Euronext Lisbon*, no período de 2005-2014.

Para o efeito foram criadas duas variáveis dependentes: “seletividade da informação divulgada sobre RSE” (SRSE) e “quantidade de informação divulgada sobre RSE” (QRSE). A variável dependente SRSE é uma variável *dummy*, que pretende averiguar o documento onde as divulgações sobre RSE são efetuadas. Para o efeito, a variável foi mensurada através da atribuição do valor “0” se a empresa nada divulga, a atribuição do valor “1” se a empresa divulga informação sobre RSE no Relatório de Gestão, a atribuição do valor “2” se a empresa divulga informação sobre RSE no Relatório de Gestão e no Relatório Social e, a atribuição do valor “3” se a empresa divulga informação sobre RSE no Relatório de Gestão e no Relatório de Sustentabilidade.

A medição da quantidade de divulgação pode assumir muitas formas, incluindo o nº de caracteres, palavras, frases, páginas ou proporção de páginas que cobrem as diversas categorias de divulgação social (Unerman, 2000). Para este estudo a variável QRSE é uma variável quantitativa que avalia a quantidade de informação divulgada tendo sido mensurada pela soma de número de páginas (Cowen et al., 1987; Deegan & Rankin, 1996) que contém informação sobre RSE ao longo dos vários documentos analisados (Relatórios de Gestão, Relatórios Sociais e Relatórios de Sustentabilidade).

4.2.2. Variáveis Independentes

A tabela 3 descreve as variáveis independentes utilizadas e o modo como foram estimados, incluindo ainda o sinal esperado.

Tabela 3 - Definição das Variáveis Independentes e Respetiva Mensuração

Variáveis independentes	Mensuração	Sinal previsto
Dimensão	Total do ativo (Milhões de Euros)	+
	Volume de negócios (Milhões de Euros)	+
	Número de empregados	+
Rendibilidade	Return on Equity = Resultado antes de Impostos / Capital Próprio	?
	Return on Assets = Resultado antes de Impostos / Total do Ativo	?
Endividamento	Rácio de Endividamento = Total do Pasivo / Total do Ativo	?
Reputação da empresa	Número de anos de existência da empresa desde a sua constituição	?
Adopção do GRI	Variável dummy = 1 se a empresa adota o GRI e 0 no caso contrário	+
Sector de atividade	Variável dummy = 1 se a empresa é industrial e 0 no caso contrário	+

Dimensão

A variável dimensão foi avaliada através de três *proxies*: *total do ativo*, *volume de negócios* e *número de empregados* (Domingos, 2010; Domench & Dallo, 2001; Hackston & Milne, 1996). A tabela 4 (painel A) mostra que estas duas variáveis são fortemente correlacionadas. Para evitar problemas de potencial colineariedade foi efetuada uma análise de componentes principais e gerado um índice de dimensão. A tabela 5 (Painel A), mostra que a unidimensionalidade foi assegurada, pois apenas um componente foi extraído, explicando 70,92% da variância total (valores próprios > 1). A análise de componentes principais foi validada pelo teste de esfericidade de Bartlett, que testa a presença de correlação entre as variáveis e, o grau de intercorrelação entre as variáveis foi quantificado pela estatística Kaiser-Meyer-Olkin (KMO). O teste de esfericidade de Bartlett é estatisticamente significativo ($\chi^2 = 470,147$; $p\text{-value} < 0,01$). A estatística KMO foi considerada razoável (KMO = 0,57). Foi ainda, efetuado um teste de fiabilidade para avaliar o grau de consistência interna entre as várias medidas da variável e confirmar que cada item individual mede o mesmo constructo. A

consistência interna foi corroborada pelo alfa de Cronbach (0,82). O componente extraído representa um índice composto de dimensão da empresa j no ano t :

$$\text{Dimensão}_{jt} = 0,931 \times \text{total ativos}_{jt} + 0,867 \times \text{volume negócios}_{jt} + 0,714 \times \text{empregados}_{jt}$$

Rendibilidade

A variável *rendibilidade* foi avaliada através de duas *proxies*: *return on equity* (Belkaoui & Karpik, 1989; Bewley & Li, 2000; Magness, 2006; Mia & Mamun, 2011; Tagesson et al., 2009) e *return on assets* (Belkaoui & Karpik, 1989; Bewley & Li, 2000; Brammer & Pavelin, 2008; Clarkson et al., 2008; Sierra et al. 2013; Simnett, Vanstraelen & Chua, 2009; Zorio et al., 2013). A tabela 4 (painel B) mostra que estas duas variáveis são fortemente correlacionadas. Para evitar problemas de potencial colineariedade foi efetuada uma análise de componentes principais e gerado um índice de rendibilidade. A tabela 5 (painel B) mostra que a unidimensionalidade foi assegurada, pois apenas um componente foi extraído, explicando 61,785% da variância total (valores próprios > 1). A análise de componentes principais foi validada pelo teste de esfericidade de Bartlett, que testa a presença de correlação entre as variáveis e o grau de intercorrelação entre as variáveis foi quantificado pela estatística Kaiser-Meyer-Olkin (KMO). O teste de esfericidade de Bartlett é estatisticamente significativo ($\chi^2 = 21,462$; $p\text{-value} < 0,01$). A estatística KMO foi considerada razoável (KMO = 0,50). Foi ainda efetuado um teste de fiabilidade para avaliar o grau de consistência interna entre as várias medidas da variável e confirmar que cada item individual mede o mesmo constructo. A consistência interna foi corroborada pelo alfa de Cronbach (0,85). O componente extraído representa um índice composto de dimensão da empresa j no ano t :

$$\text{Rendibilidade}_{jt} = 0,786 \times \text{Return on Equity}_{jt} - 0,786 \times \text{Return on Assets}_{jt}$$

Tabela 4 - Matriz de Correlação entre as proxies das variáveis Dimensão e Rendibilidade

		Dimensão			Rendibilidade		
		Volume de negócios		Total de ativos	N.º de empregados	Returns	
N		Coeficiente	p-value	Coeficiente	p-value	Coeficiente	p-value
Painél A: Variável dimensão							
Volume de negócios	378	1,000					
Total de ativos	378	0,774	0,000	1,000			
N.º de empregados	378	0,530	0,000	0,360	0,000	1,000	
Painél B: Rendibilidade							
Return on Equity						378	1,000
Return on Assets						378	-0,236 0,000 1,000

Tabela 5 - Análise de Componentes Principais para as variáveis Dimensão e Rendibilidade

Descrição	Dimensão		Rendibilidade			
	Estatística	d	p-value	Estatística	d	p-value
<i>Painél A: KMO e teste de esfericidade de Bartlett</i>						
Estatística KMO	0,579			0,500		
Teste de esfericidade de Bartlett	470,147	3,000	0,000	21,462	1,000	0,000
Valores próprios iniciais			Valores próprios iniciais			
Total			% de variância	% cumulativa	Total	% de variância % cumulativa
<i>Painél B: Variância total explicada</i>						
Componente 1	2,128	70,926	70,926	1,236	61,785	61,785
Componente 2	0,673	22,423	93,349	0,764	38,215	100,000
Componente 3	0,200	6,651	100,000			
Componente 1			Componente 1			
<i>Painél C: Matriz de componentes</i>						
Volume de negócios			0,931	Return on Equity		0,786
Total de ativos			0,867	Retur on Assets		-0,786
Nº de empregados			0,714			

Endividamento

A variável *endividamento* foi mensurada através do rácio de endividamento resultante da relação entre o total do passivo e o total do ativo (Belkaoui & Karpik, 1989; Clarkson et al. 2008; Prado-Lorenzo et al. 2009; Sierra et al., 2013; Zorio et al., 2013).

Reputação da Empresa

A variável *reputação da empresa* foi avaliada pelo número de anos de uma empresa desde a sua constituição (Akhtaruddin, 2005; Choi 1999; Erhemjamts, Li & Venkateswaran, 2013; Hamid, 2004; Hossain & Reaz, 2007; Owusu-Ansah, 1998).

Adoção GRI

A *adoção do GRI* foi mensurada através de uma *dummy* que assume valor de “1” se a empresa adotou o GRI e o valor de “0” no caso contrário (Clarkson et al., 2008; Nikolaeva & Bicho, 2011; Prado-Lorenzo et al., 2009).

Setor de Atividade

O *setor de atividade* foi mensurado através de uma *dummy* que assume valor de “1” se a empresa for industrial e o valor “0” no caso contrário.

4.3. Modelos Econométricos

O presente estudo pretende averiguar quais os fatores determinantes das políticas de seletividade adotadas na divulgação de informação de RSE, assim como os fatores determinantes da quantidade de informação divulgada sobre RSE pelas empresas cotadas na *Euronext Lisbon*, no período de 2005-2014. Na análise dos fatores determinantes da seletividade foi utilizado um modelo de regressão ordinal, pois a variável “seletividade da informação divulgada sobre RSE” da empresa j no período t ($SRSE_{jt}$) foi avaliada através de uma *dummy* que assume o valor “0” se a empresa nada divulga, o valor “1” se a empresa divulga informação sobre RSE no Relatório de Gestão, o valor “2” se a empresa divulga informação sobre RSE no Relatório de Gestão e no Relatório Social e o valor “3” se a empresa divulga informação sobre RSE no Relatório de Gestão e Relatórios de Sustentabilidade. Para o efeito, foi construído o seguinte modelo de estimação:

$$SRSE_{jt} = \alpha_0 + \beta_1 \text{Dimensão}_{jt} + \beta_2 \text{Rendibilidade}_{jt} + \beta_3 \text{Endividamento}_{jt} + \beta_4 \text{Reputação}_{jt} + \beta_5 \text{Adoção GRI}_{jt} + \beta_6 \text{Setor de Atividade}_{jt} + \dots + \mu_{jt}$$

Onde $t = \{2005, \dots, 2014\}$ e $j = 1, 2, \dots, n$ (n = amostra não balanceada)

Na análise dos fatores determinantes da quantidade de informação divulgada foi utilizado um modelo de regressão linear múltipla, pois a variável “quantidade da informação divulgada sobre RSE” pela empresa j no período t ($QRSE_{jt}$) é quantitativa e foi avaliada através da soma de número de páginas que contêm informação sobre RSE ao longo dos vários documentos analisados (Relatório de Gestão, Relatórios Sociais e Relatórios de Sustentabilidade). Para o efeito, foi construído o seguinte modelo de estimação:

$$QRSE_{jt} = \alpha_0 + \beta_1 \text{Dimensão}_{jt} + \beta_2 \text{Rendibilidade}_{jt} + \beta_3 \text{Endividamento}_{jt} + \beta_4 \text{Reputação}_{jt} + \beta_5 \text{Adoção GRI}_{jt} + \beta_6 \text{Setor de Atividade}_{jt} + \dots + \mu_{jt}$$

Onde $t = \{2005, \dots, 2014\}$ e $j = 1, 2, \dots, n$ (n = amostra não balanceada)

5. Análise de Resultados

5.1. Variável Documento de Responsabilidade Social

A tabela 2 documenta que a maioria das empresas cotadas em Portugal não divulga informação sobre RSE. Os dados da Tabela 6 indicam que aquelas que o fazem, geralmente usam o Relatório de Gestão (32%) ou o Relatório de Gestão e o Relatório de Sustentabilidade (20,4%). Normalmente, a dimensão destas divulgações ronda em média as 25 páginas, tendo algumas empresas atingido máximos de 187 páginas. Contudo, tanto os dados da tabela 2 como da tabela 6 não nos permitem identificar uma tendência de políticas de divulgação consistente com nenhum dos quadros teóricos documentados na literatura anterior.

As empresas apresentam baixos níveis de rendibilidade (valor médio = 0,106), sendo a causa mais provável no período de crise financeira que se fez sentir nos últimos anos.

O valor médio do endividamento é elevado (valor médio = 0,733), com valores compreendidos entre um mínimo 0,054 e um máximo de 1,996. Estes resultados indicam a forte dependência que as empresas têm dos seus credores externos, nomeadamente as instituições financeiras, consequências diretas da recente crise financeira e económica mundial, mas também justificadas pelas características do tecido empresarial português.

Apenas 19,30% das empresas adotaram as normas da GRI nos seus documentos de divulgação de informação e apenas 34,10% das empresas são industriais.

Tabela 6 - Análise Descritiva

Variáveis	Mensuração	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Skewness
Número de Páginas	Soma	378	0,000	187,000	24,923	43,803	1,831
Dimensão	ACP	378	33,734	52.340,519	4.126,325	8.392,287	3,747
Rendibilidade	ACP	378	-6,831	22,226	0,106	1,353	11,375
Endividamento	Rácio	378	0,054	1,996	0,733	0,211	1,353
Reputação da empresa	Soma	378	1,000	222,000	39,328	38,423	2,865
						Soma	Percentagem
Documento de Responsabilidade Social	Variável <i>dummy</i>	3 = Relatório de Gestão/Relatório de Sustentabilidade				77	20,40%
		2 = Relatório de Gestão/Relatório Social				8	2,10%
		1 = Relatório de Gestão				121	32%
Adopção do GRI		0 = Nada Divulga				172	45,50%
		1 = Adota o GRI				73	19,30%
		0 = Não adota o GRI				305	80,70%
Setor de atividade	Variável <i>dummy</i>	1 = Setor Industrial				129	34,10%
		0 = Setor Não Industrial				249	65,90%

A tabela 7 mostra a análise sobre se as variáveis dependentes e independentes seguem uma distribuição normal, evidenciando que nenhuma das variáveis dependentes e independentes apresenta uma distribuição normal ($p\text{-value} < 0,05$).

Tabela 7 - Testes à Distribuição Normal

	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	p-value	Estatística	df	p-value
Número de Páginas	0,339	378	0,000	0,637	378	0,000
Dimensão	0,313	378	0,000	0,502	378	0,000
Rendibilidade	0,385	378	0,000	0,214	378	0,000
Endividamento	0,081	378	0,000	0,904	378	0,000
Reputação da empresa	0,159	378	0,000	0,705	378	0,000

a) Com a correção de Lilliefors

5.2. Resultados dos Modelos de Regressão

5.2.1. Seletividade da Informação Divulgada

Na análise dos fatores explicativos das políticas de SRSE foi utilizado um modelo de regressão ordinal, após controlo dos efeitos anuais de cada exercício económico. Para o efeito, foram geradas dez variáveis *dummy*, que foram incluídas no modelo como variáveis de controlo: Ano 2005, Ano 2006, Ano 2007, Ano 2008, Ano 2009, Ano 2010, Ano 2011, Ano 2012, Ano 2013 e Ano 2014.

A tabela 8 apresenta os resultados do modelo de regressão ordinal, para os anos de 2005 a 2014, isto é, tendo em conta a variável dependente que analisa o tipo de documento onde as empresas divulgam a informação sobre RSE.

O modelo de regressão ordinal foi utilizado, através do uso da função *link* de Cauchy, na medida em que as classes da variável dependente de maior e menor ordem eram as mais frequentes, ao longo dos 10 anos de análise (Maroco, 2007). Quanto ao ajustamento do modelo, a estatística Qui-quadrado é estatisticamente significativa ($G^2=358,23$; $p\text{-value} < 0,01$), indicando que pelo menos uma variável independente afeta significativamente as probabilidades de ocorrência das classes da variável dependente, como ajustado pelo modelo. A qualidade do ajustamento do Qui-quadrado de Pearson (Qui-quadrado = 1.092,113; $p\text{-value} > 0,05$) e da Deviance (Qui-quadrado = 495,014; $p\text{-value} > 0,05$) indicam que o modelo se

ajusta aos dados. Verifica-se ainda a significância do ajustamento do modelo completo, pois o teste da homogeneidade dos declives não é estatisticamente significativo ($X^2 = 20,29$; $p\text{-value} > 0,05$), confirmando-se o pressuposto de homogeneidade dos declives. Os valores dos Pseudo- R^2 de Cox & Snell ($R^2\text{CS} = 0,61$), de Nagelkerke ($R^2\text{N}=0,68$) e de McFadden ($R^2\text{MF} = 0,42$) sugerem um modelo com qualidade adequada.

Os resultados da tabela 8 evidenciam que a política de SRSE está positivamente associada com a dimensão, o endividamento e o setor de atividade ($p\text{-value} < 0,01$). Estes resultados confirmam as hipóteses H1a, H3a e H6a. As empresas industriais de maior dimensão e com maior endividamento optam por divulgar a informação sobre RSE tanto no Relatório de Gestão como no Relatório de Sustentabilidade.

Os resultados também indicam que a política de SRSE está negativamente associada com a variável adoção do GRI ($p\text{-value} < 0,01$). Este resultado não confirma a hipótese H5a. As empresas que não adotam as recomendações do GRI, regra geral, são aquelas que nada divulgam. Mas quando o divulgam, optam por fazê-lo apenas no Relatório de Gestão. A opção de efetuar as divulgações no Relatório de Gestão e no Relatório de Sustentabilidade está associada a questões de necessidade de gerir a sua legitimidade perante os seus *stakeholders* mais relevantes (como é o caso dos credores), nomeadamente quando estas empresas possuem elevados níveis de endividamento.

A política de SRSE não está associada com a *rendibilidade e reputação da empresa* ($p\text{-value} > 0,05$), não confirmando as hipóteses H2a e H4a.

Tabela 8 - Resultados do Modelo de Regressão Ordinal: Documento de Responsabilidade Social

Variáveis		Coeficientes	Wald	p-value
Limites	Nada Divulga	-20,976	17,020	,000
	Relatório de Gestão	-16,129	11,203	,001
	Relatório de gestão e Relatório Social	-14,060	9,153	,002
Localização	Dimensão	1,090	22,148	,000
	Rendibilidade	,017	,012	,912
	Endividamento	,478	8,669	,003
	Reputação da Empresa	-,034	,049	,825
	Adopção do GRI (classe = 0)	-11,984	24,906	,000
	Setor de Atividade (classe = 0)	2,677	28,064	,000
	Ano de 2006 (classe = 0)	-1,134	2,754	,097
	Ano de 2007 (classe = 0)	-1,146	2,736	,098
	Ano de 2008 (classe = 0)	-1,128	2,858	,091
	Ano de 2009 (classe = 0)	-1,788	6,477	,011
	Ano de 2010 (classe = 0)	-,945	2,018	,155
	Ano de 2011 (classe = 0)	-1,198	3,202	,074
	Ano de 2012 (classe = 0)	-1,408	4,383	,036
	Ano de 2013 (classe = 0)	-1,603	5,793	,016
	Ano de 2014 (classe = 0)	-1,848	7,405	,007
Ajustamento do Modelo:				
Qui-quadrado ($G^2_{(15)}$):			358,23	0,000
Qualidade do ajustamento:				
Pearson			1092,11	0,690
Deviance			495,01	1,000
Pseudo R ² :				
Cox & Snell			0,61	
Nagelkerke			0,68	
McFadden			0,42	
Homogeneidade dos declives:				
Qui-quadrado ($X^2_{LP(30)}$):			20,29	0,909
Link function: Cauchit.				

5.2.2. Extensão de Informação Divulgada sobre RSE

Para avaliar os fatores explicativos da QRSE divulgada pelas empresas cotadas portuguesas, para o período 2005-2014, foi utilizado um modelo de regressão linear múltiplo. Para o efeito foram geradas dez variáveis *dummy* como variáveis de controlo: Ano 2005, Ano 2006, Ano 2007, Ano 2008, Ano 2009, Ano 2010, Ano 2011, Ano 2012, Ano 2013 e Ano 2014.

O modelo de regressão foi estimado com recurso ao Método dos Mínimos Quadrados, tendo presente que estamos perante dados em painel não balanceados. Para o efeito, foi utilizado um modelo para dados *pooled*, mas foram também aferidas as hipóteses de existência de efeitos fixos e de efeitos aleatórios.

A violação da normalidade da distribuição, sugerida pelos testes Kolmogorov-Smirnov (K-S) e Shapiro-Wilk, para a variável dependente e para as variáveis independentes (tabela 7), pode ter consequências relevantes nas inferências sobre estas mesmas variáveis, quando trabalhadas no modelo de regressão, o que obrigou a previamente efetuar um procedimento de normalização de todas, através da transformação de Blom, conforme sugerido por Cooke (1998).

Os pressupostos do modelo foram verificados quanto a *outliers*, autocorrelação, multicolinearidade, heterocedasticidade e distribuição normal dos resíduos, sendo que a tabela 9 apresenta os resultados do modelo de regressão utilizado. Para testar a existência de multicolinearidade foram calculados os *Value Inflated Factors*. O maior destes valores ($VIF = 1,987$), sugere que o problema da multicolinearidade é mínimo. O teste de heterocedasticidade de White foi efetuado para testar a homogeneidade das variâncias dos resíduos. A tabela 5 demonstra que os resultados apresentavam heterocedasticidade ($p\text{-value} < 0,05$), tendo sido corrigidos os erros padrão e a covariância pelos procedimento de White. O teste de Kolmogorov-Smirnov (com correção de Lillefors) foi utilizado para testar a normalidade dos resíduos, sendo os resultados evidenciam que os mesmos seguem uma distribuição normal ($p\text{-value} > 0,01$). Para testar os níveis de autocorrelação foi utilizada a estatística de Durbin-Watson, que como apresenta uma valor próximo de 2 ($DW = 2,137$), sugere que o problema de autocorrelação é mínimo.

A tabela 9 demonstra que o modelo de regressão é válido em termos globais, significando que é em geral estatisticamente significativo para explicar a QRSE ($F = 53,037$; $p\text{-value} < 0,01$). A obtenção de um R^2 ajustado de 0,685, evidencia que o poder explicativo das variáveis

independentes na variação da QRSE é de 68,50%. Como os dados em análise eram dados em painel (não balanceados) o modelo OLS foi utilizado para dados *pooled*. Para analisar se o modelo OLS para dados *pooled* era apropriado foi avaliada a hipótese da existência de efeitos fixos, através da estatística F ($F = 0,825$; $p\text{-value} > 0,05$), assim como a hipótese da existência de efeitos aleatórios, através da estatística de Breusch-Pagan ($LM = 4,397$; $p\text{-value} > 0,01$). Estes resultados sugerem que o modelo OLS para dados *pooled* é apropriado, pois não validam nem a hipótese da existência de efeitos fixos, nem a existência de efeitos aleatórios.

Os resultados da tabela 9 evidenciam que a QRSE está associada positivamente com a dimensão, a reputação da empresa e a adoção do GRI ($p\text{-value} < 0,01$). Estes resultados suportam as hipóteses H1b, H4b e H5b. Divulgam mais informação as empresas de maior dimensão (Adams et al., 1998; Belkaoui & Karpik, 1989; Choi, 1999; Cormier & Magnan, 2003; Domench, 2003; Gamerschlag et al., 2010; Giannarakis, 2014; Hackston & Milne, 1996; Hamid, 2004; Haniffa & Cooke, 2005; Kansal et al., 2014; Khan, 2010; Mia & Mamun, 2011; Neu et al., 1998; Patten, 1991; Prado-Lorenzo et al., 2009; Purushothaman et al., 2000; Rahnan et al., 2011; Reverte, 2009; Tagesson et al., 2009), mais antigas e, portanto, com maiores níveis de reputação (Choi, 1999; Hamid, 2004; Kansal et al., 2014) e que tenham adotado as recomendações do GRI (Nikolaeva & Bicho, 2011; Prado-Lorenzo et al., 2009).

A QRSE está negativamente associada com o setor de atividade ($p\text{-value} < 0,01$). Este resultado confirma a hipótese H6b. As empresas não industriais têm mais preocupações relacionadas com responsabilidade social divulgando mais informação do que as empresas industriais, evidenciando que o setor é preponderante na quantidade de informação RSE divulgada (Amran & Hanniffa 2011; Brammer & Pavelin, 2006; Domench, 2003; Gamerschlag, Möller & Ver et al., 2010; Haniffa & Cooke, 2005; Kansal et al., 2014; Parsa & Kouhy, 2008; Sotorrío & Sánchez, 2010; Tagesson et al., 2009).

A QSRE não está associada com a rentabilidade e o endividamento ($p\text{-value} > 0,05$). Estes resultados não suportam as hipóteses H2b e H3b. Corroborando com certos autores, que identificaram igualmente a inexistência de relação entre a quantidade de informação sobre RSE divulgada e a rentabilidade (Brammer & Pavelin, 2006; Domench, 2003; Hamid, 2004; Mia & Mamun, 2011; Monteiro & Guzman, 2009; Prado-Lorenzo et al., 2009) e o endividamento (Mia & Mamun, 2011).

Tabela 9 - Resultados do Modelo de Regressão OLS: Extensão do Relato de Responsabilidade Social

	Sinal previsto	Número de páginas (N=360)			
		Modelo Pooled			
		Coeficientes	Estatística t	p-value	VIF
Constante		-0,320	-4,294	0,000	
Dimensão	+	0,248	10,389	0,000	1,203
Rendibilidade	?	0,032	1,370	0,172	1,160
Endividamento	?	0,033	1,261	0,208	1,231
Reputação da Empresa	?	0,074	2,949	0,003	1,081
Adopção do GRI	+	1,366	21,198	0,000	1,259
Setor de Atividade	+	-0,382	-7,766	0,000	1,128
Ano de 2006	?	0,199	2,011	0,045	1,878
Ano de 2007	?	0,172	1,723	0,086	1,898
Ano de 2008	?	0,199	1,854	0,065	1,923
Ano de 2009	?	0,244	2,271	0,024	1,902
Ano de 2010	?	0,204	1,876	0,062	1,884
Ano de 2011	?	0,252	2,329	0,020	1,969
Ano de 2012	?	0,262	2,524	0,012	1,957
Ano de 2013	?	0,260	2,495	0,013	1,987
Ano de 2014	?	0,312	3,038	0,003	1,963
Ajustamento do modelo:					
R ²			0,698		
R ² ajustado			0,685		
Estatística F			53,037	0,000	
Durbin-Watson			2,137		
Heterocedasticidade dos resíduos					
Teste de White			5,992	0,000	
Normalidade dos resíduos					
Teste de Komolgorov-Smirnov			0,053	0,016	
Hipótese de existência de efeitos fixos:					
Teste F			0,825	0,593	
Hipótese de existência de efeitos aleatórios:					
Teste de Breusch-Pagan			4,397	0,036	

6. Conclusão

Neste capítulo serão apresentadas, através de uma síntese global da dissertação, as conclusões do presente estudo, nomeadamente as que resultaram das análises aos modelos de regressão. Serão também referidas as limitações da presente investigação, assim como, sugestões para futuras investigações.

Devido a um aumento do número de empresas que acedem aos mercados de capitais e, simultaneamente ao aumento do interesse público e da preocupação com o ambiente, com a responsabilidade social e com os desempenhos económicos, ambientais e sociais, geram assim uma necessidade crescente de uma maior divulgação de informação, com reflexos no relato empresarial.

Com a necessidade cada vez maior de divulgar informação sobre RSE, já assumida como um instrumento importante para a comunicação da estratégia e da imagem apropriada das empresas para com os *stakeholders*, pretendeu-se então analisar a escolha das empresas portuguesas cotadas na *Euronext Lisbon* por um determinado documento para a divulgação sobre RSE e ainda, a quantidade de divulgação realizada sobre a respetiva temática.

O estudo foi limitado às emitentes nacionais, tendo sido a investigação realizada sobre informação RSE disponibilizada pelas empresas nos Relatórios de Gestão, também nos Relatórios Sociais e nos Relatórios de Sustentabilidade, quando existentes, entre os anos 2005 a 2014.

Foi constatado no estudo, que existiu entre os anos 2005 a 2012, um aumento crescente da divulgação de informação RSE, contudo nos anos 2013 e 2014, a quantidade deste género de informação diminuiu. Os resultados também demonstraram que as empresas não industriais de maior dimensão e reputação e que tenham adotado as recomendações GRI são aquelas que divulgam maior quantidade de informação sobre RSE. Contudo, devido a questões de necessidade de gestão da sua legitimidade perante os seus *stakeholders* relevantes, as empresas industriais de maior dimensão e endividamento quando divulgam informação sobre RSE fazem-no preferencialmente no Relatório de Gestão e/ou Relatório de Sustentabilidade.

No presente estudo, foram encontradas diversas limitações, entre as quais, o facto de esta análise centrar-se nos relatórios anuais e relatórios de informação RSE, publicados pelas empresas cotadas na *Euronext Lisbon*, considerados à partida como meios mais privilegiados

de comunicação para com os *stakeholders*, mas não considerando outros meios como os *web sites*, comunicados de imprensa, ou outros meios de comunicação.

Como sugestão para investigação futura, seria interessante realizar um estudo em que fossem acrescentados outros meios e documentos de divulgação. Também se poderia efetuar uma análise comparativa com outros países, de forma a verificar a semelhança da utilização dos documentos de divulgação de informação RSE. Por fim, seria relevante alargar a amostra desta investigação, assim como os fatores nela incluídos.

7. Referências Bibliográficas

- Adams, C.A., Hill, W., & Roberts, C. (1998). Corporate Social Reporting Practices in Western Europe: Legitimizing Corporate Behaviour? *British Accounting Review*, 30, pp. 1–21.
- Akhtaruddin, M. (2005). Corporate mandatory disclosure practices in Bangladesh. *The International Journal of Accounting*, 40, pp. 399–422.
- Alonso-Almeida, M.M., Llach, J., & Marimon, F. (2014). A Closer Look at the “Global Reporting Initiative” Sustainability Reporting as a Tool to Implement Environmental and Social Policies: A Worldwide Sector Analysis. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 21, pp. 318–335.
- Alves, A. (2010). *Informação sobre o valor acrescentado nos relatórios de sustentabilidade das empresas Portuguesas e Espanholas* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia do Porto, Porto.
- Amran, A., & Haniffa, R. (2011). Evidence in Development of Sustainability Reporting: a Case of a Developing Country. *Business Strategy and the Environment*, 20, pp. 141–156.
- Archel, P. (2003). La divulgación de la información social y medioambiental de la gran empresa española en el período 1994-1998: situación actual y perspectivas. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, 117, pp. 571-601.
- Arevalo, J.A., & Aravind, D. (2010). The impact of the crisis on corporate responsibility: the case of UN global compact participants in the USA. *Corporate Governance*, 10(4), pp. 406-420.
- Arora, S., & Cason, T. N. (1995). An experiment in voluntary environmental regulation: Participation in EPA’s 33/50 program. *Journal of Environmental Economics and Management*, 28(3), pp. 271–286.
- Aşici, A.A., Bünül, Z. (2012). Green New Deal: a green way out of the crisis? *Environmental Policy and Governance*, 22, pp. 295–306.
- Azcarate, F., Carrasco, F., & Fernández, M. (2011). The role of integrated indicators in exhibiting business contribution to sustainable development: a survey of sustainability reporting initiatives. *Revista de Contabilidad – Spanish Accounting Review*, 14 (No Extraordinario), pp. 213–240.
- Babío, M.R., Muño, M.F., & Vidal, R. (2003). La actitud de las empresas cotizadas ante la presentación de la información voluntaria. Una referencia a la naturaleza de la información. *Revista Europea de Dirección y Economía de la Empresa*, 17(4), pp. 49–68.
- Baiman, S., & Verrecchia, R. (1996). The relation among capital markets, financial disclosure, production efficiency, and insider trading. *Journal of Accounting*, Spring, pp. 1–22.
- Beaver, W.H. (1989). *Financial Accounting: An Accounting Revolution*. Prentice Hall International, New Jersey, N.J.
- Bebbington, J. (2001). Sustainable development: a review of the international development, business and accounting literature. *Accounting Forum*, 25(2), pp. 128-157.
- Bebbington, J., & Gray, R. (2001). An Account of Sustainability: Failure, Success and a Reconceptualization. *Critical Perspectives on Accounting*, 12(5), pp. 557-588.
- Bebbington, J., Larrinaga, C., & Moneva, J. M. (2008). Corporate social reporting and reputation risk management. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 21(3), pp. 337–361.

- Belkaoui, A. & Karpik, P.G. (1989). Determinants of the Corporate Decision to Disclose Social Information. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 2(1), pp. 36–51.
- Beltratti, A. (2005). The complementarity between corporate governance and corporate social responsibility. *Geneva Papers on Risk and Insurance*, 30(3), pp. 373-389.
- Bewley, K., & Li, Y. (2000). Disclosure of Environmental information by canadian manufacturing companies: a voluntary disclosure perspective. *Advances in Environmental Accounting & Management*, 1, pp. 201-226.
- Blacconiere, W. G., & Northcut, W.D. (1997). Environmental Information and Market Reactions to Environmental Legislation. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 12 (Spring), pp. 149–178.
- Blacconiere, W.G., & Patten, D.M. (1994). Environmental Disclosures, Regulatory Costs and Changes in Firm Value. *Journal of Accounting and Economics*, 18(3), pp. 357–377.
- Bonsón, E., & Escobar, T. (2004). La difusión voluntaria de información financeira en Internet. Un análisis comparativo entre Estados Unidos, Europa del Este y la Unión Europea. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, 33(123), pp. 1063-1101.
- Bowen, H.R. (1953). Social Responsibilities of the Businessman. Retrived from https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=ALIPAwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=social+responsibilities+of+the+businessman+1953&ots=d95hOemjtp&sig=nDFmrcYIUyYzn_11HadE7uyYcFk&redir_esc=y#v=onepage&q=social%20responsibilities%20of%20the%20businessman%201953&f=false.
- Bowen, H. (1957). *Responsabilidades Sociais do Homem de Negócios*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Brammer, S., & Pavelin, S. (2006). Voluntary Environmental Disclosures by Large UK Companies. *Journal of Business Finance & Accounting*, 33(7/8), pp. 1168–1188.
- Brammer, S., & Pavelin, S. (2008). Factors Influencing the Quality of Corporate Environmental Disclosure. *Business Strategy and the Environment*, 17, pp. 120–136.
- Branco, M.C., Delgado, C., Gomes, S.F., & Eugénio, T.C.P. (2014). Factors influencing the assurance of sustainability reports in the context of the economic crisis in Portugal. *Managerial Auditing Journal*, 29(3), pp. 237-252.
- Branco, M.C., & Rodrigues, L.L. (2006). Corporate social responsibility and resource based perspectives. *Journal of Business Ethics*, 69(2), pp. 111-132.
- Branco, M.C., & Rodrigues, L.L. (2008). Factors influencing social responsibility disclosure by Portuguese companies. *Journal of Business Ethics*, 83(4), pp. 685-701.
- Brown, H.S., de Jong, M., & Levy, D. L. (2009). Building institutions based on information disclosure: Lessons from GRI's sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, 17(6), pp.571–580.
- Brown, N., & Deegan, C. (1998). The Public Disclosure of Environmental Performance Information – A Dual Test of Media Agenda Setting Theory and Legitimacy Theory. *Accounting and Business Review*, 29(1), pp. 21–41.
- Buchholz, R.A., & Rosenthal, S.B. (2005). Toward a Contemporary Conceptual Framework for Stakeholder Theory. *Journal of Business Ethics*, 58, pp. 137–148.

- Burlea, A., Radu, C., Craciun, L., Ionascu, C., & Lolescu, R. (2010) The relationship between financial crisis, corruption and corporate social responsibility in Romania. *Management and Marketing*, 8(1), pp. 65-72.
- Campbell, D. J. (2000). Legitimacy Theory or Managerial Reality Construction? Corporate Social Disclosure in Marks and Spencer, Plc Corporate Reports 1969–1997. *Accounting Forum*, 24 (1), pp. 80–100.
- Campbelland, D., & Beck, A.C. (2004). Answering allegations: the use of the corporate website for restorative ethical and social disclosure. *Business Ethics: A European Review*, 13(2/3), April/July 2004.
- Carmona, S., & Carrasco, F. (1988). Información de contenido social y estados contables: Una aproximación empírica y algunas consideraciones teóricas. *Actualidad Financiera*, noviembre, pp. 2175-2192.
- Carroll, A.B. (1979). A Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance. *Academy of Management Review*, 4(4), pp. 497-505.
- Carroll, A.B. (1991), The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. *Business Horizons*, 34(4), pp. 39-48.
- Carroll, A.B. (1999). Corporate Social Responsibility Evolution of a definitional Construct. *Business & Society*, 38(3), pp.268-295.
- Choi, J. (1999). *An Investigation of the Initial Voluntary Environmental Disclosures made in Korean Semi-Annual Financial Reports*. School of Commerce, Department of Accounting. Pusan, Korea.
- Clarkson, M.B.E. (1995). A stakeholder framework for analysing and evaluating corporate social performance. *Academy of Management Review*, 20(1), pp. 92-117.
- Clarkson, P.M., Li, Y., Richardson, G., & Vasvari, F. (2008). Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: an empirical analysis. *Accounting, Organizations and Society*, 33, pp. 303–327.
- Comissão de Normalização Contabilística (2002). Directriz Contabilística nº 29 – Matérias Ambientais.
- Condomínio da Terra (n.d.). Declaração de Gaia. Condomínio da Terra – Organizar a Vizinhança Global. Retrieved from <http://www.earth-condominium.org/pt/envolva-se/declaracao-de-gaia/>.
- Connely, B.L., Ketchen, D.J., & Slater, S.F. (2011). Toward a “theoretical toolbox” for sustainability research in marketing. *Journal of the Academy Marketing Science*, 39, pp. 86-100.
- Conselho Económico Social (1999). Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social – PNDES. Lisboa, 1999. Retrieved from http://www.ces.pt/download/69/Parecer_PNDES.pdf.
- Cooke, T.E. (1998) Regression analysis in accounting disclosure studies. *Accounting & Business Research*, 28(3), pp. 209-224.
- Cormier, D., Ledoux, M., & Magnan, M. (2011). The informational contribution of social and environmental disclosures for investors. *Management Decision*, 49(8), pp. 1276 - 1304.
- Cormier, D., & Magnan, M. (2003). Environmental Reporting Management: A Continental European Perspective. *Journal of Accounting and Public Policy*, 22(1), pp. 43–62.

- Cowen S., Ferreri L., & Parker L.D. (1987). The impact of corporate characteristics on social responsibility disclosure: a typology and frequency-based analysis. *Accounting, Organizations and Society*, 12(2), pp. 111–122.
- Craven, B.M., & Marston C.L. (1999). Financial reporting on the Internet by leading UK companies. *The European Accounting Review*, 8(2), pp. 321–333.
- Cullen, L., & Christopher, T. (2002). Governance Dis- closures and Firm Characteristics of Listed Australian Mining Companies. *International Journal of Business Studies*, 10(1), pp. 37–58.
- CCE (1992). Comissão das Comunidades Europeias e Conselho das Comunidades Europeias. *Tratado da União Europeia*. Retrieved from http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/pdf/treaty_on_european_union/treaty_on_european_union_pt.pdf.
- CCE (2001). Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. *COM 366 final*, Bruxelas.
- CCE (2004). A dimensão social da globalização – Contributo das políticas da EU para tornar os benefícios extensíveis a todos. *COM 383*, Bruxelas.
- CCE (2005a). Trabalhando juntos para o crescimento e o emprego – Um novo começo para a Estratégia de Lisboa. *COM 24*, Bruxelas.
- CCE (2005b). Reexame da Estratégia em favor do Desenvolvimento Sustentável – Uma plataforma de ação. *COM 658*, Bruxelas.
- CCE (2007). O interesse europeu: ter êxito na era da globalização. *COM 581*, Bruxelas.
- CE (2010). Europa 2020. Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. *COM 2020*, Bruxelas.
- CE (2011a). Responsabilidade Social das Empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014. *COM 681*, Bruxelas.
- CE (2011b). Livro Verde. Iluminar o future – Acelerar a implementação das tecnologias de iluminação inovadoras. *COM 889*, Bruxelas.
- CEC (2001). A Sustainable Europe for a Better World: A European Union Strategy for Sustainable Development. *COM 264*, Brussels.
- CEC (2002a). Communication from the commission to the European parliament, the council, the economic and social committee and the committee of the regions. *COM 82*, Brussels.
- CEC (2002b). Corporate Social Responsibility: A business contribution to Sustainable Development. *COM 347*, Brussels.
- CEC (2004). Building Our common Future – Policy challenges and Budgetary means of the Enlarged Union 2007-2013. *COM 101*, Brussels.
- CEC (2006). Implementing the partnership for growth and jobs: making Europe a pole of excellence on corporate social responsibility. *COM 136*, Brussels.
- Deegan, C. (2002). The Legitimising Effect of Social and Environmental Disclosures – A Theoretical Founda- tion. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), pp. 282–311.
- Deegan, C., & Gordon, B. (1996). A Study of the Environmental Disclosure Practices of Australian Corporations. *Accounting and Business Review*, 26(3), pp. 187–199.

- Deegan, C., & Rankin, M. (1996). Do Australian Companies Report Environmental News Objectively? An Analysis of Environmental Disclosures by Firms Prosecuted Successfully by the Environmental Protection Authority. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 9(2), pp. 50–67.
- Deephouse, D.L., & Carter, S.M. (2005). An Examination of Differences Between Organizational Legitimacy and Organizational Reputation. *Journal of Management Studies*, 42(2), pp. 329–360.
- Dias, A. (2009). *O Relato da Sustentabilidade Empresarial: práticas em Portugal* (Dissertação de Mestrado). Universidade Aberta, Lisboa.
- Diretiva 2004/35/CE de 21 de abril de 2004. Relativa à responsabilidade ambiental em termos de prevenção e reparação de danos ambientais. Parlamento Europeu e do Conselho.
- Domench, P.A. (2003). La Divulgación de la Información Social y Medioambiental de la Gran Empresa Española en el Período 1994–1998: Situación Actual y Perspectivas. *Spanish Journal of Finance and Accounting / Revista Española de Financiación y Contabilidad*, 32(117), pp. 571–601.
- Domench, A. & Dallo, L. (2001). Algunos determinantes de la información medioambiental divulgada por las empresas españolas cotizadas. *Revista de Contabilidad*, 4(7), pp. 139–153.
- Domingos, R.M.D. (2010). *A Evolução da Divulgação Voluntária de Informação nas Empresas Cotadas da Euronext Lisboa do ano 2006 a 2008* (Dissertação de Mestrado). Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa.
- Douglas, A., Doris, J., & Jonhsson, B. (2004). Corporate social reporting in Irish financial institutions. *The TQM Magazine*, 16(6), pp. 387 - 395.
- Drucker, P. F. (1984). Converting Social Problems into Business Opportunities: The New Meaning of Corporate Social Responsibility. *California Management Review*, 26(1), pp. 53–63.
- Du, S., Bhattacharya, C.B., & Sen, S. (2010). Maximizing business returns to corporate social responsibility (CSR): The role of CSR communication. *International Journal of Management Reviews*, 12(1), pp. 8–19.
- Duarte, C. (2013). *A Responsabilidade Social Empresarial num contexto de Crise Económica* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Easley, D., & O'Hara, M. (2005). Information and the cost of capital. *Journal of Finance*, 59(4), pp. 1553–1583.
- Elliot, R.K., & Jacobson, P.D. (1994). Costs and Benefits of Business information Disclosure. *American Accounting Association - Accounting Horizons*, 8(4), pp. 80–96.
- Erhemjams, O., Li, Q., & Venkateswaran, A. (2013). Corporate Social Responsibility and Its Impact on Firms' Investment Policy, Organizational Structure, and Performance. *Journal Business Ethics*, 118, pp. 395–412.
- Esrock, S.L., & Leichty, G.B. (2000). Organization of corporate web pages: publics and functions. *Public Relations Review*, 26(3), pp. 327–344.
- EC (2014). Taking stock of the Europe 2020 strategy for smart, sustainable and inclusive growth. *COM 130*, Brussels.

- EC (2015). A global Partnership for Poverty Eradication on Sustainable Development after 2015. *COM 44*, Brussels.
- ENDS (2006). Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Emitido pela Presidência do Conselho de Ministros.
- EU (2007). *Leipzig Charter on Sustainable European Cities*. Retrieved from http://ec.europa.eu/regional_policy/archive/themes/urban/leipzig_charter.pdf.
- EY (2014). Sustainability Reporting – the time is now. Disponível em [http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-Sustainability-reporting-the-time-is-now/\\$FILE/EY-Sustainability-reporting-the-time-is-now.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-Sustainability-reporting-the-time-is-now/$FILE/EY-Sustainability-reporting-the-time-is-now.pdf).
- Fernández, B., & Souto, F. (2009). Crisis and Corporate Social Responsibility: Threat or Opportunity? *International Journal of Economic Sciences and Applied Research*, 2(1), pp. 36-50.
- Fortanier, F., Kolk, A., & Pinkse, J. (2011). Harmonization in CSR Reporting - MNEs and Global CSR Standards. *Management International Review*, 51, pp. 665–696.
- Frias-Aceituno, J.V., Rodríguez-Ariza, L., & Garcia-Sánchez, I.M. (2014). Explanatory Factors of Integrated Sustainability and Financial Reporting. *Business Strategy and the Environment*, 23, pp. 56-72.
- Friedman, M. (1970). The Social Responsibility of Business Is to Increase Its Profits. In W. Zimmerli, M. Holzinger & K. Richter (Eds.), *Corporate Ethics and Corporate Governance*, Springer Berlin Heidelberg, pp. 173-178.
- Gallo, P.J., & Christensen, L.J. (2011). Firm Size Matters: An Empirical Investigation of Organizational Size and Ownership on Sustainability-Related Behaviors. *Business & Society*, XX(X), pp. 1–35.
- Gamerschlag, R., Möller, K., & Verbeeten, F. (2010). Determinants of voluntary CSR disclosure: empirical evidence from Germany. *Review Management Science*, 5, pp. 233–262.
- García-Ayuso, M., & Larrinaga, C. (2003). Environmental Disclosure in Spain: Corporate Characteristics and Media Exposure. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, 115, pp. 184–214.
- García-Benau, M., Sierra-García, L., & Zorio, A. (2012). La verificación de la memoria de sostenibilidad en un contexto europeo. *Revista Globalización, Competitividad y Gobernabilidad*, 6(2), pp. 66-80.
- García-Benau, M., Sierra-García, L., & Zorio, A. (2013). Financial crisis impact on sustainability reporting. *Management Decision*, 51(7), pp.1528-1542.
- Garg, L. (2010). *Assurance on Sustainability Reporting*. The Institute of Chartered Accountants of India. Retrieved from http://icai.org/post.html?post_id=2929.
- Garnåsjordet, P.A., Aslaksen, J., Giampietro, M., Funtowicz, S., & Ericson T. (2012). Sustainable development indicators: from statistics to policy. *Environmental Policy and Governance*, 22, pp. 322–336.
- Gaspar, A.K. (2003). Possible role of the Multilateral Investment Fund (MIF) in the area of Corporate Social Responsibility (CSR). *Multilateral Investment Fund (MIF) e Inter-American Development Bank (IADB)*. Washington DC. Retrieved from <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=553982>.

- George, J. M., & Jones, G. R. (2005). *Contemporary management: creating value in organizations*. 4ª Edição. Mc Graw-Hill. Boston.
- Giannarakis, G. (2014). Corporate governance and financial characteristic effects on the extent of corporate social responsibility disclosure. *Social Responsibility Journal*, 10(4), pp. 569 - 590.
- Giannarakis, G., & Theotokas, I. (2011). The Effect of Financial Crisis in Corporate Social Responsibility Performance. *International Journal of Marketing Studies*, 3(1), pp. 2-10.
- Giner, B. (1997). The influence of company characteristics and accounting regulation on information disclosed by Spanish firms. *The European Accounting Review*, 6(1), pp. 45–68.
- Giner, B., Arce, M., Cervera, N., & Ruíz, A. (2003). Incentivos para la divulgación voluntaria de información: evidencia empírica sobre la información segmentada. *Revista Europea de Dirección y Economía de la Empresa*, 12(4), pp. 69–86.
- Godfrey, P.C., Hatch, N.W. (2007). Researching Corporate Social Responsibility: An Agenda for the 21st Century. *Journal of Business Ethics*, 70, pp. 87–98.
- Gomes, S.F. (2012). *Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas Portuguesas – Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas* (Dissertação de Mestrado). Instituto Politécnico de Leiria, Leiria.
- Gomes, S.F., Eugénio, T.C.P., & Branco, M.C. (2015). Sustainability reporting and assurance in Portugal. *Corporate Governance*, 15(3), pp. 281 - 292.
- Graham, A., Maher, J. & Northcut, W.D. (2000). Environmental Liability Information and Bond Ratings. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 15(2), pp. 93–116.
- Gray, R. H., Owen, D., & Adams, C. (1996). *Accounting and Accountability*. Prentice Hall, Hemel Hempstead.
- Gray, R., Javad, M., Power, D., & Sinclair C.D. (2001). Social and environmental disclosures and corporate characteristics: a research note and extension. *Journal of Business, Finance and Accounting*, 28(3/4), pp. 327–356.
- Gray, R., Kouhy, R., & Lavers, S. (1995). Corporate Social and Environmental Reporting: A Review of the Literature and a Longitudinal Study of UK Disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 8(2), pp. 47–77.
- GRI (2002). Directrizes para a Elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade.
- GRI (2006). Directrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade. Versão 3 (G3), 52
- GRI. (2011), Pontos de Partida Relatórios de Sustentabilidade da GRI: Uma linguagem comum para um futuro comum.
- GRI. (2013). Princípios para o Relato e Conteúdos Padrão. Amsterdam: GRI.
- Gul, F.A., & Leung S. (2004). Board leadership, outside directors' expertise and voluntary corporate disclosures. *Journal of Accounting and Public Policy*, 23, pp. 351–379.
- Guo, R., Lev, B., & Zhou, N. (2004). Competitive costs of disclosure by biotech IPOs. *Journal of Accounting Research*, 42(2): 319–355.
- Guthrie, J., & Parker, L.D. (1989). Corporate Social Reporting: A Rebuttal of Legitimacy Theory. *Accounting and Business Research*, 19, pp. 343-352.

- Hackston, D., & Milne, M.J. (1996). Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 9(1), pp. 77 - 108.
- Hamid, F.Z.A. (2004). Corporate Social Disclosure by Banks and Finance Companies: Malaysian Evidence. *Corporate Ownership & Control*, 1(4), pp. 118-130.
- Haniffa, R.M., & Cooke, T.E. (2005). The impact of culture and governance on corporate social reporting. *Journal of Accounting and Public Policy*, 24, 391–430.
- Hassan, A., Ibrahim, E. (2012). Corporate environmental information disclosure: factors influencing companies success in attaining environmental awards. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 19, pp. 32–46.
- Hasseldine, J., Salama, A.I., & Toms, J.S. (2005). Quantity Versus Quality: The Impact of Environmental Disclosures on the Reputations of UK PLCs. *The British Accounting Review*, 37(2), pp. 231–248.
- Hazlett, S., McAdam, R., Murray, I. (2007). From quality management to socially responsible organisations: the case for CSR. *International Journal of Quality & Reliability Management*, 24(7), pp. 669 - 682.
- Healy, P., Hutton, A., & Palepu, K. (1999). Stock performance and intermediation changes surrounding sustained increases in disclosure. *Contemporary Accounting Research*, 16(3), pp. 485–520.
- Herzig, C., & Schaltegger, S. (2006). Corporate Sustainability Reporting - An Overview. In Centre for Sustainability Management (CSM), University of Lueneburg, S. Schaltegger, M. Bennett & R. Burritt (Eds.), *Sustainability Accounting and Reporting* (pp. 301-324).
- Hess, D., Rogovsky, N., & Dunfee, T. W. (2002). The next wave of corporate community involvement: Corporate social initiatives. *California Management Review*, Vol. 44, No. 2, pp. 110-125.
- Hodge, K., Subramaniam, N., & Stewart, J. (2009). Assurance of sustainability reports: impact on report users confidence and perceptions of information credibility. *Australian Accounting Review*, 19(3), pp. 178-194.
- Holder-Webb, L., Cohen, J.R., Nath, L., & Wood, D. (2009). The Supply of Corporate Social Responsibility Disclosures Among U.S. Firms. *Journal of Business Ethics*, 84, pp. 497-527.
- Horrach, P., Salvá, A.S. (2011). La actitud de las empresas de economía solidaria frente a la divulgación de información sobre sostenibilidad desde el prisma de la teoría de los stakeholders o grupos de interés. *Revista de Contabilidad – Spanish Accounting Review*, 14(No Extraordinario), pp. 267–297.
- Hossain, M., Perera, M.H.B., & Rahman, A.R. (1995). Voluntary Disclosure in the Annual Reports of New Zealand Companies. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 6(1), 69–87.
- Hossain, M., & Reaz, M. (2007). The Determinants and Characteristics of Voluntary Disclosure by Indian Banking Companies. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 14, pp. 274-288.
- Husillos, J., Larrinaga, C., & Álvarez, M. (2008). *The emergence of triple bottom line reporting in Spain* (Working paper). Universidad Carlos III de Madrid, Madrid.

- Husted, B., & Allen, D. (2000). Is it ethical to use ethics as a strategy? *Journal of Business Ethics*, 27, pp. 21-331.
- Hutchings, G., & Taylor, D. W. (2000). The Intra- Industry Capital Market and Corporate Reporting Effects of the BHP Ok Tedi Environmental Event. *Asian Review of Accounting*, 8(Special Issue), pp. 33–54.
- Ismail, K.N., & Chandler, R. (2005). Disclosure in the Quarterly Reports of Malaysian Companies. *Financial Reporting, Regulation and Governance*, 4(1), pp. 1–26.
- ISO 26000 (2010). International Organization for Standardization 26000 – Guidance on Social Responsibility. Retrieved from <https://www.iso.org/obp/ui/#iso:std:iso:26000:ed-1:v1:en>.
- Jensen, M.C., & Meckling, W.H. (1976). Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics*, 3, pp. 305– 360.
- Kansal, M., Joshi, M., & Batra, G.S. (2014). Determinants of corporate social responsibility disclosures: Evidence from India. *Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting*, 30, pp. 217–229.
- Karaibrahimoglu, Y.Z. (2010). Corporate social responsibility in times of financial crisis. *African Journal of Business Management*, 4(4), pp. 382-389.
- Kent, P., & Monem, R. (2008). What Drives TBL Reporting: Good Governance or Threat to Legitimacy? *Australian Accounting Review*, Vol. 18(4), pp. 297-309.
- Khan, H.U.Z. (2010). The effect of corporate governance elements on corporate social responsibility (CSR) reporting. *International Journal of Law and Management*, 52(2), pp. 82-109.
- Knox, S., Maklan, S., & French, P. (2006). Corporate Social Responsibility: Exploring Stakeholder Relationships and Programme Reporting Across Leading FTSE Companies. *Journal of Business Ethics*, 61(1), pp. 7– 28.
- Kolk, A. (2003) Trends in Sustainability Reporting by the Fortune Global 250. *Business Strategy and the Environment*, 12(5), pp. 279–291.
- Kolk, A., & Perego, P. (2010). Determinants of the Adoption of Sustainability Assurance Statements: Na International Investigation. *Business Strategy and the Environment*, 19, pp. 182-198.
- KPMG. (2006). Estudo da KPMG sobre a Publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal. KPMG Advisory – Consultores de Gestão, Lda, 34.
- KPMG. (2013). Diretrizes G4 da GRI: Quais os seus efeitos nos relatórios corporativos de sustentabilidade? KPMG.
- Laine, M. (2005). Meanings of the term “sustainable development” in Finnish corporate disclosures. *Accounting Forum*, 29, pp. 395-413.
- Laplume, A.O., Sonpar, K., & Litz, R.A. (2008). Stakeholder Theory: Reviewing a Theory That Moves Us. *Journal of Management*, 34, pp. 1152-1189.
- Larrán, M., & Giner, B. (2002). The use of the Internet for corporate reporting by Spanish companies. *International Journal of Digital Accounting Research*, 2(1), pp. 53–82.
- Lei nº 11/87 de 7 de abril. DR 81/87 – Série I. Emitido por Assembleia da República.
- Lev, B. (2004). Sharpening the intangibles edge. *Harvard Business Review*, 82(6), pp. 109–116.

- Levy, D.L., Brown, H.S., & de Jong, M. (2010). The contested politics of corporate governance: The case of the global reporting initiative. *Business & Society*, 49(1), pp. 88–115.
- Lopes, A. (2011). *Responsabilidade Social: O Balanço Social nas empresas portuguesas*. Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Lozano, R., Huisingh, D. (2011). Inter-linking issues and dimensions in sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, 19, pp. 99–107.
- Luna-Sotorrió, L., & Fernández-Sánchez, J.L. 2010. Corporate social reporting for different audiences: the case of multinational corporations in Spain. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 17(5), pp. 272–283.
- Luo, X., & Bhattacharya, C. B. (2006). Corporate social responsibility, customer satisfaction, and market value. *Journal of Marketing*, 70(3), pp. 1–18.
- Magness, V. (2006). Strategic posture, financial performance and environmental disclosure: an empirical test legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 19, pp. 540–563.
- Maignan, I., & Ralston, D. (2002). Corporate Social Responsibility in Europe and the US: Insights from Businesses' Self-presentations. *Journal of International Business Studies*, 33(3), pp. 497–514.
- Manetti, G., & Becatti, L. (2009). Assurance services for sustainability reports: standards and empirical evidence. *Journal of Business Ethics*, 87, pp. 289–298.
- Marr, B., & Gray, D. (2002). *Measuring intellectual capital – the internal and external drivers for measuring and reporting the intangibles of an organization*. In Conference The Transparent Enterprise. The Value of Intangibles, Madrid, 2002.
- Maroco, J. (2007). *Análise Estatística - Com utilização do SPSS. 3  Edic  o*. Lisboa, Portugal: Edi   es S labo.
- Marston, C., & Polei, A. (2004). Corporate reporting on the Internet by German companies. *International Journal of Accounting Information Systems*, 5(3), pp. 285–311.
- Meadows, D. H., Randers, J., Meadows, D. L., & Behrens, W. (1972). *The Limits to Growth*. Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts.
- Meek, G.; Roberts, C. e Gray, S.(1995). Factors influencing voluntary annual report disclosures by US, UK and Continental Europe. *Journal of International Business Studies*, 26(3), pp. 555-572.
- Melo, T., & Garrido-Morgado, A. (2012). Corporate Reputation: A Combination of Social Responsibility and Industry. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 19, pp. 11–31.
- Mia, P. & Mamun, A.A. (2011). Corporate Social Disclosure during the Global Financial Crisis. *International Journal of Economics and Finance*, Vol. 3, pp.174-187.
- Mittal, R.K., Sinha, N., & Singh, A. (2008). An analysis of linkage between economic value added and corporate social responsibility. *Management Decision*, Vol. 46, pp. 1437-1443.
- Moneva, J. M., Archel, P., & Correa, C. (2006). GRI and the camouflaging of corporate unsustainability. *Accounting Forum*, 30(2), pp. 121-137.

- Moneva, J.M., & Llena, F. (1996). Análisis de la información sobre responsabilidad social en las empresas industriales que cotizan en Bolsa. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, XXV, pp.361–401.
- Monteiro, F. (2012). Águeda classificada como exemplo de sustentabilidade urbana. *Público*. Retrieved from <http://www.publico.pt/ciencia/noticia/ponham-os-olhos-em-agueda-1557950>.
- Monteiro, S.M.S., & Aibar-Guzmán, B.A. (2009). Determining factors of environmental strategic positioning adopted by Portuguese large companies. *Social Responsibility Journal*, 5(4), pp. 478 – 498.
- Monteiro, S.M., & Aibar-Guzmán, B. (2010). Determinants of environmental disclosure in the annual reports of large companies operating in Portugal. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 17(4), pp. 185–204.
- Mori, Y., & Welch, E. (2008). The ISO 14001 environmental management standard in Japan: Results from a national survey of facilities in four industries. *Journal of Environmental Planning and Management*, 51(3), pp. 421–445.
- Nasi, J., Nasi, S., Phillips, N. & Zyglidopoulos, S. (1997). The Evolution of Corporate Social Responsiveness. *Business & Society*, 36(3), pp. 296–321.
- Neu, D., Warsame, H., & Pedwell, K. (1998). Managing Public Impressions: Environmental Disclosures in Annual Reports. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 23, pp. 265-282.
- Nikolaeva, R., & Bicho, M. (2011). The role of institutional and reputational factors in the voluntary adoption of corporate social responsibility reporting standards. *Journal of the Academy Marketing Science*, 39, pp. 136-157.
- Njoroge, J. (2009). *Effects of the global financial crisis on corporate social responsibility in multinational companies in Kenya* (Covalence Intern Analyst Papers). Retrieved from www.covalence.ch/docs/Kenya-Crisis.pdf.
- Nações Unidas (1995). Agenda 21. In *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Brasília, 1995.
- Nações Unidas (2000). Nações Unidas – Declaração do Milénio. In *Cimeira do Milénio*. Nova Iorque, 6-8 de setembro de 2000. Retrieved from http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf.
- Nº L 169/1 (1987). Acto Único Europeu. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. Retrieved from <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000037001-000038000/000037591.pdf>.
- Norma Portuguesa (NP) 4460-1 (2007). *Norma Portuguesa sobre Ética nas Organizações*.
- Norma Portuguesa (NP) 4469-1 (2008). *Norma Portuguesa – Sistema de Gestão de Responsabilidade Social*.
- Odriozola, M., Sánchez, J., Etxeberria, I. (2012). Divulgación de información sobre corrupción: empresas del IBEX 35. *Revista de Contabilidad – Spanish Accounting Review*, 15(1), pp. 59–90.
- Olivo, H. C., & Mares, A. I. (2009). Retrospective Of Corporate Social Responsibility Through The Development Of Economic Thought. *Revista Universo Contabil*, 5(4), pp. 116-133.

- Owusu-Ansah, S. (1998). The Impact of Corporate Attributes on the Extent of Mandatory Disclosure and Reporting by Listed Companies in Zimbabwe. *The International Journal of Accounting*, 33, pp. 605-631.
- Oyelere, P., Laswad, F., & Fisher, R. (2003). Determinants of Internet financial reporting by New Zealand companies. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 14(1), pp. 26-63.
- Parlamento Europeu (2000). Conclusões da Presidência. In *Conselho Europeu de Lisboa*. 23 e 24 de março de 2000. Retrieved from http://www.europarl.europa.eu/summits/lis1_pt.htm.
- Parsa, S., & Kouhy, R. (2008). Social Reporting by Companies Listed on the Alternative Investment Market. *Journal of Business Ethics*, 79, pp. 345-360.
- Patten, D.M. (1991). Exposure, Legitimacy, and Social Disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, 10(4), pp. 297-308.
- Patten, D.M. & Crampton, W. (2004). Legitimacy and the Internet: An Examination of Corporate Web Page Environmental Disclosures. *Advances in Environmental Accounting and Management*, 2, pp. 31-57.
- Perego, P., & Kolk, A. (2012). Multinationals' accountability on sustainability: the evolution of third-party assurance of sustainability reports. *Journal of Business Ethics*, 110, pp. 173-190.
- Pinkston, T., & Carroll, A. (1996). A retrospective examination of CSR orientations. Have they changed? *Journal of Business Ethics*, 15(2), pp. 199-206.
- Pirsch, J., Gupta, S., & Landreth-Grau, S. (2007). A Framework for Understanding Corporate Social Responsibility Programs as a Continuum: An Exploratory Study. *Journal of Business Ethics*, 70(2), pp. 125-140.
- Porter, M., & Kramer, M. (2002). The Competitive Advantage of Corporate Philanthropy. *Harvard Business Review*, 80(12), pp. 56-69.
- Prado-Lorenzo, J.M., & García-Sánchez, I.M. (2010). The role of the board of directors in disseminating relevant information on greenhouse gases. *Journal of Business Ethics*, 97, pp. 391-424.
- Prado-Lorenzo, J.M., Gallego-Alvarez, I., & Garcia-Sanchez, I.M. (2009). Stakeholder Engagement and Corporate Social Responsibility Reporting: the Ownership Structure Effect. *Corporate Social Responsibility and Environmental*, 16, pp. 94-107.
- Prencipe, A. (2004). Proprietary costs and determinants of voluntary segment disclosure: evidence from Italian listed companies. *The European Accounting Review*, 13(2), pp. 319-340.
- Purushothaman, M., Tower, G., Hancock, R., & Taplin, R. (2000). Determinants of corporate social reporting practices of listed Singapore companies. *Pacific Accounting Review*, 12(2), pp. 101-133.
- QREN (2007). Quadro de Referência Estratégico Nacional – Portugal 2007-2013. Retrieved from http://www.qren.pt/np4/file/663/1_QREN_Quadro_de_Referncia_Estratgico.pdf.
- Rahnan, N.H.W.A., Zain, M.M., & Al-Haj, N.H.Y.Y. (2011). CSR disclosures and its determinants: evidence from Malaysian government link companies. *Social Responsibility Journal*, 7(2), pp. 181-201.

- Rego, A., Cunha, M.P., Costa, N.G., Gonçalves, H., & Cabral-Cardoso, C. (2007). *Gestão Ética e Socialmente Responsável* (Vol. 2ª Edição). Lisboa: HR.
- Regulamento CE nº 761 de 19 de Março de 2001. *Parlamento Europeu e do Conselho*.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 39/2002. Diário da República nº 51 I Série – B de 1 de março. *Presidência de Conselho de Ministros*.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 180/2004. Diário da República nº 298 I Série – B de 22 de dezembro. *Presidência de Conselho de Ministros*.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 183/2005. Diário da República nº 228 I Série – B de 28 de novembro. *Presidência de Conselho de Ministros*.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 109/2007. Diário da República nº 159 I Série – B de 20 de agosto. *Presidência de Conselho de Ministros*.
- Reverte, C. (2009). Determinants of corporate social responsibility disclosure ratings by Spanish listed firms. *Journal of Business Ethics*, 88(2), pp. 351–366.
- Reynolds, M.A., & Yuthas, K. (2008). Moral discourse and corporate social responsibility reporting. *Journal of Business Ethics*, 78, pp. 47–64.
- Richardson, A. J., & Welker, M. (2001). Social Disclosure, Financial Disclosure and the Cost of Capital. *Accounting, Organizations and Society*, 26(7/8), pp. 597–616.
- Roberts, R.W. (1992). Determinants of Corporate Social Responsibility Disclosure: An Application of Stakeholder Theory. *Accounting, Organizations and Society*, 17(6), pp. 595–612.
- Roca, L.C., & Searcy, C. (2012). An analysis of indicators disclosed in corporate sustainability reports. *Journal of Cleaner Production*, 20, pp. 103–118.
- Ross, S. A. (1979). Disclosure regulation in financial markets: Implications of modern financial theory and signaling theory. In F. Edwards (Ed.), *Key issues in financial regulation* (pp. 177–202).
- Sánchez, I.M., Rodríguez-Domínguez, L., & Gallego-Álvarez, I. (2011). Corporate governance and strategic information on the internet. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 24(4), pp. 471–501.
- Schwartz, M., & Carrol, A. (2007). Integrating and Unifying Competing and Complementary Frameworks: The Search for a Common Core in the Business and Society Field. *Business Society*, 29, pp.1–39.
- Searcy, C., & Buslovich, R. (2014). Corporate Perspectives on the Development and Use of Sustainability Reports. *Journal of Business Ethics*, 121, pp. 149–169.
- Selvi, Y., Wagner, E., & Turiel, A. (2010). Corporate social responsibility in the time of financial crisis: evidence from Turkey. *Annales Universitatis Apulensis Series Oeconomica*, 12, pp. 281–290.
- Serrano-Cinca, C., Fuertes-Callén, Y., & Gutiérrez-Nieto, B. (2007). Online reporting by banks: a structural modelling approach. *Online International Review*, 31(3), pp. 310–332.
- Sierra, L., Zorio, A., & García-Benau, M.A. (2013). Sustainable development and assurance of corporate social responsibility reports. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 20, pp. 359–370.

- Simnett, R., Vanstraelen, A., & Chua, W.F. (2009). Assurance on sustainability reports: an international comparison. *The Accounting Review*, 84, pp. 937-967.
- Skouloudis, A., Jones, N., Malesios, C., Evangelinos, C. (2014). Trends and determinants of corporate non-financial disclosure in Greece. *Journal of Cleaner Production*, 68, pp. 174-188.
- Smith, N.C. (2003). Corporate social responsibility: Whether or how? *California Management Review*, 45, pp. 52-76.
- Sotorrío, L.L., & Sánchez, J.L. (2010). Corporate Social Reporting for Different Audiences: The Case of Multinational Corporations in Spain. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 17, pp. 272-283.
- Spence, C. (2007). Social and environmental reporting and hegemonic discourse. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 20, pp. 855-882.
- Sweeney, L., & Coughlan, J. (2008). Do diferente industries report corporate social responsibility differently? Na investigationthrough the lens of stakeholder theory. *Journal o Markting Communications*, 14(2), pp. 113-124.
- Swiatkiewicz, O. (2009). Limites da Utilização da Ética e da RSE como Estratégia Empresarial. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 8(4), pp. 2-9.
- Tagesson, T., Blank, V., Brober, P., & Collin, S. (2009). What Explains the Extent and Content of Social and Environmental Disclosures on Corporate Websites: A Study of Social and Environmental Reporting in Swedish Listed Corporations. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 16, pp. 352-364.
- Tenório, F.G. (2004). *Responsabilidade Social Empresarial: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- Toms, J. S. (2002). Company Resources, Quality Signals and the Determinants of Corporate Environmental Reputation: Some UK Evidence. *The British Accounting Review*, 34(3), pp. 257-282.
- Trotman, K.T., & Bradley, G.W. (1981). Associations between social responsibility disclosure and characteristics of companies. *Accounting, Organizations and Society*, 6(4), pp. 355-362.
- Ullmann, A.A. (1985). Data in Search of a Theory: A Critical Examination of the Relationships Among Social Performance, Social Disclosure, and Economic Performance of U.S. Firms. *Academy of Management Review*, 10(3), pp. 540-557.
- Unerman, J. (2000). Methodological issues: reflections on quantification in corporate social reporting contente analysis. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 13(5), pp. 667-80.
- United Nations (1998). *Kyoto Protocol to the United Nations Framework convention on Climate Change*. Kyoto, 11 december 1997. Retrieved from <http://unfccc.int/resource/docs/convkp/kpeng.pdf>.
- United Nations (n.d.). *Kyoto Protocol. United Nations Framework convention on Climate Change*. Retrieved from http://unfccc.int/kyoto_protocol/items/2830.php.
- United Nations (1987). *Report of the World Commission on Environment and Development*. Retrieved from <https://ambiente.files.wordpress.com/2011/03/brundtland-report-our-common-future.pdf>.
- United Nations (1992). *Report of the United Nations Conference on Environment and Development*. In *Report of the United Nations Conference on Environment and Development*, Rio de Janeiro,

- 3-14 junho de 1992. Retrieved from <http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>.
- United Nations (1992). Declaração de Princípios sobre Florestas. In *Relatório da Conferência nas Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento*, Rio de Janeiro, 3-14 junho de 1992. Retrieved from http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Declaracao_de_Principios_sobre_Florestas.pdf.
- United Nations (1995). Report of the World Summit for Social Development. In *World Summit for Social Development*, Copenhagen, 6 – 12 de março de 1995. Retrived from <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N95/116/51/PDF/N9511651.pdf?OpenElement>.
- United Nations (2004). *The Global Compact Leaders Summit United Nations Headquarters – Final Report*. Retrieved from https://www.unglobalcompact.org/docs/news_events/8.1/summit_rep_fin.pdf.
- United Nations (2015). Outcome document of the Third International Conference on Financing for Development: Addis Ababa Action Agenda. Retrieved from http://www.intosai.org/fileadmin/downloads/downloads/0_news/2015/EN_230715_addis_abeba_outcome_document.pdf.
- United Nations Economic Commission for Europe. (2014). Conference of European Statisticians Recommendations on Measuring Sustainable Development Conference. New York and Geneva: United Nations.
- United Nations Environment Programme. (1972). Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment. *UNEP environment for development*. Retrieved from <http://www.unep.org/Documents/Multilingual/Default.asp?documentid=97&articleid=1503>.
- United Nations Environment Programme (1999). United Nations Global Compact – Environmental Principles Training Package. Retrieved from http://www.unep.fr/shared/publications/other/dtix0601xpa/pdf/en/UNGC_DEL_ALL.pdf.
- UE (2003). Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, um ano volvido: honrar os nossos compromissos. In *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu*. Bruxelas. 23 de dezembro de 2003.
- Wagenhofer, A. (1990). Voluntary disclosure with a strategic opponent. *Journal of Accounting and Economics*, 12, pp. 341–363.
- Watts, R., & Zimmerman, J. (1978). Towards a positive theory of the determination of accounting standards. *The Accounting Review*, 53, pp. 112–134.
- Watts, R., & Zimmerman, J. (1986). *Positive Accounting Theory*. Prentice-Hall: New Jersey.
- Willis, A. (2003). The role of the global reporting initiative's sustainability reporting guidelines in the social screening of investments. *Journal of Business Ethics*, 43, pp. 233–237.
- Woodward, D., Edwards, P., & Birkin, F. (2001). Some Evidence on Executives' views of Corporate Social Responsibility. *British Accounting Review*, 33, pp. 357–397.
- World Business Council for Sustainable Development. (n.d.). Corporate Social Responsibility. *WBCSD business solutions for a sustainable world*. Retrieved from <http://www.wbcsd.org/work-program/business-role/previous-work/corporate-social-responsibility.aspx>.

- Zimmerman, M.A., & Zeitz, G.J. (2002). Beyond Survival: Achieving New Venture Growth by Building Legitimacy. *Academy of Management Review*, 27(3), pp. 414–431.
- Zorio, A., García-Benau, M.A., & Sierra, L. (2013). Sustainability Development and Quality of Assurance Reports: Empirical Evidence. *Business Strategy and the Environment*, 22, pp. 484–500.

Anexos

Anexo 1 – Quadro resumo com as principais revisões da literatura

Autor/ Data	Título	Amostra	Objetivo	Quadro Teórico	Variável Dependente		Variável Independente	Principais Resultados
					O quê?	Como?		
Alonso-Almeida, Llach e Marimon, 2014	A Closer Look at the 'Global Reporting Initiative' Sustainable Reporting as a Tool to Implement Environmental and Social Policies: A Worldwide Sector Analysis	Empresas com relatório GRI completo de 1999 a 2011.	Analisar a difusão mundial do Relatório de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative em todos os sectores económicos de 1999 a 2011.	Teoria dos <i>Stakeholders</i>	Difusão dos Relatórios GRI em todos os sectores económicos	Através de um modelo de curva logística, e além disso, índices de instabilidade e de concentração são utilizados para analisar se o processo de difusão é desenvolvido de uma forma homogénea em todos os sectores económicos.	Setores económicos; área geográfica; certificados; e nível	O setor da energia tem adotado relatórios GRI, num esforço para ser mais sustentável. O setor financeiro poderia recuperar a credibilidade do mercado e atrair novos investidores com ajuda dos relatórios GRI para construir uma nova identidade de comportamentos legítimos e uma imagem melhorada.
Arevalo e Aravind, 2010	The impact of the crisis on corporate responsibility: the case of UN global compact participants in the USA	U.S participants CEO statements retrieved from CSR reports (2007 - 2009).	Compreender os impactos da crise económica sobre os esforços de RSE, e dos intervenientes empresariais e não empresariais que exerçam uma iniciativa ou uma rede RSE.	Teoria dos <i>Stakeholders</i>	Impacto da crise económica sobre os esforços das organizações de RSE	O 1º método compreende uma pesquisa constituída por CEO's das empresas. A 2ª abordagem envolve análise de conteúdo das declarações dos CEO. O cálculo da variável, foi utilizada uma média de quatro itens.	Integração da RSE; recursos organizacionais; conformidade com os princípios da United Nations Global Compact (GC).	Os esforços de RSE de participantes do GC que integraram a RSE nas suas políticas, programas, desempenhos e metas, e aqueles com menor conformidade dos princípios ativos do GC são mais afetados pela crise económica.

Autor/ Data	Título	Amostra	Objetivo	Quadro Teórico	Variável Dependente		Variável Independente	Principais Resultados
					O quê?	Como?		
Artiach, Lee, Nelsonb, & Walker, 2010	The determinants of corporate sustainability performance	As revisões anuais Dow Jones Sustainability World Index (DJSI) fornecidos pelo grupo Sustainable Asset Management (SAM) - 107 empresas norte-americanas no período entre 2002 e 2006.	Verificar os fatores que impulsionam os altos níveis de desempenho de sustentabilidade empresarial.	Teoria dos <i>Stakeholders</i>	Desempenho de Sustentabilidade Empresarial	Variável dicotômica é codificada "1" para empresas que têm sido persistentemente incluídas no DJSI para o período da amostra total (ou seja, empresas líderes CSP - Performance Social Empresarial), e "0" caso contrário.	Dimensão; alavancagem; capacidade financeira; rentabilidade (ROA); Price to Book; tipo de indústria; e ano.	O tamanho da empresa está fortemente e consistentemente associado aos altos níveis de desempenho de sustentabilidade empresarial, assim como a capacidade de crescimento. Nem o nível de recursos disponíveis em caixa ou a alavancagem estão associados com as principais empresas de desempenho de sustentabilidade. Empresas líderes no desempenho de sustentabilidade empresarial são mais rentáveis quando comparadas com as empresas convencionais.
Belkaoui & Karpik, 1989	Determinants of the Corporate Decision to disclose Social Information	Empresas com informações disponíveis para divulgação social e desempenho financeiro, na Ernest and Ernest (1973) e na pesquisa realizada pela revista <i>Business and Society</i> .	Analisar a relação entre divulgação social, o desempenho social e o desempenho econômico.	Teoria dos <i>Stakeholders</i>	Divulgação de responsabilidade social da empresa em termos de variáveis que medem o desempenho, custos de controle e contratação e desempenho econômico	Baseada numa escala de divulgação social resultante do estudo de Ernest e Ernest em empresas Norte Americanas (0-13). Esta escala será usada para expressar a decisão de revelar e/ou a extensão da divulgação RSE. Para medir o desempenho social, este estudo usa a escala de reputação baseada em inquéritos que produzem uma classificação de grau de responsabilidade social, que varia de pobre a excelente.	Desempenho social; diferencial do preço do retorno das ações; risco de mercado; alavancagem; dividendos/ ganhos líquidos; RL/Atotais; log vendas líquidas; intensidade do capital	Quando o desempenho social é medido pelos rankings de executivos de negócios, as empresas que divulgam informações sociais, em termos de números de categorias divulgadas no relatório anual parecem ser: aquelas que consideram mostrar sensibilidade social; aquelas que têm um maior risco e menor alavancagem; e aquelas que são de maior dimensão.

Autor/ Data	Título	Amostra	Objetivo	Quadro Teórico	Variável Dependente		Variável Independente	Principais Resultados
					O quê?	Como?		
Brammer & Pavelin, 2008	Factors influencing the Quality of Corporate Environmental Disclosure	450 grandes empresas do Reino Unido.	Examinar padrões de qualidade das divulgações ambientais voluntárias.	Teoria dos <i>Stakeholders</i>	Variação na qualidade da divulgação ambiental voluntária	Primeiro, empiricamente analisaram a qualidade das divulgações. Segundo, a análise baseia-se numa amostra que seja maior e mais diversa industrialmente do que as anteriormente empregues. Terceiro, empregamram uma técnica estatística, regressão logística múltipla (Cinco variáveis dependentes foram analisadas de forma independente: Política, Iniciativa, Melhorar, Auditoria e Meta.	Dimensão; alavancagem; rendibilidade; diretores não executivos; exposição aos <i>media</i> ; multas ambientais; concentração de proprietários; e setor.	Foi encontrada divulgação de alta qualidade para ser associado principalmente com grandes empresas e nos setores com maior preocupação ambiental. A divulgação nos <i>media</i> realizada pelas empresas não desempenha um papel de estimulação nas divulgações voluntárias.
Branco & Delgado, 2011	Research on corporate social responsibility and disclosure in Portugal	Artigos de revistas avaliados, publicados na BMA (<i>Business, Management and Accounting</i>) ao longo de 1998-2008.	Explorar o papel de académicos portugueses no âmbito da pesquisa de RSE e da divulgação.	Teoria dos <i>Stakeholders</i> Teoria da Legitimidade	Pesquisas sobre RSE em base de dados de revistas científicas.	Pesquisa eletrónica dos bancos de dados on-line que incluem títulos de periódicos sobre responsabilidade social empresarial e divulgação.	<i>Pappers e Journals</i>	O volume de pesquisas realizadas em revistas internacionais ainda é muito baixo. A maioria deles concentra-se sobre RSE. Existe espaço para a expansão da pesquisa sobre RSE e divulgação em Portugal, bem como melhorar a diversidade e a cobertura geográfica.

Autor/ Data	Título	Amostra	Objetivo	Quadro Teórico	Variável Dependente		Variável Independente	Principais Resultados
					O quê?	Como?		
Branco & Rodrigues, 2006	Communication of corporate social responsibility by Portuguese banks: A legitimacy theory perspective	15 bancos portugueses, em que 7 estão listados na <i>Euronext - Lisbon</i> a 31 de dezembro de 2003 (bancos de investimento e especializados foram excluídos).	O objetivo deste trabalho é verificar se os bancos portugueses usam os seus <i>web sites</i> como um meio para divulgar informações de RSE e identificar quais os tipos de informação que divulgam. Comparar ainda, se essa divulgação com é semelhante aos relatórios anuais.	Teoria da Legitimidade Teoria dos <i>Stakeholders</i>	Divulgação da Responsabilidade Empresarial	A fim de medir o nível de informação da RSE divulgada pelos bancos portugueses, este estudo usa o que é comumente conhecido como "análise de conteúdo", esta técnica consiste em classificar as informações divulgadas em várias categorias de itens que captam os aspetos da RSE que se quer analisar.	Ambiental; recursos humanos; produtos/consumos; e envolvente comunitária.	Os bancos com uma maior visibilidade entre os consumidores parecem exibir uma maior preocupação para melhorar a imagem empresarial por meio da divulgação de informações de RSE. Os resultados sugerem assim, que a teoria legitimidade pode ser uma explicação de divulgação de RSE pelos bancos portugueses.
Branco & Rodrigues, 2008	Factors Influencing Social Responsibility Disclosure by Portuguese Companies	Empresas cotadas em Dezembro de 2003, com relatório anual, desde que acessível página web em Agosto de 2004.	Comparar os relatórios anuais e a as páginas web para verificar a influência na divulgação de informação RSE, usando um <i>framework</i> teórico.	Teoria da Legitimidade Perspetiva baseada em recursos Teoria dos <i>Stakeholders</i> .	Índice de Divulgação RSE	Um sistema de pontuação que atribui um ponto para cada tema RSE pertencente a qualquer uma das categorias consideradas. Através de uma análise estatística para analisar a relação entre o total de RSE e cada uma das suas categorias, tanto em relatórios anuais como na internet .	Experiência internacional; dimensão; exposição nos meios de comunicação; proximidade do consumidor; sensibilidade ambiental; rendibilidade; e alavancagem.	As empresas preferem o relatório anual para a divulgação de RSE. O tipo de informação social que mais empresas comunicam nos relatórios anuais são informações sobre os seus recursos humanos. Na internet, é a informação sobre produtos e consumos. Informação ambiental e de recursos humanos é mais evidente nos relatórios anuais, enquanto na internet a mais evidente é a informação sobre a comunidade envolvente.

Autor/ Data	Título	Amostra	Objetivo	Quadro Teórico	Variável Dependente		Variável Independente	Principais Resultados
					O quê?	Como?		
Branco, Delgado, Gomes & Eugénio, 2014	Factors influencing the assurance of sustainability reports in the context of the crisis in Portugal	Relatórios de Sustentabilidade produzidos em Portugal entre 2008-2011, das 100 maiores empresas portuguesas, mais as do PSI 20. Resultou numa amostra de 286 relatórios de 86 empresas.	Analisar os fatores que influenciam a decisão de ter os relatórios de sustentabilidade certificados.	Teoria da Legitimidade	Relatório de Sustentabilidade - Variável Binária que assume 1 se a empresa tem relatório de sustentabilidade "certificado", caso contrário é 0	Estatística não paramétrica bivariada e multivariada, para analisar alguns fatores que influenciam a decisão de ter relatórios de sustentabilidade certificados	Dimensão: influência; rendibilidade; <i>listing status</i> ; e tipo de propriedade.	Foi detetada uma diminuição nos relatórios de sustentabilidade e na sua certificação.
Cormier & Gordon, 2001	An examination and environmental reporting strategies	3 empresas de energia elétrica	Analisar 3 empresas de energia elétrica, duas de propriedade pública e uma privada.	Teoria da Legitimidade	Divulgação ambiental	Abordagem caso-tipo: interesse em divulgações sociais e ambientais encontradas em relatórios anuais e, como a diferem as divulgações entre propriedade pública e propriedade privada empresas.	Diversas, entre as quais: endividamento, rendibilidade (ROE), funcionários a <i>full-time</i> .	O tipo de propriedade e a dimensão, que são susceptíveis de afetar a legitimidade, influenciam a quantidade de divulgação social e ambiental. Enquanto que a divulgação ambiental parece estar relacionada com o custo de informação e os benefícios, esta relação não ocorre com a divulgação social.

Autor/ Data	Título	Amostra	Objetivo	Quadro Teórico	Variável Dependente		Variável Independente	Principais Resultados
					O quê?	Como?		
Cormier, Ledoux & Magnan, 2011	The informational contribution of social and environmental disclosures for investors	Grandes empresas Canadenses no ano 2005.	Investigar se a divulgação social e a divulgação ambiental tem um substituto ou efeito complementar na redução da assimetria de informações entre gestores e participantes do mercado de ações.	Teoria da Legitimidade	Assimetria da informação	Utilizaram a volatilidade dos preços de ações e bid / ask spread como <i>proxies</i> para a assimetria de informação entre uma empresa e o mercado de ações participantes.	Risco Sistémático; ações em circulação; <i>analyst following</i> ; divulgação ambiental; divulgação ambiental × mediana divulgação social; divulgação social; e divulgação social × mediana divulgação ambiental	A divulgação social e divulgação ambiental substituem-se na redução da assimetria do mercado de ações. O impacto é maior para a divulgação ambiental sobre dividas, riscos e litígios. O desempenho ambiental, a exposição de notícias ambientais, a alavancagem e a dimensão da empresa são fatores chave da divulgação RSE.
Dias, 2009	O Relato da Sustentabilidade e Empresarial: Evidência Empírica nas Empresas Cotadas em Portugal	Empresas cotadas na <i>Euronext - Lisbon</i> no exercício de 2005.	Obter evidência empírica sobre as práticas e o grau de divulgação sobre RSE realizada em Portugal, identificando os indicadores económicos, ambientais e sociais mais relevantes para cada setor de atividade.	Teoria dos <i>Stakeholders</i> Teoria da Legitimidade.	Grau de Divulgação de Informação de Sustentabilidade Empresarial	Através de uma análise de conteúdo - Análise de Conteúdo temática. Índice de Divulgação: calculado para as distintas secções GRI2002 e obtendo-se através da divisão do somatório da pontuação obtida pelas empresas .	Visão e estratégia; perfil; estrutura de governo e Sistema de Gestão; e indicadores de desempenho.	Os resultados obtidos sugerem que o relato empresarial da sustentabilidade não é uma prioridade para os tomadores de decisões das empresas. Considerando que em Portugal a comunicação de temas éticos, económicos e sociais é essencialmente voluntário, os resultados consideram-se positivos.

Autor/ Data	Título	Amostra	Objetivo	Quadro Teórico	Variável Dependente		Variável Independente	Principais Resultados
					O quê?	Como?		
Eugénio, Lourenço & Morais, 2010	Recent developments in social and environmental accounting research	Documentos sobre assuntos sociais e ambientais publicados em revistas de contabilidade publicadas.	Contribuir com uma reflexão sobre os documentos que foram publicados em contabilidade social e ambiental, de 2000 a 2006.	Teoria da Legitimidade Teoria dos <i>Stakeholders</i> Teoria Institucional	Pesquisa em contabilidade ambiental e social (SEAR)	Uma revisão da literatura dos trabalhos que examinam questões sociais e ambientais publicados em revistas de contabilidade selecionadas. Permite a identificação das principais questões de conteúdo, metodologias e questões de pesquisa que tenham sido predominantes na área de pesquisa em contabilidade ambiental e social.	Categorizaram todos os estudos empíricos em quatro categorias: Sistemas de contabilidade social e ambiental; divulgações sociais e ambientais; as relações entre a divulgação e desempenho; impacto do regulamento.	É crucial o envolvimento dos gestores e <i>stakeholders</i> no diálogo SEAR. Há ainda uma necessidade de um debate aberto, dando a cada um dos <i>stakeholders</i> uma voz na empresa; é urgente que as empresas não apenas divulgem, mas sim tomem medidas. O governo é um agente importante com um papel regulador.
Fernandez-Feijoo, Romero & Ruiz, 2014	Effect of Stakeholders Pressure on Transparency of Sustainability Reports within the GRI Framework	Relatórios de RSE das Empresas registrados no GRI entre 2008 e 2010 - países selecionados: EUA, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Brasil e Japão.	Analisar se a transparência dos relatórios de sustentabilidade é afetada pela relação das empresas de vários setores com os seus <i>stakeholders</i> .	Teoria dos <i>Stakeholders</i> Teoria da Legitimidade	Transparência dos Relatórios	É obtida usando uma redução de dimensão com uma análise de componentes principais de quatro variáveis seguntes: frequência do relatório de RSE; nível de aplicação; declaração do nível; e certificação do relatório de sustentabilidade.	Setores com proximidade do cliente; setores orientados para os funcionários; setores com sensibilidade ao ambiente; e setores orientados para o investidor.	A transparência é afetada pela propriedade, tamanho e região global. A sensibilidade ambiental é menos influente para a transparência da RSE do que os investidores e o pessoal. É importante a pressão externa como condutora para a transparência dos relatos de RSE.

Autor/ Data	Título	Amostra	Objetivo	Quadro Teórico	Variável Dependente		Variável Independente	Principais Resultados
					O quê?	Como?		
Frias-Aceituno, Rodríguez-Ariza & García-Sánchez, 2014	Explanatory Factors of Integrated Sustainability and Financial Reporting	1.590 empresas internacionais para os anos de 2008-2010.	Examinar a validade das hipóteses das teorias da agência e da sinalização, e analisar os custos políticos e aqueles suportados pelos proprietários voluntariamente no desenvolvimento deste novo tipo de documento de negócio.	Teoria da Agência Teoria da Sinalização Teoria dos custos do Proprietário Teoria dos <i>Stakeholders</i> .	Relatório Integrado	Variável dependente Relatório (R) é numérica, tendo o valor 0 se a empresa só emite uma declaração financeira, o valor 1 se ele também elabora um relatório de RSE e, o valor 2 se prepara um relatório integrado.	Dimensão; rendibilidade; MTB; concentração; setor; aplicação GRI; país; e ano.	Os autores consideram que as empresas que beneficiam de situações de monopólio são menos propensas a publicar relatórios integrados que contenham informações relevantes para a tomada de decisão. A dimensão e a rendibilidade da empresa, tem um impacto positivo sobre a probabilidade de este tipo de relatório a ser produzido. Oportunidades de crescimento dos negócios e da indústria não são significativas a este respeito.
García-Benau, Sierra-García & Zorio-Grima, 2012	La verificación de la memoria de sostenibilidad en un contexto europeo	Relatórios de sustentabilidade (GRI) de empresas europeias entre 2005 - 2009.	Certificação externa nos relatórios de sustentabilidade.	Teoria dos <i>Stakeholders</i>	Informação de sustentabilidade	Através da abordagem <i>cluster</i> são baseados na ideia de efeitos externos, sobre a questão da competitividade, e de uma perspectiva territorial. Em segundo, análise para explicar se determinadas características empresariais que resultam significativamente na verificação das memórias de sustentabilidade, analisando os distintos países europeus.	Dimensão; setor; ano; país; e características do sistema contabilístico.	A decisão de certificar depende da dimensão, setor, ano e do sistema contabilístico dos países. Em 2009, 46% das empresas que relatam sustentabilidade GRI, certificam-na. As empresas mais interessadas neste serviço, são as grandes empresas. As variáveis significativas para a decisão de submeter os RS para certificação são o ano, tamanho, setor, agrupamento de países atendendo ao sistema contabilístico. As empresas devem adotar uma maior credibilidade nos seus relatórios através do processo de certificação.

Autor/ Data	Título	Amostra	Objetivo	Quadro Teórico	Variável Dependente		Variável Independente	Principais Resultados
					O que?	Como?		
García-Benau, Sierra-García & Zorio, 2013	Financial crisis impact on sustainability reporting	Empresas cotadas espanholas - durante 6 anos (2005 - 2010).	Esclarecer o efeito da crise financeira sobre os relatórios de RSE e nas estratégias de certificação de RSE que as empresas divulgam on-line para os <i>stakeholders</i> , dividindo em dois períodos, pré-crise (2005 - 2007) e em crise (2008 - 2010).	Teoria da agência Teoria dos <i>Stakeholders</i> Teoria da Legitimidade	Relatórios de RSE	Em primeiro lugar, desenvolveram tabelas de contingência para ver se há uma ligação entre o período (antes da crise e depois da crise) e a publicação do relatório de sustentabilidade. Em seguida, concentraram-se em empresas que tiveram uma mudança no que respeita à estratégia de relatórios de sustentabilidade (de não ter relatório de RSE para tê-lo e vice-versa).	nº de publicações RSE; ROA; ROE; MTB; TOBIN's Q .	Os resultados mostram que o número de relatórios de responsabilidade social aumentou significativamente com a crise financeira e económica. Nenhum impacto significativo foi encontrado sobre as mudanças na estratégia de certificação destes relatórios.
Giannarakis, 2014	Corporate governance and financial characteristics effects on the extent of corporate social responsibility disclosure	100 empresas da lista da Fortune 500.	Investigar a relação entre o Governo das Sociedades e do características financeiras e do grau da divulgação de RSE nos EUA.	Teoria da Legitimidade Teoria da Agência Teoria da Sinalização Teoria dos <i>Stakeholders</i>	Environmental, social and governmental disclosure score	Modelo de regressão linear múltipla que tenta investigar a inter-relação entre variáveis explicativas e a extensão da divulgação RSE. A pontuação ambiental, social e de governação é calculada pela Bloomberg que é utilizado como um <i>proxy</i> para o grau de divulgação RSE.	Dimensão; alavancagem financeira; rentabilidade; CEO <i>duality</i> ; dimensão do conselho; nº de encontros do conselho; idade média do conselho; mulheres no conselho; composição do conselho; e compromisso do conselho.	A dimensão da empresa, o conselho de direção da RSE e a rentabilidade estão positivamente relacionados com a extensão da divulgação RSE, enquanto que a alavancagem está negativamente relacionada.

Auto/ Data	Título	Amostra	Objetivo	Quadro Teórico	Variável Dependente		Variável Independente	Principais Resultados
					O quê?	Como?		
Giamarakis & Theotokas, 2011	The Effect of Financial Crisis in Corporate Social Responsibility Performance	100 empresas da lista da Fortune 500.	Avaliar o efeito da crise financeira no desempenho de RSE.	Teoria dos <i>Stakeholders</i> Teoria da Legitimidade	Desempenho RSE	Teste da soma dos postos sinalizados de Wilcoxon é utilizado, a fim de verificar se a crise económica afeta o desempenho RSE. A pontuação do sistema de seis pontos é criado para o desempenho RSE, avaliando cada empresa em cada ano.	Sector de atividade; zona geográfica; e diversos indicadores de desempenho.	Os resultados indicam um melhor desempenho RSE antes e durante a crise financeira, exceto para o período 2009-2010. As empresas aumentam o seu desempenho RSE, a fim de reconquistar a confiança perdida nos negócios.
Gomes, Eugénio & Branco, 2015	Sustainability Reporting and assurance in Portugal	Relatórios de sustentabilidade (tanto os autônomos como os integrados) de empresas portuguesas para os anos 2008, 2009, 2010 e 2011, e encontrar aqueles que incluem certificação.	Fornecer uma análise abrangente descritiva dos relatórios de Sustentabilidade e a sua certificação após o início da crise económica.	Teoria dos <i>Stakeholders</i> Teoria da Legitimidade	Sustainability Reports - Estudo empírico, com análise descritiva com as práticas atuais de Responsabilidade Social e a certificação	Primeiro analisar as tendências na publicação de relatórios de sustentabilidade por parte das empresas portuguesas e a sua certificação entre 2008 e 2011. Durante este período analisar a publicação de relatórios de sustentabilidade, a certificação desses relatórios os padrões utilizados na mesma.	Sector de atividade; nível de aplicação; nível de certificação; formato dos relatórios de sustentabilidade, etc.	Evidências de que o mercado da certificação dos relatórios de sustentabilidade seguem as tendências internacionais. A crise económica teve efeito negativo em termos de publicação de relatórios de sustentabilidade, mas não em termos da qualidade de certificação.

Autor/ Data	Título	Amostra	Objetivo	Quadro Teórico	Variável Dependente		Variável Independente	Principais Resultados
					O quê?	Como?		
Hahn & Kühnen, 2013	Determinants of sustainability reporting: a review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research	178 artigos entre 1999 e 2011.	Identificar que determinantes dos relatórios de sustentabilidade que são analisados na literatura e identificar (in)consistências, lacunas e oportunidades para futuras pesquisas	Teoria da Legitimidade Teoria dos <i>Stakeholders</i> Teoria da Sinalização Teoria Institucional	Divulgação da sustentabilidade	Através de uma revisão de literatura de artigos publicados, fazendo a análise e identificando os determinantes para a divulgação dos relatórios de sustentabilidade, observando as inconsistências e lacunas, dividindo em: distribuição sobre as dimensões de tempo e de sustentabilidade; e distribuição de acordo com métodos de pesquisa.	Determinantes internos de RS: dimensão; desempenho financeiro; desempenho social e ambiental; e estrutura societária. Determinantes externos de RS: visibilidade empresarial; afiliação sector, do país de origem, e os requisitos legais	Na literatura atual ainda parece longe de considerar os relatórios de sustentabilidade completos nas 3 dimensões da sustentabilidade. Observam um forte crescimento na pesquisa (especialmente na análise de documentos) empírica que coincide com o crescimento nos relatórios de sustentabilidade publicados.
Hodge, Subramaniam & Stewart, 2009	Assurance of Sustainability Reports: Impact on Report Users' Confidence and Perceptions of Information Credibility	145 estudantes inscritos de um programa MBA em duas grandes universidades australianas.	Determinar se uma declaração de certificação tem um impacto significativo sobre a confiança dos utilizadores da informação nos relatórios de sustentabilidade e as suas percepções sobre a credibilidade da informação nesses relatórios	Teoria dos <i>Stakeholders</i> Teoria da Legitimidade	Confiança na Certificação dos Relatórios de Sustentabilidade	Quatro questões para avaliar a sua confiança e percepção da credibilidade do relatório de sustentabilidade, utilizando uma escala de sete pontos.	Nível de certificação; e tipo de Certificação praticada.	Os resultados fornecem maior resistência aos argumentos para a necessidade de melhorar as práticas de certificação da sustentabilidade atual e no desenvolvimento de adequadas diretrizes e normas, voluntárias ou reguladas. As percepções de credibilidade dos relatórios de sustentabilidade são reforçadas quando os relatórios são acompanhados de certificação.

Autor/ Data	Título	Amostra	Objetivo	Quadro Teórico	Variável Dependente		Variável Independente	Principais Resultados
					O quê?	Como?		
Kolk & Perego, 2010	Determinants of the Adoption of Sustainability Assurance Statements: An International Investigation	250 empresas Fortune Global. Painel de empresas ao longo dos anos 1999, 2002 e 2005	Explorar os fatores associados a decisões voluntárias para certificar relatórios sociais, ambientais e de sustentabilidade	Teoria da Agência Teoria da Legitimidade	AST (Sustainability assurance statement)	Utilizada no modelo de regressão logística restrito à subamostra de empresas que têm um relatório de sustentabilidade e leva o valor de "0", no caso de falta de certificação ou o valor de "1" para as certificadas.	<i>Legal origin; enforcement; responsibility index; size; capital intensity.</i>	Empresas que operam em países mais orientados para os <i>stakeholders</i> são mais propensas a adotar a certificação de sustentabilidade. A procura desta é maior em países onde as práticas sustentáveis estão mais habilitadas pelo mercado e mecanismos institucionais. A probabilidade de escolher uma grande empresa de contabilidade como provedor de certificação aumenta para empresas domiciliadas em países mais orientados para os acionistas e que têm um menor nível de litígio.
Manetti & Toccafondi, 2012	The Role of Stakeholders in Sustainability Reporting Assurance	Declarações de assurance dos relatórios de sustentabilidade em Inglês, Espanhol e Alenão com alto nível de conformidade (A+), no banco de dados GRI em 31 de dezembro de 2010.	Compreender se, no contexto das melhores práticas de RSE internacionais, os <i>stakeholders</i> são consultados por prestadores de assurance durante os seus serviços.	Teoria dos <i>Stakeholders</i>	Declarações de fiabilidade dos relatórios de sustentabilidade	Todos os relatórios de sustentabilidade de nível A que contêm uma declaração de fiabilidade elaboradas por um emissor de certificação independente externo. A abordagem qualitativa para análise de conteúdo, verificando a presença de alguns elementos-chave incluídos nas perguntas com pesquisa o objetivo de avaliar os níveis e a qualidade da garantia das partes interessadas.	Opinião profissional; declaração de certificação; prestadores de garantia; e, papel dos stakeholders.	Os <i>stakeholders</i> estão incorporados cada vez mais em todas as etapas do processo de certificação da RSE. Não é possível, confirmar ou negar a crescente natureza de diálogo do processo. A propensão dos prestadores de certificação para envolver os <i>stakeholders</i> (especialmente os internos) é confirmada.

Autor/ Data	Título	Amostra	Objetivo	Quadro Teórico	Variável Dependente		Variável Independente	Principais Resultados
					O quê?	Como?		
Melo & Garrido-Morgado, 2012	Corporate Reputation: A Combination of Social Responsibility and Industry	Empresas americanas cotadas de 2003 a 2007.	Verificar se a Responsabilidade Social das Empresas é importante para a reputação das mesmas, dado o seu potencial competitivo.	Teoria dos <i>Stakeholders</i>	Desempenho financeiro à luz da RSE e reputação empresarial	Fornecer um modelo generalizado, assumindo que o efeito a longo prazo da RSE e variáveis de controlo relacionadas à reputação, estimaram o modelo econométrico, relacionar a pontuação de reputação do ano em curso com os dados da variáveis de controlo do ano precedente.	Reputação; Rendibilidade (ROA); risco; dimensão; intensidade da publicidade; e doação de caridade	As dimensões de responsabilidade social empresarial têm um impacto significativo sobre a reputação das empresas e esse impacto é moderado pela indústria da empresa. Evidenciam que a diversidade da força de trabalho, por tem um peso considerável.
Mia & Mamun, 2011	Corporate Social Disclosure during the Global Financial Crisis	48 empresas industriais cotadas na ASX (2006 - 2008).	Examinar a extensão da divulgação social das empresas antes e durante a crise financeira global das empresas australianas.	Teoria dos <i>Stakeholders</i> Teoria da Legitimidade Teoria dos Custos do Proprietário Teoria da Agência	Divulgação Social Empresarial	São usados dois modelos de regressão: model 1 - "Extent of Corporate Social Disclosure in Year 2006"; modelo 2 - "Corporate Social Disclosure Change from 2006 to 2008".	* ROE * ΔROE * LEVERAGE * ΔLEVERAGE * SIZE	Existe um pequeno aumento na divulgação social das empresas durante o período de crise económica. A extensão da divulgação social empresarial não está significativamente associada à alavancagem e à rentabilidade, mas está relativamente à dimensão.

Autor/ Data	Título	Amostra	Objetivo	Quadro Teórico	Variável Dependente		Variável Independente	Principais Resultados
					O quê?	Como?		
Monteiro & Guzman, 2009	Determining factors of environmental strategic positioning adopted by Portuguese large companies	Grandes empresas portuguesas do exercício de 2003.	Analisar o posicionamento estratégico ambiental adotado por uma amostra de grandes empresas que atuam em Portugal, para analisar os principais fatores que podem ter influência significativa na adoção de uma estratégia pró-ativa para o ambiente.	Teoria baseada nos recursos Teoria da Agência	Estratégia Ambiental	Dados coletados através de um questionário postal. Foram consideradas três características específicas das empresas. Analisaram: a posição da estratégia ambiental, se é passiva, reativa ou proativa; quais os objetivos das estratégias; relação entre variáveis independentes e posicionamento ambiental proativo.	Sector; tipo de controlo de capital; e, dimensão.	Os resultados indicam que existe uma relação positiva entre a existência nas empresas de um departamento dedicado ao ambiente e adoção de uma posição proativa no ambiente. No entanto, não existe uma evidência significativa entre a adoção de uma estratégia ambiental e três das características específicas de uma empresa (sócio da empresa, tipo de controlo de capital e dimensão da empresa).
Monteiro & Guzman, 2010	Determinants of Environmental Disclosure in the Annual Reports of Large Companies Operating in Portugal	109 grandes empresas em Portugal no período compreendido entre 2002 a 2004.	Estudo de práticas de relato ambientais desenvolvido por empresas portuguesas e a identificação de fatores que explicam a medida em que essas empresas divulgam informação ambiental.	Teoria dos <i>Stakeholders</i> Teoria da Legitimidade	Índice de divulgação ambiental (modelo multivariado)	Índice para medir informações ambientais divulgadas pelas empresas da amostra (índice divulgação ambiental - EDI).	Dimensão da empresa; indústria; rentibilidade; propriedade estrangeira; cotação no mercado de ações; certificação ambiental	Apesar do facto de a informação ambiental compreendida no período entre 2002 a 2004 ser baixa, a extensão da divulgação ambiental tem aumentado, bem como o número de empresas nacionais que a divulgam. A dimensão da empresa, assim como o facto de ela estar cotada na bolsa está positivamente relacionado com o grau de divulgação ambiental.

Autor/ Data	Título	Amostra	Objetivo	Quadro Teórico	Variável Dependente		Variável Independente	Principais Resultados
					O quê?	Como?		
Nikolaeva & Bicho, 2011	The role of institutional and reputational factors in the voluntary adoption of corporate social responsibility reporting standards	600 principais empresas globais.	Explorar a adoção voluntária pelas empresas da divulgação de Responsabilidade Social Empresarial - GRI.	Teoria da Legitimidade Teoria dos <i>Stakeholders</i> Teoria da Institucional Teoria da Sinalização	Adoção GRI	A variável dependente é o momento de um evento (modelo de duração). Dados reorganizados em observações empresa-ano e a variável dependente é se a empresa adotou GRI no ano t ou não. Isto permite usar os valores variáveis no tempo das variáveis independentes no modelo. A taxa de risco é a probabilidade de adoção no próximo ano condicionada à não-aprovação até aquele momento	* $\ln(\text{GRI density})$ * $\ln(\text{rate of GRI adoption})$ * GRI media diffusion * $\ln(\text{cumulative numbers of GRI adopters})$ * Transparency * CSR visibility * CSR PR * TopBrand * DISI * Industry Count	As pressões competitivas e dos <i>media</i> em conjunto com a visibilidade da RSE nos <i>media</i> e os esforços de publicidade RSE são importantes determinantes para a adoção GRI.
Ortas, Gallego-Alvarez & Etxeberria, 2014	Financial Factors Influencing the Quality of Corporate Social Responsibility and Environmental Management Disclosure: A Quantile Regression Approach	Empresas de 59 países diferentes.	Analisar o impacto das variáveis financeiras relacionadas com empresas no âmbito dos seus relatórios ambientais.	Teoria da Agência Teoria dos Custos Políticos Teoria da Legitimidade Teoria da Sinalização	Relatório de Sustentabilidade Ambiental Empresarial	A variável dependente do modelo representou um índice composto que foi construído com base em informação ambiental das empresas relatada nos seus relatórios de sustentabilidade. Este índice foi obtido para todas as empresas da amostra utilizando um procedimento de quatro etapas.	Dimensão; Alavancagem; Rendibilidade (ROA); gastos de Investigação e Desenvolvimento.	A dimensão da empresa explica a extensão dos relatórios ambientais das empresas estudadas. A alavancagem das empresas e os relatórios ambientais estão associados, consistente com a teoria da agência. As despesas de I&D têm influência sobre os relatórios ambientais das empresas. O retorno de mercado e a capitalização afeta a política dos relatórios ambientais

Autor/ Data	Título	Amostra	Objetivo	Quadro Teórico	Variável Dependente		Variável Independente	Principais Resultados
					O quê?	Como?		
Perego & Kolk, 2012	Multinationals' Accountability on Sustainability: The Evolution of Third-party Assurance of Sustainability Reports	250 empresas da Fortune Global por um período de 10 anos.	Explorar como as corporações multinacionais adotam práticas de garantia para desenvolver e sustentar a responsabilização organizacional para a sustentabilidade.	Teoria Institucional Teoria da Agência	Qualidade das declarações de certificação	Análise de conteúdo com base no referencial de avaliação fornecidos pela O'Dwyer e Owen (2005): 19 aspectos ou critérios de classificação estão incluídos na análise;o procedimento de codificação envolveu uma equipa de programadores.	País;setor de atividade; certificação; certificador; e, qualidade de certificação.	Os resultados ilustram grande variabilidade na adoção de práticas de certificação na formação deste novo mercado. Relevância das pressões institucionais externas.
Prado-Lorenzo, Gallego-Alvarez & García-Sánchez, 2009	Stakeholder Engagement and Corporate Social Responsibility Reporting: The ownership Structure Effect	116 empresas cotadas no mercado espanhol.	Testar o efeito do poder dos acionistas e a estrutura de propriedade dispersa têm sobre a decisão de divulgar informação de RSE nas empresas espanholas.	Teoria dos <i>Stakeholders</i> Teoria da Legitimidade	Práticas de Relato Social Empresarial	Codificar o texto em categorias; classificaram relatórios de RSE, tomando em consideração: (i) se a empresa faz qualquer revelação sobre aspectos económicos, sociais e ambientais; (ii) se a informação é dada em um formato informal ou os conteúdos são adaptados a um padrão de modelo internacional mais generalizado, a GRI; e (iii) se a conformidade com as exigências da GRI por parte da organização responsável tenha sido certificada.	Dimensão; propriedade (instituições financeiras, domina shareholder independente); indústria (transportes, setor industrial, setor energético, setor da construção); endividamento; postura estratégica; e, desempenho económico.	A influência exercida por certos <i>stakeholders</i> , juntamente com a estratégia empresarial tem um efeito importante sobre a publicação de um relatório de RSE. No entanto, o desempenho económico tem um efeito nulo. Em relação à influência dos <i>stakeholders</i> , particularmente o governo, pode ser visto que as maiores empresas, ou seja aquelas mais visíveis politicamente são as que divulgam mais informação de responsabilidade social.

Autor/ Data	Título	Amostra	Objetivo	Quadro Teórico	Variável Dependente		Variável Independente	Principais Resultados
					O quê?	Como?		
Reverte, 2008	Determinants of Corporate Social Responsibility Disclosure Ratings by Spanish Listed Companies	Empresas espanholas cotadas na Bolsa de Madrid e da IBEX-35.	Analisar várias características empresariais e verificar potenciais determinantes das práticas de divulgação de RSE por parte das empresas cotadas espanholas.	Teoria da Legitimidade Teoria dos <i>Stakeholders</i> Teoria da Agência	Ratings de Responsabilidade Social Empresarial	Através de uma <i>Framework</i> teórica, analisar a relação entre os ratings de RSE e cada um dos fatores que influenciam. Os três modelos estimados diferem em suas variáveis dependentes: Total CSR (TSCR), a Classificação de conteúdo RSE (CR), e CSR Systems Management Rating (MSR).	Exposição de <i>media</i> ; cotada internacionalmente; sensibilidade ambiental do setor; dimensão; concentração de proprietários; e rendibilidade; e alavancagem.	Empresas com maiores <i>ratings</i> de Responsabilidade Social Empresarial têm maior dimensão e maior exposição aos meios de comunicação. Também têm mais sensibilidade ambiental em comparação com empresas de <i>ratings</i> mais baixos. Evidenciando, que a teoria da legitimidade seja a mais relevante para explicar as práticas de divulgação da RSE das empresas cotadas espanholas.
Roca & Searcy, 2012	An analysis of indicators disclosed in corporate sustainability reports	94 relatórios canadenses de 2008.	Identificar os indicadores que estão atualmente divulgados nos relatórios de sustentabilidade.	Teoria dos <i>Stakeholders</i> Teoria da Legitimidade Teoria da Contingência	Frequência dos Indicadores GRI	Análise de Conteúdo, para identificar os indicadores reportados, as primeiras páginas de cada relatório foram lidas e indicadores apresentados na introdução ou num <i>scorecard</i> de desempenho foram registrados.	(Diversos indicadores)	585 indicadores diferentes foram usados nos relatórios; todas as 3 áreas do <i>TBL</i> foram amplamente abordadas. Havia diferenças consideráveis na frequência de comunicação dos indicadores ambientais, económicos e sociais sugeridos pelas diretrizes GRI-G3. A GRI está a estabelecer-se como instituição, principalmente dado ao seu pouco espaço de tempo.

Autor/ Data	Título	Amostra	Objetivo	Quadro Teórico	Variável Dependente		Variável Independente	Principais Resultados
					O quê?	Como?		
Sierra, Zorio & García-Benau, 2013	Sustainability development and assurance of corporate social responsibility reports published by Ibex-35 Companies	Os relatórios de sustentabilidade de empresas do Ibex-35 entre 2005 - 2010. Relatórios CNMV internet database, com a exclusão de empresas financeiras.	Explorar a certificação dos relatórios de sustentabilidade em Espanha. Verificar a relação entre o mercado de auditoria externa e o mercado da certificação.	Teoria dos <i>Stakeholders</i> Teoria da Legitimidade	Certificação dos relatórios - relação entre a quem certifica e o auditor das contas anuais.	Primeiro, apresentaram algumas estatísticas descritivas das variáveis categóricas e contínuas dessas empresas que emitiram relatórios de sustentabilidade. Em seguida, aplicaram um modelo de regressão logística para identificar se a decisão de ter o relatório de sustentabilidade certificado não depende de variáveis empresariais.	Indústria, auditor, e outras variáveis financeiras, como tamanho, rentabilidade, ou alavancagem.	A decisão de certificar os relatórios de responsabilidade social empresarial está positivamente relacionada com ROE e negativamente relacionado com o ROA. Contudo não existe significância na relação com a indústria ou empresas auditadas.
Skouloudis, Jones, Malesios & Evangelinos 2014	Trends and determinants of corporate non-financial disclosure	100 maiores empresas que operam na Grécia.	Estudar as práticas de divulgação de informação não financeira.	Teoria da Agência Teoria dos <i>Stakeholders</i> Teoria da Legitimidade Teoria da Contabilidade	Divulgação não financeira	Distinguíram 27 critérios de pontuação não ponderados em oito critérios de blocos diferentes para permitir a classificação dos diferentes tipos de informação divulgada. Pesquisa com base na Web durante o primeiro trimestre de 2011, localizando os sites corporativos das empresas da amostra e todas as informações relacionadas foram identificadas.	Dimensão; setor de atividade; rentabilidade; internacionalização; sensibilidade ambiental; identidade da propriedade.	Apenas um pequeno grupo de principais empresas gregas, apoiam o diálogo entre empresas e sociedade como um instrumento de comunicação para os <i>stakeholders</i> e do exercício de RSE. A maioria das outras empresas tendem a tratar estas práticas de forma superficial e imprecisa,

Autor/ Data	Título	Amostra	Objetivo	Quadro Teórico	Variável Dependente		Variável Independente	Principais Resultados
					O quê?	Como?		
Tagesson, Blank, Brober & Collin, 2009	What Explains the Extent and Content of Social and Environmental Disclosures on Corporate Websites: A Study of Social and Environmental Reporting in Swedish Listed Corporations	Demonstrações financeiras anuais e websites empresariais do exercício de 2006 de empresas listadas na bolsa de Estocolmo.	Explicar a extensão e o conteúdo das informações nos <i>websites</i> empresariais sobre a divulgação social e ambiental das empresas.	Teoria Positivista Teoria Institucional	Divulgação social no site da empresa - A lista está dividida em três áreas: divulgações ambientais, divulgações de ética e divulgações de recursos humanos (cada área é dividida em diferentes questões baseadas nas normas emitidas pela Global Reporting Initiative e pesquisas anteriores)	Estrutura multi-teórica é usada para explicar o conteúdo e a extensão das divulgações sociais em sites empresariais - <i>unweighted-scoring approach</i> , inicialmente, cada problema na lista de verificação foi registrado como uma variável binária, onde 1 indica que a informação é divulgada e 0 indica que a informação não é divulgada. No total, a lista abrange 22 temas diferentes.	Dimensão: indústria; rendibilidade; estrutura de propriedade; identidade proprietária (estatal ou privada).	As divulgações de informação social e ambiental das empresas estão associadas com a dimensão, rendibilidade, propriedade e indústria. As mesmas variáveis que explicam a divulgação RSE também explicam as divulgações em <i>web sites</i> empresariais.
Webb, Cohen, Nath & Wood, 2008	The Supply of Corporate Social Responsibility Disclosure Among U.S. Firms	50 empresas U.S. de capital aberto no ano de 2004.	Explorar práticas de divulgação de empresas públicas.	Teoria dos <i>Stakeholders</i> Teoria da Legitimidade Teoria Institucional.	Relato da RSE	Técnica de amostragem aleatória estratificada. Uma lista de variáveis de RSE foi desenvolvida com base nas principais categorias indicadas por diretrizes de relato da GRI para o envolvimento dos <i>stakeholders</i> . Construíram uma escala em que cada conjunto de informação é avaliada como uma única unidade para a extensão da divulgação de qualquer tipo de presente em todo o conjunto.	<i>Community; Diversity and Human resources; Environmental; Health and Safety; Human rights and supply chain; Political; Other.</i>	Atividade RSE foi divulgada pela maioria das empresas da amostra e foi incluído em quase metade das divulgações públicas feitas nesse ano. Áreas com especial ênfase são assuntos da comunidade, saúde e segurança, diversidade e recursos humanos, e programas ambientais. Locais primários de divulgação são <i>web sites</i> corporativos e comunicados de imprensa, seguido por divulgações nos registros obrigatórios.

Autor/ Data	Título	Amostra	Objetivo	Quadro Teórico	Variável Dependente		Variável Independente	Principais Resultados
					O quê?	Como?		
Zorio, García-Benau & Sierra, 2013	Sustainability development and the quality of assurance reports: empirical evidence	Empresas cotadas espanholas da bolsa de Madrid, entre o período 2005 - 2007.	Identificar as tendências existentes nos relatórios de sustentabilidade e, sobretudo, a certificação deste tipo de documento. Desenvolver um índice para medir a qualidade dos relatórios de certificação.	Teoria dos <i>Stakeholders</i> Teoria da Legitimidade	Índice de qualidade de certificação de RSE (baseado em uma análise de conteúdos e uma metodologia binária), varia entre 0 e 10 e leva em conta certos atributos de qualidade.	O índice tem em conta se o relatório de certificação informa sobre o padrão de garantia aplicado. Primeiro, aplicaram vários testes para identificar se a decisão de ter o relatório de sustentabilidade certificado depende de variáveis gerais e empresariais. Em seguida, executaram uma regressão logística para explicar a decisão com base em relatórios de sustentabilidade das variáveis independentes.	Ano; dimensão; IBEX-35; indústria; indústrias sensíveis; auditor das demonstrações financeiras; rendibilidade; e alavancagem.	Existe uma maior tendência para a emissão de relatórios de RSE. Não se identifica um aumento na decisão de certificar estes relatórios. A decisão de contratar um auditor ou um consultador para certificar estes relatórios não tem relação com o ano.